CURITIBA

2035

INICIATIVA

Comunitas
Diretora-Presidente *Regina Célia Vasconcelos Esteves*

Prefeitura Municipal de Curitiba

Gestão 2013-2016
Prefeito *Gustavo Bonato Fruet*

Gestão 2017-2020
Prefeito *Rafael Valdomiro Greca de Macedo*

Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sistema Fiep)
Presidente *Edson Campagnolo*

REALIZAÇÃO

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Paraná (Senai-PR)
Diretor Regional *José Antonio Fares*

APOIO

Arapyaú
Diretor-Executivo *Marcelo Furtado*

PARCERIAS

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio-PR)
Presidente *Darci Piana*

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR)
Reitor *Waldemiro Gremski*

Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios (Paraná Metrologia)
Diretor Superintendente *Celso Romero Kloss*

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae-PR)
Superintendente *Vitor Roberto Tioqueta*

Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR)
Presidente *José Eugenio Gizzi*

Sociedade Global
Articulador *Diego Baptista*

APRESENTAÇÃO

O processo de urbanização é uma tendência marcante em países em estágio de desenvolvimento como o Brasil. Esse fenômeno traz em seu bojo a exacerbação de problemáticas relativas à vida em territórios com grandes aglomerações humanas. Energia, saneamento básico, educação, saúde, segurança, moradia, acolhimento social, mobilidade, geração de empregos, entre outros, compõem uma complexa e desafiadora pauta a ser adequadamente endereçada. A natureza desses desafios exige soluções sustentáveis em intervenções estruturantes e que, sobretudo, tenham perenidade, pois a característica principal de projetos e iniciativas de caráter estruturante é que estes demandam mais tempo para implementação e os resultados mais significativos são colhidos em médio e longo prazos.

Com a devida consideração a todos os problemas das cidades, salienta-se que dois dos maiores desafios à melhoria das condições de vida nelas estão vinculados à ausência de visão compartilhada de futuro e à dificuldade de continuidade de programas e projetos, tanto na gestão pública quanto na esfera privada. A mirada de curto prazo e a descontinuidade das ações configuram um *modus operandi* que penaliza a sociedade de modo geral, pois impossibilita a soma ou a multiplicação de resultados positivos, dificulta o acúmulo de aprendizados de experiências passadas e onera o sistema com contínuos reinvestimentos em soluções que respondem de forma paliativa.

É nesse contexto que se insere o Curitiba 2035, que dá continuidade e aprofundamento do processo reflexivo do Curitiba 2030, que aconteceu em 2010. A constatação dos impactos desfavoráveis dessa lógica de funcionamento e o anseio de transformar essa realidade compõem os espaços emocional, intelectual e de articulação social de

condução desse trabalho. Fruto de uma parceria entre Comunitas, Instituto Arapyaú, Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sistema Fiep) e Prefeitura Municipal de Curitiba, a iniciativa foi realizada com participação da sociedade por meio de dinâmicas de criação de inteligência coletiva. Trata-se, portanto, de uma construção cidadã com o propósito de explicitar o futuro almejado pela sociedade e, com isso, orientar o processo de desenvolvimento sustentável da cidade.

Esta publicação sistematiza o trabalho efetuado com vistas a instrumentalizar as aspirações e o sonho da sociedade curitibana, bem como de suas inter-relações metropolitanas, no sentido de auferir um crescimento ordenado, com desenvolvimento socioeconômico e primando pela qualidade de vida e bem-estar da população. De forma pragmática, este documento traduz o mapa do caminho a ser percorrido para a concretização do futuro desejado para a cidade.

O sucesso dessa construção cidadã estará indubitavelmente vinculado à capacidade de articulação e ao comprometimento social, implicando gestores públicos e privados, tomadores de decisão, formadores de opinião e *stakeholders* diversos na sua consecução. A governança do Curitiba 2035 terá um papel de guardiã desse processo. Todos são responsáveis, todos têm uma contribuição importante a dar e todos são convidados a participar ativamente.

Curitiba é reconhecida internacionalmente como inovadora, particularmente no que tange à criação de soluções inteligentes no urbanismo e no transporte público. Experiências tais que foram transferidas para muitas cidades do mundo. A aspiração é continuar inovando, só que dessa vez na criação do futuro coletivamente desejado para a Curitiba dos nossos sonhos.

Curitiba 2035

©2017 – COMUNITAS, ARAPYAÚ, SISTEMA FIEP E PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Curitiba 2035 – Curitiba: Senai/PR, 2017.

216 p.; 21 x 28 cm.

ISBN 978-85-5520-025-0

1. Curitiba. 2. *Roadmap*. 3. Prospectiva estratégica. 4. Cidade. 5. Inovação. 6. Planejamento 7. Desenvolvimento sustentável

I. Senai/PR. II. Título.

CDU 62

SUMÁRIO

Construindo o Futuro **8**
Organização dos Conteúdos **17**
Curitiba em 2016 ..... **18**
Tendências Gerais para as Cidades **20**

CURITIBA 2035

Temáticas Prioritárias para o Futuro de Curitiba **28**
Cidade da educação e do conhecimento 30
Desenvolvimento socioeconômico 50
Mobilidade e transporte 66
Saúde e qualidade de vida 82
Meio ambiente e biodiversidade 100
Coexistência em uma cidade global 118
Planejamento e gestão urbana 132
Segurança 148
Governança 164
Roadmap **178**
Síntese **181**
Visões temáticas 182
Visão Global 184
Eixos Estruturantes 185
Vetores de Transformação 186
Modelo de Governança 188
Convite **190**
Agradecimentos **191**
Participantes **192**
Equipes Técnicas **208**
Glossário **210**
Lista de Siglas **212**
Referências **214**

CONSTRUINDO O FUTURO

Curitiba 2035 é uma iniciativa da sociedade com vistas à construção de diretrizes que nortearão as políticas de desenvolvimento sustentável da cidade nos próximos 20 anos.

Esse processo tem história, pois se inspira no estudo prospectivo Curitiba 2030, lançado em 2010, e que se configurou em um marco da estruturação do pensamento coletivo curitibano em uma perspectiva de longo prazo.

Dando sequência a esse processo, o Curitiba 2035 procura considerar as evoluções ocorridas de 2010 até agora para incorporar mudanças significativas do contexto socioeconômico, dar continuidade àquilo que já foi planejado e injetar vitalidade no planejamento de longo prazo por meio de novas estratégias de participação social.

Iniciada em maio de 2016, a reflexão prospectiva Curitiba 2035 foi projetada para se desenrolar durante dois anos, sendo o primeiro ano dedicado à construção coletiva do pensamento de longo prazo e o segundo orientado aos esforços de consolidação de um modelo de governança, que garanta engajamento da sociedade e continuidade na implementação dos projetos necessários à materialização do sonho de futuro.

O propósito do Curitiba 2035 é preparar o município para um crescimento ordenado e em sinergia com os princípios de sustentabilidade, aproveitando de forma consciente as oportunidades e os investimentos inerentes à cidade, priorizando a qualidade de vida e o bem-estar da população.

PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Construir coletivamente uma reflexão prospectiva para Curitiba orientada ao horizonte de 2035.
- Revisitar o estudo prospectivo Curitiba 2030, considerando as evoluções sociais, econômicas e tecnológicas dos últimos anos, de forma a identificar e incluir novas áreas temáticas estratégicas para o devir da cidade.
- Mobilizar especialistas e cidadãos e comprometê-los com o futuro da cidade.
- Elaborar um *Roadmap* para a cidade de Curitiba orientado ao horizonte de 2035, por meio de um processo participativo de proposição de ações em curto, médio e longo prazos.
- Induzir a criação de governança para a concretização das propostas previstas no Curitiba 2035.
- Desenvolver um *dashboard*[1] com indicadores para acompanhamento e divulgação da evolução da cidade.

Parcerias

Curitiba 2035 é fruto de uma parceria entre a Comunitas, o Instituto Arapyaú, o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sistema Fiep) e a Prefeitura Municipal de Curitiba.

INICIATIVA

Comunitas

CURITIBA

Sistema Fiep — FIEP SESI SENAI IEL

REALIZAÇÃO

Sistema Fiep — SENAI

APOIO

instituto arapyaú

[1] Painel de indicadores.

Comunitas

A Comunitas é uma organização da sociedade civil brasileira que tem como objetivo contribuir para o aprimoramento dos investimentos sociais corporativos e estimular a participação da iniciativa privada no desenvolvimento social e econômico do país.

Por meio do envolvimento de diversos atores da sociedade, a Comunitas estimula e fomenta ações conjuntas com o propósito de promover o desenvolvimento sustentável. A organização conta com o apoio de líderes de grandes empresas, engajados nas várias frentes de sua atuação, como o *Benchmarking* do Investimento Social Corporativo (BISC), o Encontro de Líderes e o Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável, programa de aprimoramento da gestão pública municipal.

A Comunitas tem como pressuposto a noção de que as empresas brasileiras podem contribuir para a superação dos problemas de ordem econômica e social em diferentes regiões do Brasil, aportando conhecimento especializado e ferramentas de gestão que podem garantir maior eficiência ao setor público e, assim, colaborar decisivamente com o desenvolvimento social do país. Nesse sentido, a Comunitas aposta na atuação em rede para o estabelecimento de novos padrões de colaboração que possam transformar a realidade das cidades brasileiras.

Instituto Arapyaú

O Arapyaú é uma associação sem fins lucrativos que está empenhada em contribuir para a transição para uma sociedade mais justa, solidária e sustentável. Por meio de seu Programa Cidades e Territórios, apoia ações de participação social, aprimorando a transparência e fortalecendo ações de lideranças e a cultura de engajamento cívico nas cidades.

Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sistema Fiep)

O Sistema Fiep é uma organização composta por quatro instituições – Federação das Indústrias (Fiep), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Instituto Elvaldo Lodi (IEL) do Paraná – que trabalham de forma integrada em educação, segurança, saúde, tecnologia, inovação, associativismo, entre outros. A entidade tem como propósito servir a indústria e melhorar a vida das pessoas, adotando como visão de futuro o desenvolvimento industrial sustentável no Paraná.

O Sistema Fiep conta com várias competências, equipes e estruturas, dentre as quais o Observatório Sistema Fiep – área dedicada a Prospectiva, Planejamento, Pesquisa e Articulação – com múltiplos projetos transformadores de realidade, já executados no Paraná e no território latino-americano, orientando a tomada de decisão e o desenvolvimento da indústria e sociedade. O Observatório Sistema Fiep possui ampla experiência no planejamento de cidades e territórios, tendo liderado o Programa Cidades Inovadoras – Cidades 2030, que compreendeu estudos prospectivos para Curitiba, Londrina, Cascavel, Campo Largo e Balsa Nova.

Prefeitura Municipal de Curitiba

A Prefeitura Municipal de Curitiba atualmente tem uma estrutura formada por Secretarias, Entidades da Administração Indireta e 10 Regionais Administrativas atuantes nos 75 bairros da cidade.

Nos últimos 30 anos, Curitiba estabeleceu o planejamento urbano como um de seus eixos centrais de atuação. Hoje, enquanto outras cidades se preocupam em estruturar seus planos diretores, a capital do Paraná avança no sentido de estender seus serviços e soluções à sua região metropolitana.

Ao longo de sucessivas administrações, além do respeito às diretrizes do plano diretor, a prefeitura vem investindo em soluções inovadoras, capazes de acompanhar a rápida evolução social e metropolitana de forma leve, transparente e sustentável, apoiadas em tecnologia e com atenção aos aspectos sociais e culturais.

No cerne da transformação urbana de Curitiba está o conceito de que o ser humano é a medida de todas as coisas e a cidade deve ser concebida como um lugar de encontro dos cidadãos.

CONDUÇÃO DOS TRABALHOS

A abordagem metodológica adotada no Curitiba 2035 está alicerçada nos pressupostos da **Prospectiva Estratégica** e no método ***Roadmapping***.

A **Prospectiva Estratégica**, da escola francesa de prospecção, busca a reflexão e a criação coletiva com vistas a iluminar a ação, em particular aquela de caráter estratégico. A abordagem propicia o planejamento de longo prazo, pois investiga futuros possíveis e explora suas possibilidades. Diferencia-se de outras metodologias de planejamento ao obter e analisar as opiniões de diversos atores de forma estruturada, interativa, participativa, coordenada e sinérgica[2].

Roadmapping é um método com abordagem estruturada que faz interagir grupos de especialistas e induz, de forma compartilhada, a criação de visões prospectivas e a elaboração de conjuntos de ações encadeadas em um horizonte temporal de curto, médio e longo prazos. Os *Roadmaps* ou "Mapas do Caminho" são representações gráficas simplificadas que comunicam e compartilham de forma eficaz intenções estratégicas, com vistas a mobilizar, alinhar e coordenar esforços das partes envolvidas para atender a um ou a vários objetivos[3].

A condução dos trabalhos se estruturou em torno das seguintes etapas metodológicas:

- Articulação de parcerias estratégicas.
- Realização de estudos preparatórios.
- Engajamento de atores-chave em encontros reflexivos.
- Produção de inteligência coletiva.
- Sistematização e validação das construções coletivas.

[2] GODET (2011).
[3] TREITEL (2005).

ETAPAS DE REALIZAÇÃO

A primeira etapa do trabalho foi consagrada à **articulação de parcerias estratégicas**. Essas tratativas foram iniciadas no segundo semestre de 2015 e prosseguiram até março de 2016, quando Comunitas, Instituto Arapyaú, Sistema Fiep e Prefeitura Municipal de Curitiba oficializaram o consórcio de esforços. O lançamento do processo de planejamento de longo prazo para Curitiba ocorreu em 22 de março de 2016, no Campus da Indústria e foi marcado pela presença das principais instituições e *stakeholders* da cidade.

Com a finalidade de guiar o Curitiba 2035, proporcionando orientação estratégica, acompanhamento e cooperação técnica, foram instituídos um Comitê Executivo e um Comitê Gestor.

O **Comitê Executivo** foi composto por um grupo fixo de representantes das instituições consorciadas, a saber, Comunitas, Sistema Fiep, Prefeitura Municipal de Curitiba e Instituto Arapyaú. O Instituto Atuação e o Instituto Votorantim também compuseram o Comitê Executivo e foram convidados especialmente para aportar contribuições e um olhar neutro ao processo em curso. Com reuniões mensais, o Comitê Executivo acompanhou todas as etapas da reflexão prospectiva, garantindo que atividades e processos previstos fossem operacionalizados dentro do acordado.

O **Comitê Gestor** foi composto por atores estratégicos da sociedade civil, advindos da comunidade acadêmica, do governo, do setor empresarial e do terceiro setor, comprometidos em participar e contribuir para: garantia da qualidade técnica do processo; sensibilização de instituições e *stakeholders*; disseminação das etapas e dos resultados parciais; instituição e consolidação de governança para o Curitiba 2035. O Comitê Gestor foi composto por 20 entidades que podem ser identificadas no capítulo Participantes.

Para subsidiar as reflexões dos processos de inteligência coletiva, o Observatório Sistema Fiep produziu estudos e pesquisas. Os conteúdos elaborados foram:

- **Panoramas Quantitativos:** sistematização de indicadores, séries históricas e estatísticas relacionados à situação atual da cidade e das áreas temáticas consideradas importantes no processo de planejamento.
- **Estudos de Tendências:** identificação de fenômenos sociais e tecnológicos relacionados a dinâmicas presentes e futuras da vida nas cidades.
- ***Benchmarking* de Cidades:** pesquisa sobre experiências inspiradoras de cidades inovadoras, consideradas como referências no contexto global.

As dinâmicas de **inteligência coletiva** foram inicialmente marcadas pela identificação e mobilização de atores estratégicos para as reflexões. Sequencialmente, foram realizados 16 encontros contemplando 457 participações no planejamento Curitiba 2035.

Todos os encontros foram essenciais para o processo Curitiba 2035. Todavia, alguns se mostraram determinantes e merecem destaque:

O **1º Painel Estratégico** Curitiba 2035 foi realizado nos dias 04 de agosto e 05 de outubro de 2016, respectivamente no Salão de Atos da Prefeitura Municipal de Curitiba e na sede do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae-PR). Os participantes, tomadores de decisão e formadores de opinião, caracterizavam-se pelo pensamento estratégico, grande conhecimento da cidade e capacidade de pensar e influenciar o futuro do município. Os objetivos do painel eram refletir sobre tendências de futuro para as cidades, analisar a pertinência das temáticas priorizadas no Curitiba 2030 e definir as temáticas estruturantes do Curitiba 2035.

Esse trabalho resultou na priorização de **nove áreas temáticas estratégicas** para o horizonte de 2035. Em relação ao primeiro exercício de prospectiva, o resultado indica coerência no pensamento de longo prazo de Curitiba. Observa-se que, em sua maioria, houve continuidade das temáticas anteriores, em alguns casos com ampliação de escopo.

Temáticas Prioritárias Curitiba 2030	Temáticas Prioritárias Curitiba 2035
• Cidade do Conhecimento	• Cidade da Educação e do Conhecimento
• Coexistência em uma Cidade Global	• Coexistência em um Cidade Global
• Governança	• Governança
• Meio Ambiente e Biodiversidade	• Meio Ambiente e Biodiversidade
• Transporte e Mobilidade	• Mobilidade e Transporte
• Saúde e Bem-estar	• Saúde e Qualidade de Vida
• Cidade em Rede	• Desenvolvimento Socioeconômico
	• Planejamento e Gestão Urbana
	• Segurança

A temática "Cidade em Rede", de 2030, teve seus princípios absorvidos no espectro de outras temáticas priorizadas para 2035. Em resposta às transformações e às novas dinâmicas da municipalidade, foram incluídas as temáticas "Segurança", "Planejamento e Gestão Urbana" e "Desenvolvimento Socioeconômico".

Os **Painéis Temáticos** foram realizados entre novembro e dezembro de 2016, sendo um encontro para cada uma das nove áreas selecionadas como estratégicas para o futuro da cidade. Esses painéis foram viabilizados com o apoio de parceiros como Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (Sebrae-PR), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio-PR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Rede Paranaense de Metrologia e Ensaios (Paraná Metrologia) e Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR) e contaram com a participação fundamental de especialistas de relevância social, técnica e científica.

Painéis Temáticos

• Cidade da Educação e do Conhecimento	08 de novembro de 2016
• Desenvolvimento Socioeconômico	10 de novembro de 2016
• Mobilidade e Transporte	17 de novembro de 2016
• Saúde e Qualidade de Vida	22 de novembro de 2016
• Meio Ambiente e Biodiversidade	24 de novembro de 2016
• Coexistência em uma Cidade Global	29 de novembro de 2016
• Planejamento e Gestão Urbana	01 de dezembro de 2016
• Segurança	06 de dezembro de 2016
• Governança	08 de dezembro de 2016

Durante os painéis temáticos, os especialistas participantes foram convidados a refletir sobre a situação atual do município e sobre as tendências globais para cada uma das áreas priorizadas. O processo reflexivo culminou na construção de visões de longo prazo, identificação de barreiras e fatores críticos de sucesso, bem como na proposição de ações de curto, médio e longo prazos, necessárias ao alcance de cada visão.

Buscando garantir que um maior número de *experts* pudesse contribuir com o desenho do futuro desejado, foi disponibilizada uma plataforma *web* para proposição de ações. Os participantes dos encontros puderam continuar a contribuir e novos participantes foram convidados a interagir no processo com sugestões de ações, em diferentes horizontes temporais e em todas as temáticas trabalhadas.

De forma complementar e objetivando uma ampliação da participação, o Curitiba 2035 contou com o apoio da Comunitas para a construção de um modelo de consulta pública. Para tanto, utilizou-se o aplicativo Colab[4], com o objetivo de comunicar sobre grandes tendências que impactam a vida nas cidades e também oportunizar a reflexão sobre ações estruturantes para as nove áreas temáticas priorizadas. Foram contabilizadas 389 participações pelo aplicativo.

As atividades de sistematização dos resultados dos trabalhos acompanharam todo o período de desenvolvimento. As dinâmicas de coleta e organização dos conteúdos foram marcadas pela interatividade e participação dos envolvidos nas diversas instâncias de gestão e operacionalização do processo, a saber: Comitê Executivo, Comitê Gestor, Painéis Estratégicos, Painéis Temáticos, com etapas de validações intermediárias a cada mudança de fase de condução.

Ao final do processo, as produções das diversas etapas foram organizadas em um *Roadmap* Estratégico, que sintetiza o caminho a ser percorrido para a concretização do projeto de futuro Curitiba 2035.

Como etapa final do processo de construção, no dia 25 de julho de 2017, na Sala Brasil da Prefeitura Municipal de Curitiba, foi realizado o **2º Painel Estratégico Curitiba 2035**, com o intuito de apresentar e validar coletivamente os resultados das reflexões prospectivas realizadas. Na ocasião, foi disponibilizado para o público um *dashboard,* construído para facilitar o acompanhamento de indicadores sobre evolução da municipalidade e que se encontra acessível no endereço http://www.curitiba2035.org.br/indicadores. Também foram compartilhados e encaminhados os avanços no processo de concepção e constituição da governança Curitiba 2035.

[4] Aplicativo social que serve como ponte entre os cidadãos e as prefeituras. Nele, as pessoas podem informar problemas na cidade, sugerir projetos e ainda avaliar serviços públicos.

ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

O sonho de futuro para cidade de Curitiba no horizonte de 2035, expresso nesta publicação, está organizado e se apresenta ao leitor da seguinte maneira:

Curitiba em 2016

Sucinta caracterização do município elaborada a partir de dados secundários de fontes oficiais.

Tendências Gerais para Cidades

Para ilustrar grandes desafios considerados neste processo de reflexão prospectiva, foram selecionados alguns fenômenos sociais e tecnológicos de escala global que tendem a impactar o futuro das cidades.

CURITIBA 2035

Temáticas Prioritárias para o Futuro de Curitiba

As temáticas definidas como estratégicas para o futuro de Curitiba são tratadas em capítulos específicos que trazem os resultados da reflexão prospectiva, explicitando os seguintes elementos: situação atual; visão de futuro; barreiras; fatores críticos de sucesso; ações de curto, médio e longo prazos.

Roadmap Curitiba 2035

Mapa síntese com a representação gráfica que apresenta os caminhos a serem percorridos pela sociedade curitibana para atingir o futuro desejado para o município no horizonte de 2035.

Síntese

Neste tópico são explicitados pontos essenciais que emergiram da reflexão sobre o futuro da cidade. As visões temáticas são reunidas e encadeadas pela Visão Global, Eixos Estruturantes e Vetores de Transformação. O Modelo de Governança fecha o bloco, trazendo os primeiros elementos do processo de constituição de uma governança que buscará garantir o engajamento social e a realização das ações propostas para o porvir de Curitiba.

CURITIBA EM 2016

TERRITÓRIO

	CURITIBA	Participação de Curitiba na RMC	Participação de Curitiba no PR
Data de Instalação (Aniversário)	29/03/1693	-	-
Autoridade Eleita (2017-2020)	Rafael Greca	-	-
Altitude	934 metros	-	-
Latitude	25º25'40" S	-	-
Longitude	49º16'23" W	-	-
Área Territorial 2016 (a)	435 km²	5%	0,20%
Densidade Demográfica 2016	4.320 hab/km²	-	-
Grau de Urbanização 2016 (b)	100%	94%	85%

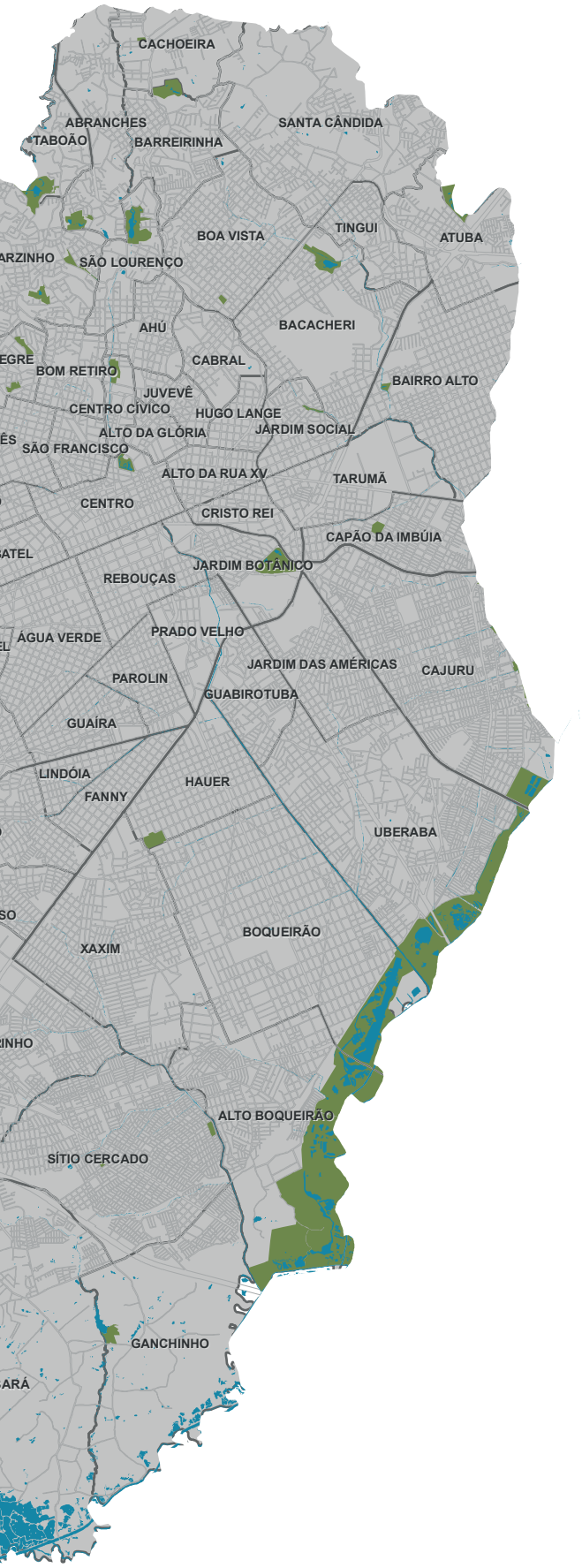
EDUCAÇÃO

	CURITIBA	Participação de Curitiba na RMC	Participação de Curitiba no PR
Matrículas no Ensino Médio 2015 (e)	78.815	57%	17%
Matrículas na Educação Profissional 2015 (e)	21.502	72%	30%
Matrículas no Ensino Superior 2015 (f)	130.582	93%	33%
Taxa de Analfabetismo 2010 (b)	2,13%	-	-
Média de Anos de Estudo 2010 (b)	10,95	-	-
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2015 (e)	6,3	-	-

SERVIÇOS PÚBLICOS

	CURITIBA	Participação de Curitiba na RMC	Participação de Curitiba no PR
Domicílios 2010 (b)	576.190	60%	17%
Domicílios com Água Canalizada 2010 (b)	575.598	60%	18%
Domicílios com Banheiro ou Sanitário 2010 (b)	575.630	60%	18%
Domicílios com Lixo Coletado 2010 (b)	575.635	60%	19%
Domicílios com Energia Elétrica 2010 (b)	576.057	60%	18%
Consumo de Água 2016 (a)	125.736.770 m3	63%	22%
Consumo de Energia Elétrica 2015 (a)	4.733.290 Mwh	54%	16%

Fontes: (a) IPARDES, 2016; (b) IBGE, 2010; (c) IBGE, 2016b; (d) PNUD, 2013; (e) INEP, 2015a; (f) INEP, 2015c; (g) BRASIL, 2016b; (h) BRASIL, 2015b; (i) IBGE, 2014.



POPULAÇÃO

	CURITIBA	Participação de Curitiba na RMC	Participação de Curitiba no PR
População 2016 (c)	1.893.997	56%	17%
Número de Eleitores 2016 (a)	1.289.215	59%	16%
Taxa de Crescimento Geométrico 2010 (b)	1%	-	-
Índice de Idosos 2010 (b)	38%	-	-
Razão de Dependência 2010 (b)	38%	-	-
Razão de Sexo 2010 (b)	91%	-	-
Taxa de Envelhecimento 2010 (a)	8%	-	-
Índice de Desenvolvimento Humano 2016 (d)	0,823	-	-

SAÚDE

	CURITIBA	Participação de Curitiba na RMC	Participação de Curitiba no PR
Estabelecimentos de Saúde 2015 (g)	5.664	84%	26%
Leitos Hospitalares 2015 (g)	5.580	68%	21%
Taxa de Fecundidade 2010 (a)	1,58 filhos/mulher	-	-
Taxa Bruta de Natalidade 2015 (a)	13%	-	-
Taxa de Mortalidade 2015 (a)	6%	-	-

ECONOMIA

	CURITIBA	Participação de Curitiba na RMC	Participação de Curitiba no PR
Estabelecimentos 2015 (h)	61.574	70%	20%
Empregos 2015 (h)	914.006	74%	29%
Estabelecimentos em Atividades Características do Turismo 2015 (h)	5.065	75%	25%
População em Idade Ativa 2010 (b)	1.531.838	58%	17%
População Economicamente Ativa 2010 (b)	995.543	59%	18%
População Ocupada 2010 (b)	947.195	59%	18%
Taxa de Ocupação 2010 (b)	95%	-	-
Produto Interno Bruto - PIB 2014 (i)	R$ 78,8 bilhões	59%	23%
PIB per capita 2014 (i)	R$ 42.315	-	-
Valor Adicionado Bruto - VAB 2014 (i)	R$ 6,3 bilhões	59%	21%
VAB Agricultura e Pecuária 2014 (i)	R$ 8,2 milhões	1%	0%
VAB Indústria 2014 (i)	R$ 14,8 bilhões	50%	20%
VAB Comércio e Serviços 2014 (i)	R$ 48,9 bilhões	64%	25%
Receitas Municipais 2016 (a)	R$ 7,0 bilhões	68%	24%
Despesas Municipais 2016 (a)	R$ 6,8 bilhões	69%	24%
ICMS 2015 (a)	R$ 8,8 bilhões	57%	36%

TENDÊNCIAS GERAIS PARA AS CIDADES

A vida urbana proporciona, entre muitas outras coisas, as conjunções criativas e produtivas que transformam a sociedade com velocidade cada vez mais acelerada. Pensar sobre o futuro das cidades é pensar sobre quais mudanças estão moldando os retratos urbanos à luz de uma diversidade de processos, como os demográficos, culturais, sociais, econômicos, ambientais, tecnológicos, entre outros.

Curitiba 2035 incluiu a prospecção de tendências no seu escopo de atividades, visando à identificação de mudanças que vêm emergindo e de desafios que precisam ser enfrentados. Orientada a temas de futuro diretamente relacionados ao contexto das cidades, essa etapa teve como propósito central o embasamento das reflexões nos painéis temáticos.

Para efeitos desse trabalho, tendências são compreendidas como fenômenos sociais ou tecnológicos de alto poder de impacto com durabilidade em horizontes temporais futuros, ou seja, referem-se a processos que em uma visão de conjunto indicam movimentos com força transformadora o suficiente para se reproduzir em outros locais.

A prospecção de tendências foi pautada em três etapas metodológicas: pesquisa e leitura de referências especializadas para levantamento de fenômenos de futuro, nas áreas de interesse das cidades, nos contextos nacional e internacional; condução de metodologias interativas e participativas na construção de conteúdo; sistematização das tendências contemplando um olhar circunstanciado à cidade de Curitiba e região metropolitana.

Sem a intenção de serem exaustivos, os blocos de informações a seguir sintetizam alguns olhares sobre temas com grande transversalidade no contexto das cidades, abordando situações já verificadas no passado que devem ter continuidade nos próximos anos, assim como fenômenos emergentes ou inovadores capazes de alterar situações futuras.

URBANIZAÇÃO

Os estudos de futuro convergem no entendimento de que a urbanização deverá crescentemente refletir o modelo de produção da cidade enquanto um processo de construção coletiva por meio da pactuação dos diversos agentes públicos e privados. Esse fenômeno revela manifestações muitas vezes contraditórias.

Por um lado, as tendências apontam para a continuidade do rápido crescimento das cidades, com ampliação dos processos de metropolização[5] e periferização[6]. Em contrapartida, após o período modernista, caracterizado por planejamentos e produções de obras monumentais, observa-se uma tendência de ampliação dos interesses sobre a produção da cidade em escala humana, com a valorização do espaço público enquanto elemento central para convivência social e apropriação coletiva.

No que tange ao ativismo social, os movimentos indicam que a população deverá passar de coadjuvante na produção urbana para protagonista nas decisões relativas à cidade. Além da maior participação, os grupos sociais deverão promover intervenções urbanas, por meio de ações coletivas de diferentes portes ou em contratos de parceria público-privada, em iniciativas com grandes impactos sobre a apropriação da cidade.

Diversos autores apontam a tecnologia como componente imperativo na eficiência da gestão urbana. Nessa perspectiva, devem ganhar força aspectos como a ampliação do sensoriamento dos serviços urbanos, as maiores geração e circulação de dados e a automação de diversas infraestruturas. A consolidação das chamadas *smart cities*, ou cidades inteligentes, tornará os espaços urbanos verdadeiros palcos de experiências no uso intensivo de tecnologias da informação e comunicação, possibilitando centros urbanos mais eficientes e melhores de se viver. Além disso, na busca pela modernização de equipamentos urbanos considerados ultrapassados, conceitos como o de *retrofit*[7] deverão ganhar força, fortalecendo os processos de adaptação tecnológica em equipamentos já existentes.

Com relação à habitação, dois aspectos são recorrentes nos estudos de futuro. O primeiro diz respeito à moradia digna, que é compreendida como base de uma sociedade mais justa com os seus moradores. Nessa perspectiva, a criação de mecanismos de reintrodução de terrenos vazios e imóveis abandonados no mercado imobiliário, assim como a promoção de políticas afirmativas de acesso deverão ser algumas das agendas em prol da diminuição da periferização urbana e da otimização do uso da infraestrutura. O segundo aspecto colocado em relevo trata-se da construção habitacional orientada por preceitos de sustentabilidade, impulsionando a ampliação de tecnologias verdes, os processos de eficiência energética e o aproveitamento no uso e reuso da água, assim como a criação de microzonas verdes[8] para diminuição da formação de ilhas de calor.

[5] Quando as cidades de uma região metropolitana se desenvolvem até virarem uma metrópole.
[6] Expansão das regiões mais afastadas do centro da cidade, normalmente caracterizadas por moradias a preços mais acessíveis, bem como por ausência de infraestrutura e serviços públicos.
[7] "Associado às inovações tecnológicas que ofertam recursos para valorização, renovação e melhoria do funcionamento" (CORREIA, 2015).
[8] Telhados verdes, jardins verticais, hortas, elementos naturais integrados às fachadas de edifícios, entre outros.

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Transformações nas interações e nas relações que ocorrem na vida em sociedade são aspectos onipresentes nas cidades, resultando em um conjunto de mudanças, entre as quais as demográficas, comportamentais, produtivas e culturais.

Os estudos prospectivos sinalizam movimentos demográficos expressivos. No caso do Ocidente, o declínio das taxas de natalidade e o aumento da expectativa de vida ganham destaque. Ambos incidem diretamente na tendência de envelhecimento da população. Por consequência, a sociedade precisará repensar o lugar dos idosos nas cidades e implantar uma nova cultura do envelhecimento.

A busca pela qualidade de vida será consolidada como outro traço marcante das cidades do futuro. Uma maior conscientização acerca da importância do bem-estar e da saúde será materializada por meio de mudanças no estilo de vida, bem como por alterações nos padrões de consumo. Paralelamente, avanços nos medicamentos, na genética e em diversas tecnologias permitirão aumentar a qualidade e a quantidade do período vivido.

Os interesses pelos direitos humanos e a capacidade das pessoas de se organizarem em defesa deles produzirão um cenário de ampliação do protagonismo social. Os cidadãos gradativamente deverão ser motivados pelo reconhecimento de seus direitos individuais e, sobretudo, pela empatia aos direitos coletivos. O alcance dessas lutas sociais ocorrerá, cada vez mais, através de estratégias de mobilização de agentes transformadores cooperando em rede.

Na era virtual, as relações sociais serão crescentemente impactadas pela conectividade. Com a *internet* das coisas[9], a diferença entre o *on-line* e o *off-line* desaparecerá, modificando as mais diversas rotinas e atividades da cidade. As redes sociais ampliarão a convivência entre local e global, moldando novas expressões culturais e, ao mesmo passo, viabilizando maior resgate e valorização de raízes e tradições.

As cidades se tornarão cada vez mais multiculturais e deverá se verificar a ampliação de movimentos em prol da diversidade. Nesse sentido, ganharão força o pleno reconhecimento, a proteção e a promoção dos direitos fundamentais de grupos minoritários. Os processos migratórios deverão se ampliar motivados pelas crises econômicas e pela exacerbação de conflitos religiosos e étnicos, transformando constantemente o perfil social e cultural das cidades. Desafios como violência, vulnerabilidade e drogas permanecerão no seio da agenda urbana.

[9] Sistemas e ferramentas de inteligência que permitem que os objetos troquem informações.

NOVAS PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

Sobressaltos observados atualmente na economia mundial sinalizam transformações profundas e estruturais que redefinirão os negócios no futuro, de modo que os diferentes agentes que integram o tecido econômico das cidades terão que se adaptar e se reinventar.

As constantes mudanças da economia global, bem como as de escala urbana, demandarão esforços redobrados de planejamentos cíclicos por parte dos atores econômicos das cidades, que deverão se orientar sistematicamente por informações estratégicas de escala local, assim como macroeconômicas.

Um dos principais desafios nos próximos anos será a manutenção e a ampliação da competitividade no mundo globalizado.

Os termos de competição se alterarão constantemente e os territórios terão uma importância cada vez maior na criação das condições necessárias à competitividade dos serviços e indústrias instalados. Na busca por melhor posicionamento, as cidades investirão cada vez mais energia no mapeamento e na alavancagem de seus fatores críticos de competitividade.

A diversificação econômica deverá ser ainda mais intensificada nos processos de desenvolvimento regional, como alternativa às restrições físico-territoriais e às limitações ambientais. Devem ganhar força a transformação digital das organizações, o surgimento de novos modelos econômicos, tais como moedas sociais e digitais, o compartilhamento do acesso à propriedade privada (carros, casas, entre outros), o acesso a produtos e serviços como *streaming*[10] e o conceito de *everything as a service*[11] em vez da compra.

A atratividade do ambiente de negócios será ponto fundamental para a continuidade do desenvolvimento econômico das cidades. Nesse sentido, infraestrutura física e tecnológica de qualidade, capital humano, desburocratização de processos locais e promoção de qualidade de vida no território prosseguem como alguns dos desafios urbanos para a atração e a retenção de capital.

Estudos prospectivos também apontam uma série de tendências para o mundo do trabalho. No que tange à operação e à infraestrutura, deverão ocorrer mudanças rumo a uma maior horizontalização[12] entre os colaboradores, assim como uma ampliação de espaços colaborativos e modelos disruptivos[13]. Outro fenômeno que ganhará força é a flexibilização do trabalho, ampliando formatos de contratos, relações e a virtualidade na execução de atividades. As mudanças em questão impulsionarão a criação de carreiras dinâmicas e novas competências, assim como a permanente busca por formação continuada ao longo da vida.

[10] Forma de transmissão instantânea de dados de áudio e vídeo através de redes. Por meio do serviço, é possível assistir a filmes ou escutar música sem a necessidade de fazer *download*, o que torna mais rápido o acesso aos conteúdos *on-line*.
[11] "Tudo como serviço".
[12] Diminuição de níveis hierárquicos.
[13] Oferecem novos modelos de trabalho, desestabilizando as empresas com modelos tradicionais.

A colaboração seguirá como um conceito crescente no mundo dos negócios, exercendo, cada vez mais formatos diversos na sua expressão, seja na redistribuição de produtos, nas trocas de habilidades ou mesmo no uso compartilhado.

Os ecossistemas de inovação serão incorporados crescentemente como estratégia de desenvolvimento das cidades. Uma maior integração de redes de empreendedores, investidores, talentos e universidades possibilitará uma produção de alta *performance* e valor agregado. Ademais, um número cada vez maior de territórios reconhecerá o potencial do setor de Economia Criativa e o papel que ele desempenha como fonte de empregos, de riqueza e de compromisso cultural.

MUDANÇAS NO MEIO AMBIENTE

Todos os estudos de futuro indicam que o consumo de energia deverá crescer nas cidades nos próximos anos. Esse acréscimo trará maiores benefícios e facilidades à rotina das cidades, mas promoverá o aumento das emissões de gases de efeito estufa bem acima dos níveis atuais. Buscando respostas a esse contexto, serão ampliados os esforços concertados em prol da eficiência energética, da diversificação da matriz energética e da minimização do uso de combustíveis fósseis. Nesse sentido, políticas de descarbonização orientadas para os diferentes agentes das cidades devem ganhar força na luta contra o aquecimento global.

A água é um recurso natural que tende a aumentar exponencialmente de valor. A crescente escassez em várias regiões do globo e o aumento da demanda nas cidades coloca esse recurso como foco de regulamentações cada vez mais rigorosas tanto para o uso urbano como rural (principalmente irrigação). Sistemas de captação, recuperação e reaproveitamento de água serão cada vez mais utilizados.

As cidades investirão fortemente em sistemas de tratamento e gestão da distribuição com foco no reaproveitamento, na eliminação de desperdícios e na prevenção de vazamentos da rede.

A valorização dos rios urbanos, enquanto elementos constituintes da cidade, desponta internacionalmente como estratégia ambiental. Processos de renaturalização dos rios urbanos, através da descanalização, despoluição e recuperação de margens, entrarão na pauta das principais metrópoles do mundo.

Em todo o planeta, as ameaças à biodiversidade estão rapidamente atingindo um nível crítico, as quais poderão precipitar mudanças generalizadas no número e na distribuição de espécies, bem como no funcionamento dos ecossistemas. Nesse sentido, serão crescentes as mobilizações em busca de uma agenda pública orientada à biodiversidade, com vistas a minimizar a perda das características ecológicas e as diferentes formas de vida dos territórios.

As cidades do futuro continuarão expandindo o consumo de recursos naturais. A tomada de consciência da população, a evolução tecnológica e as inovações serão grandes aliadas no equacionamento das demandas, bem como na diminuição do impacto ambiental. As ações preventivas e corretivas da pegada humana no meio ambiente tendem a crescer em volume e eficácia.

Os tecidos social e produtivo já iniciaram uma transição em busca de formas ambientalmente amigáveis de cultivar alimentos, produzir bens e serviços, administrar bacias hidrográficas, acomodar o crescimento urbano em muitas comunidades, entre outras. O grande desafio será o maior protagonismo das cidades para acelerar essa transição e sua viabilização em larga escala.

ALTERAÇÕES NA MOBILIDADE

A mobilidade urbana deverá enfrentar pressões crescentes e impactos em virtude de uma série de questões, incluindo: padrões climáticos em transformação; crescimento populacional; restrições de capacidade; escassez de capital; tecnologias que aumentam a defasagem das infraestruturas; entre outras. Em razão destes e de outros desafios e com vistas a evitar o caos, as grandes cidades deverão promover mudanças radicais nos aspectos inerentes à mobilidade.

Diversos estudos apontam o transporte intermodal como a chave para um futuro mais eficiente e sustentável, viabilizando a integração e a combinação dos sistemas modais. De forma complementar, para aumentar a qualidade de vida urbana, muitas cidades estabelecerão e comunicarão metas ambiciosas para reduzir as emissões de CO_2.

Aspectos como as restrições de acesso e velocidade para carros individuais em determinados locais da cidade, os compartilhamentos de automóveis, bicicletas e vias, assim como os incentivos para ciclomobilidade e pedestrianização serão algumas das combinações que promoverão novos modelos de mobilidade e uma nova consciência sobre circulação urbana. O transporte coletivo avançará como modalidade central, ganhando novos atributos como a modernização da frota e a informatização dos sistemas de controle operacional, bilhetagem e prevenção de assaltos e acidentes.

Uma grande onda de inovação, na qual cada vez mais se farão presentes veículos elétricos, veículos autônomos, *internet* das coisas, novos modelos de serviços, entre outros, irá impactar drasticamente a segurança, a experiência das pessoas e a sustentabilidade das cidades.

Os investimentos na adaptação e na modernização dos espaços urbanos, já em curso dentro da política nacional, tenderão a se fortalecer com foco na democratização da mobilidade sustentável e na acessibilidade.

CURITIBA 2035

TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS PARA O FUTURO DE CURITIBA

No processo de construção do Curitiba 2035, foram priorizadas nove áreas temáticas consideradas estratégicas para o desenvolvimento da cidade.

- **Cidade da Educação e do Conhecimento**
- **Desenvolvimento Socioeconômico**
- **Mobilidade e Transporte**
- **Saúde e Qualidade de Vida**
- **Meio Ambiente e Biodiversidade**
- **Coexistência em uma Cidade Global**
- **Planejamento e Gestão Urbana**
- **Segurança**
- **Governança**

Cada temática foi objeto de estudos, reflexões e criação de inteligência coletiva. Os resultados dos trabalhos realizados foram sistematizados e sintetizados, dando origem a um capítulo específico para cada uma das áreas prioritárias.

Os capítulos dedicados às temáticas prioritárias são compostos por:

Situação Atual

Construída a partir de dados secundários de fontes oficiais, apresenta uma caracterização panorâmica e não exaustiva da área temática.

Visão Temática

Elaborada durante as reflexões coletivas nos painéis de especialistas, revela a condição de futuro desejada para a área temática no horizonte de 2035.

Barreiras

Produzidas nos painéis de especialistas, compreendem as condições impeditivas para o alcance da visão de futuro da área temática.

Fatores Críticos de Sucesso

Definidos durante os painéis de especialistas, são elementos-chave que orientam a proposição das ações. A construção desses fatores é realizada considerando-se o conjunto de barreiras identificadas.

Ações

Elaboradas em várias etapas de construção participativa, explicitam as iniciativas de curto, médio e longo prazos que são necessárias para a transformação da realidade com vistas à concretização do sonho de futuro para a cidade.

CIDADE DA EDUCAÇÃO E DO CONHECIMENTO

A educação e o conhecimento são temas amplamente debatidos nos processos reflexivos sobre o futuro das cidades. No contexto do Curitiba 2035, a temática Cidade da Educação e do Conhecimento propõe a discussão relativa à atuação da cidade sobre o desenvolvimento das pessoas, a fim de que estas possam compreender, refletir e intervir sobre a realidade do mundo que as cerca. Também coloca em relevo os processos de criação, compartilhamento e uso do conhecimento no âmbito do município. Dentro dessa área temática, são abordadas questões como gestão da educação, novos modelos de ensino-aprendizagem, tecnologias e métodos em educação, conhecimento, entre outras.

Em um horizonte de longo prazo, a educação e o conhecimento são reconhecidos como fundamentais. Todavia, estudos prospectivos sinalizam novos contornos para os temas, conferindo importância ainda maior para ambos, inclusive no contexto do desenvolvimento urbano.

A promoção de projetos inovadores de infraestrutura educacional, adequados aos novos padrões de ensino, assim como a valorização e a qualificação constante dos profissionais da educação, fazem parte da concepção de uma gestão que ultrapassa questões burocráticas e investe em novos modelos de ensino e aprendizagem.

Esses novos parâmetros reconhecem processos sociais e culturais em constante transformação, como o papel do professor em um mundo no qual a obtenção da informação está mais fluida e acessível, assim como a inclusão de temas transversais que perpassam as matérias curriculares.

Além disso, o aprimoramento do conjunto de tecnologias, métodos e práticas educacionais ocupa papel preponderante nas cidades, tendo como objetivo apoiar a criação, a transferência e a aplicação do conhecimento. Na era da informação, o conhecimento se constitui em um dos ativos mais relevantes, influenciando diretamente o desenvolvimento das cidades.

Com base no exposto, a temática Cidade da Educação e do Conhecimento foi compreendida como questão vital para o futuro, pois se configura como eixo central para o desenvolvimento humano e a constituição de capital intelectual orientado aos constantes desafios do território.

A sociedade curitibana deseja uma cidade que valorize os processos de desenvolvimento e aperfeiçoamento das faculdades morais, intelectuais, físicas e artísticas dos indivíduos, assim como viabilize processos educacionais e de construção de competências que otimizem o desenvolvimento do território. Assim, ações estratégicas para Cidade da Educação e do Conhecimento são condições de base para a transformação da cidade.

SITUAÇÃO ATUAL

Curitiba se destaca positivamente em indicadores relacionados à educação e ao conhecimento. O município possui a maior média de anos de estudos e a segunda menor taxa de analfabetismo dentre as capitais brasileiras. Entre a população com Ensino Superior, Curitiba também ganha evidência ao apresentar um dos maiores contingentes populacionais com esse nível de escolaridade.

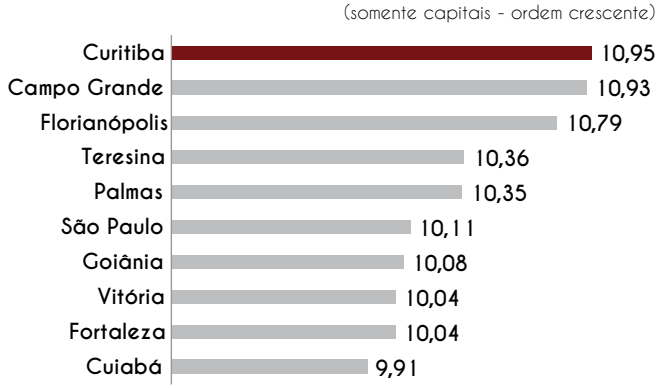
A capital ainda se sobressai em indicadores mais qualitativos como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que visa a medir a qualidade do aprendizado e a taxa de distorção série-idade, que busca mensurar o nível de defasagem escolar.

No que tange aos equipamentos públicos de Educação Básica, verifica-se que a oferta curitibana está bem distribuída e direcionada às áreas de maior adensamento populacional.

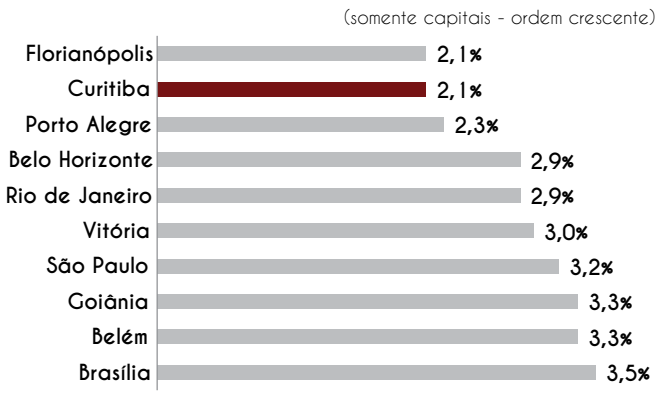
Em relação ao ecossistema de educação, pesquisa e inovação, Curitiba também é referência, principalmente em escala regional, já que possui: (i) 43% dos estabelecimentos de pesquisa e desenvolvimento do estado; (ii) 100% dos programas de aceleração e 86% dos investidores ligados a *startups* regionais; (iii) 54% dos pesquisadores e 46% dos engenheiros registrados no Paraná.

Fontes: (a) PNUD, 2013; (b) IBGE, 2010; (c) INEP, 2015b; (d) INEP, 2015c; (e) IPPUC, 2016; (f) BRASIL, 2015b; (g) SEBRAE, 2015.

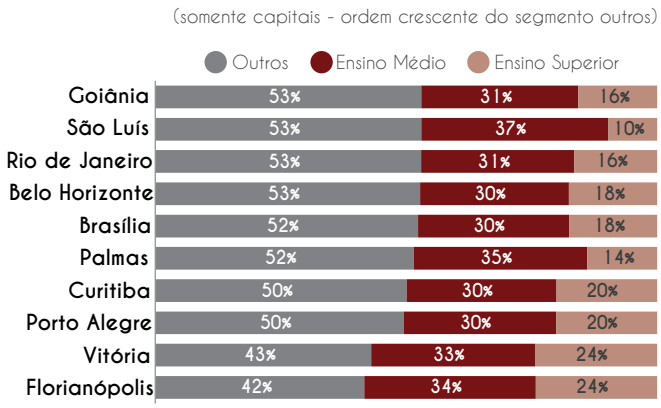
Média de anos de estudo[a] - 2010



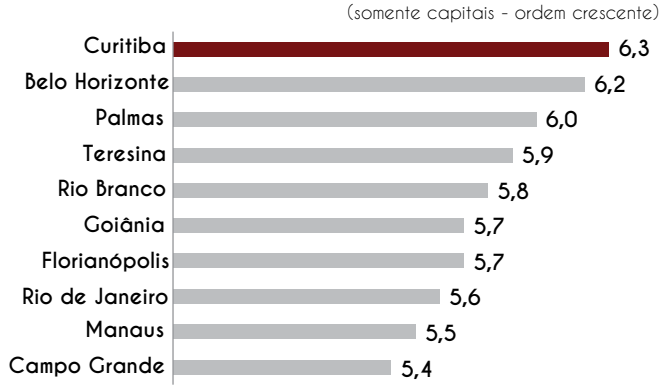
Taxa de analfabetismo[a] - 2010



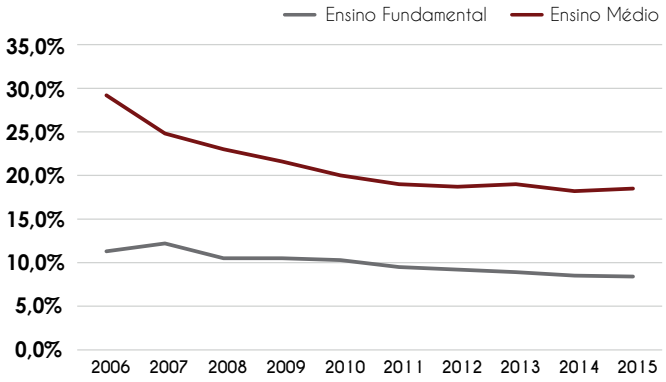
Nível de instrução[b] - 2010



Ideb[d] - 2015



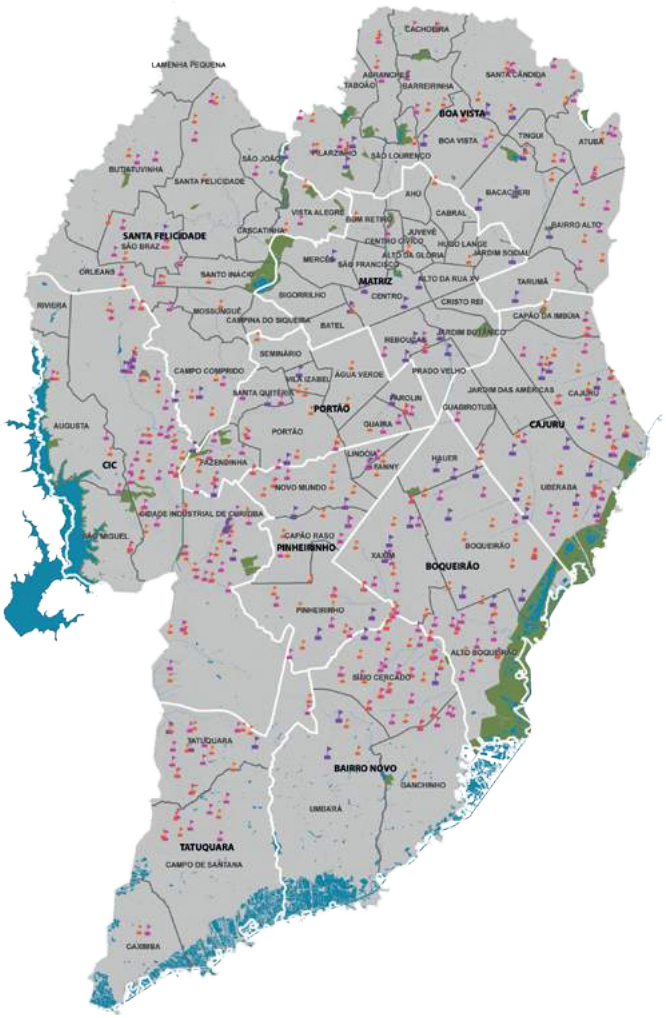
Taxa de distorção série-idade[c]



Equipamentos públicos de Educação Básica[e] - 2016

LEGENDA

- Divisa de bairros
- Lagos, lagoas e represas
- Parques e bosques
- Escolas municipais
- Centros municipais de Educação Infantil
- Centros de Educação Infantil (conveniado)



Ecossistema de educação, pesquisa e inovação[g][f] - 2016

		% CURITIBA	PARTICIPAÇÃO DE CURITIBA: NO PARANÁ	NO BRASIL
Estabelecimentos	Pesquisa & Desenvolvimento	6%	43%	2%
	Educação	94%	27%	1%
	Total	**100%**	**28%**	**1%**
Empregos	Gerência & Direção em P&D	5%	41%	2%
	Pesquisadores	7%	54%	2%
	Engenheiros	88%	46%	3%
	Total	**100%**	**46%**	**3%**
Atores	*Startups*	75%	36%	-
	Espaços de *Coworking*	5%	44%	-
	Movimentos Locais	5%	22%	-
	Instituições de Ensino Superior	4%	21%	-
	Investidores (Grupos Organizados)	3%	86%	-
	Programas de Aceleração	3%	100%	-
	Entidades de Apoio	3%	18%	-
	Incubadoras e Hotéis Tecnológicos	2%	19%	-
	Total	100%	-	

VISÃO TEMÁTICA

Na construção da visão temática para Cidade da Educação e do Conhecimento, o desenvolvimento humano emergiu como interesse central. Também ficou demarcado que a educação e o conhecimento devem continuamente possibilitar a formação de protagonistas que atuem em novos empreendimentos, bem como em soluções inovadoras, inclusivas e sustentáveis. Assim, a visão temática para a Cidade da Educação e do Conhecimento no âmbito do Curitiba 2035 é:

Excelência na educação de cidadãos protagonistas na produção de conhecimento e promotores de uma sociedade empreendedora de soluções inovadoras, inclusivas e sustentáveis, orientadas ao desenvolvimento integral do ser humano.

BARREIRAS

Considerando a situação atual, as principais barreiras à concretização dessa visão de futuro são:

- Deficiência na infraestrutura educacional pública.
- Comprometimento da qualidade do ensino.
- Baixa oferta de educação em período integral.
- Deficiência nos processos de gestão educacional.
- Desvalorização dos professores.
- Fragmentação do conhecimento.
- Limitação nos processos de gestão do conhecimento.
- Déficit na oferta de Educação Superior.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A reflexão coletiva sobre as barreiras para o alcance da visão de futuro construída coletivamente culminou na identificação de quatro fatores críticos de sucesso que englobam as condições impeditivas atuais.

Política de Estado

Construção do Conhecimento

Articulação Setorial

Recursos Humanos

Esses fatores críticos constituem-se em norteadores para a proposição das ações essenciais ao alcance da visão temática para Cidade da Educação e do Conhecimento.

AÇÕES

A proposição de ações foi estruturada a partir dos fatores críticos de sucesso. O diagnóstico sobre a situação atual da municipalidade e a identificação das barreiras alimentaram as reflexões e permitiram a identificação de 160 ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos, com vistas à concretização da visão temática Cidade da Educação e do Conhecimento.

Política de Estado

Este fator crítico abrange o conjunto de decisões, planos, procedimentos e metas governamentais voltados para a resolução de problemas de interesse público relacionados à área temática Cidade da Educação e do Conhecimento.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

CEC 01	Ampliação de canais de participação na construção do planejamento da política educacional do município.
CEC 02	Constituição de modelo de governança para a gestão de atividades relacionadas a educação e conhecimento em Curitiba.
CEC 03	Implementação de políticas para atendimento do ODS 4[14] da ONU: Educação e qualidade.
CEC 04	Criação de programa para posicionamento de Curitiba como centro de referência em educação e conhecimento no Brasil.
CEC 05	Levantamento de *benchmarks* de políticas inovadoras e experiências de sucesso em educação para todos os níveis de ensino.
CEC 06	Implementação dos princípios de governança (transparência, responsabilidade, conformidade e equidade) na gestão das atividades relacionadas a educação e conhecimento em Curitiba.
CEC 07	Elaboração e divulgação de indicadores e metas da educação em todos os níveis de ensino.
CEC 08	Implementação de mecanismos transparentes de avaliação de desempenho no Ensino Fundamental e Médio da rede pública.
CEC 09	Implementação de mecanismos transparentes de avaliação de desempenho no Ensino Superior da rede pública estadual e federal em Curitiba.
CEC 10	Avaliação e revisão de programa de formação continuada de docentes da rede pública.
CEC 11	Instituição de programa de profissionalização da gestão das instituições públicas de educação.
CEC 12	Desenvolvimento de mecanismos que facilitem o investimento social privado nos equipamentos públicos de educação.
CEC 13	Elaboração de política para expansão do número de vagas na Educação Básica.
CEC 14	Revisão e aprimoramento de critérios de distribuição do número de estudantes por turma no Ensino Fundamental e Médio.

[14] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

CEC 15	Elaboração de política para expansão do número de vagas no Ensino Superior.
CEC 16	Instituição de programa de incentivo à formação em engenharias.
CEC 17	Estabelecimento de estratégia para diminuição da evasão escolar no Ensino Fundamental e Médio.
CEC 18	Ampliação da oferta de ensino público em período integral.
CEC 19	Qualificação dos projetos político-pedagógicos da Educação Básica considerando a inclusão da diversidade, a equidade de direitos e a expressão de grupos minoritários.
CEC 20	Desenvolvimento de estudo de viabilidade e projeto piloto para a implantação do ensino bilíngue nos níveis fundamental e médio.
CEC 21	Ampliação da oferta de programação e robótica na grade da Educação Básica.
CEC 22	Desenvolvimento de estudo de viabilidade e projeto piloto para identificação de jovens talentos nas diversas expressões das artes e da cultura no âmbito da Educação Básica.
CEC 23	Criação de programas municipais orientados à sustentabilidade, à ética e ao desenvolvimento de competências socioemocionais e comportamentais nos estudantes das redes pública e privada.
CEC 24	Criação de programas de combate à violência e ao *bullying* nos ambientes educacionais das redes pública e privada.
CEC 25	Elaboração de estudos sobre a realidade socioeconômica do entorno das instituições de Educação Básica de Curitiba.
CEC 26	Instituição de núcleos de apoio técnico-pedagógicos na Educação Básica pública, para tratamento de temas sociais relevantes na atualidade.
CEC 27	Ampliação de programas orientados ao uso comunitário de infraestruturas educacionais para atividades de lazer e cultura.
CEC 28	Aprimoramento de políticas de acesso a atividades culturais para estudantes e docentes.
CEC 29	Planejamento da expansão e qualificação da infraestrutura escolar da rede pública municipal, considerando transformações sociodemográficas regionais, tendências educacionais e pressupostos da sustentabilidade.
CEC 30	Desenvolvimento de alianças e parcerias internacionais para inovação nas práticas educacionais, em sintonia com as mais recentes possibilidades tecnológicas e os princípios de sustentabilidade[15].

[15] Equilíbrio nas relações sociais, ambientais e econômicas.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

CEC 31	Aperfeiçoamento de programa para posicionamento de Curitiba como centro de referência em educação e conhecimento no Brasil.
CEC 32	Proposição e implantação de modelo de governança integrada[16] em educação e conhecimento para Curitiba e região metropolitana.
CEC 33	Monitoramento contínuo do ODS 4 da ONU.
CEC 34	Aprimoramento dos mecanismos e da transparência na avaliação de desempenho no Ensino Fundamental e Médio da rede pública.
CEC 35	Criação de núcleos de inovação em educação nas redes pública e privada.
CEC 36	Desenvolvimento de programa para ampliação e modernização da infraestrutura física e dos recursos pedagógicos das instituições da Educação Básica da rede pública.
CEC 37	Ampliação do Programa de requalificação do entorno das escolas da rede pública do município.
CEC 38	Criação de parcerias com instituições de Ensino Superior para utilização dos espaços destinados a pesquisa e experimentação em ciências exatas e biológicas pelos alunos da Rede Pública do Município.
CEC 39	Manter os Centros Municipais de Educação Infantil em consonância com as diretrizes recomendações preconizadas pelo Marco Legal da Primeira Infância[17].
CEC 40	Instituição de programa de formação bilíngue para o Ensino Fundamental e Médio.
CEC 41	Instituição de programa de incentivo ao desenvolvimento de jovens talentos nas diversas expressões da arte e da cultura na Educação Básica.
CEC 42	Monitoramento das necessidade de vagas em todos os níveis de educação.
CEC 43	Ampliação da oferta de cursos de engenharia.
CEC 44	Instituição de política de inovação e empreendedorismo em educação.
CEC 45	Aprimoramento de programas orientados à sustentabilidade, à ética e ao desenvolvimento de competências socioemocionais e comportamentais nos estudantes das redes pública e privada.

[16] Governança com o envolvimento de atores estratégicos dos municípios da RMC.

[17] O marco legal da primeira infância é delimitado pela Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que cria uma série de programas, serviços e iniciativas voltados à promoção do desenvolvimento integral das crianças desde o nascimento até os seis anos de idade.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

CEC 46	Avaliação do posicionamento de Curitiba perante cidades de referência em educação e conhecimento no Brasil.
CEC 47	Implementação de políticas de posicionamento de Curitiba como centro de referência em educação e conhecimento no contexto internacional.
CEC 48	Balanço e atualização do modelo de governança integrada em educação e conhecimento de Curitiba e região metropolitana.
CEC 49	Avaliação das políticas metropolitanas de educação à luz dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.
CEC 50	Implementação de programa de valorização profissional vinculado à política de avaliação de desempenho dos profissionais da educação.
CEC 51	Aprimoramento do programa de formação continuada de docentes da rede pública.
CEC 52	Ampliação de unidades escolares nas regionais conforme realidade sociodemográfica.
CEC 53	Atualização contínua da infraestrutura física e de recursos pedagógicos das instituições de ensino das redes pública e privada.
CEC 54	Atendimento pleno das necessidades de vagas em todos os níveis de educação.
CEC 55	Atendimento pleno da demanda de ensino público em período integral.
CEC 56	Atualização e ampliação de programa de formação em programação e robótica para a Educação Básica.
CEC 57	Avaliação e aprimoramento de programa de incentivo ao desenvolvimento de jovens talentos nas diversas expressões das artes e da cultura, no ensino Fundamental e Médio.
CEC 58	Aperfeiçoamento da política de formação bilíngue para o Ensino Fundamental e Médio.
CEC 59	Estudo de viabilidade e implementação de projeto piloto para ensino bilíngue na Educação Infantil.

Construção do Conhecimento

Este fator crítico abrange ações para o aprimoramento de programas, projetos, tecnologias e processos cujos objetivos sejam apoiar a criação, a transferência e a aplicação do conhecimento no âmbito da cidade.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

CEC 60	Elaboração e compartilhamento de *benchmarking* de modelos de gestão da educação e do conhecimento.
CEC 61	Criação de plataforma com ferramentas de gestão do conhecimento para diferentes setores econômicos e áreas da sociedade.
CEC 62	Ampliação da oferta de congressos, seminários e fóruns sobre temas sociais e culturais relacionados a desafios locais e globais.
CEC 63	Elaboração de programas de incentivo ao desenvolvimento de monografias e trabalhos de conclusão de cursos superiores orientados aos desafios sociais e tecnológicos da cidade.
CEC 64	Criação de programas orientados ao desenvolvimento do empreendedorismo, à produção de conhecimento e à inovação.
CEC 65	Elaboração de programa para expansão do potencial físico, criativo e musical de crianças e jovens da Educação Básica.
CEC 66	Criação de agenda colaborativa digital para divulgação de programas, cursos e eventos de empreendedorismo e inovação.
CEC 67	Ampliação da oferta de hotéis de projetos, incubadoras, aceleradoras[18], *coworkings*[19] e *startups*[20] em Curitiba e região metropolitana.
CEC 68	Ampliação de extensões universitárias para desenvolvimento de *startups*.
CEC 69	Ampliação e qualificação de iniciativas voltadas à valorização e à produção de conhecimento, como *hackathons*[21], olimpíadas de educação profissionalizante, matemática, física e robótica, assim como concursos de artes e literatura.
CEC 70	Realização e compartilhamento de mapeamento de tecnologias e metodologias inovadoras em educação.
CEC 71	Ampliação da oferta de conteúdos EaD em todos os níveis de ensino.
CEC 72	Expansão e diversificação de *Massive Open On-line Courses* (*MOOCs*[22]).

[18] Forma moderna de incubadora de empresas.

[19] Ambientes projetados para o trabalho autônomo, com pessoas de diversas áreas e estrutura de suporte para clientes, reuniões e eventos, normalmente com custos menores que aluguéis de salas comerciais.

[20] Empresas iniciantes de tecnologia.

[21] Maratonas de programação em que vários profissionais (programadores, *designers*, engenheiros, etc.) se reúnem para desenvolver novas soluções de *software* ou *hardware*.

[22] Cursos abertos ofertados por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas da *web* 2.0 ou redes sociais, que permitem que um grande número de alunos ampliem seus conhecimentos.

CEC 73	Ampliação de práticas de "*startup kids*[23]".
CEC 74	Expansão da oferta de formações em programação, *games* e robótica para crianças e jovens.
CEC 75	Desenvolvimento de programas voltados à orientação vocacional no Ensino Médio.
CEC 76	Criação e implementação de programas contínuos de reconversão profissional, considerando as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas.
CEC 77	Atualização de formações de nível profissionalizante e superior, considerando as transformações da Indústria 4.0[24] e os levantamentos de perfis profissionais para o futuro.
CEC 78	Ampliação e diversificação da oferta de programas de graduação e pós-graduação em Curitiba e região metropolitana.
CEC 79	Ampliação da oferta de programas de mestrado e doutorado profissionalizantes em Curitiba e região metropolitana.
CEC 80	Diversificação de linhas de pesquisa do Ensino Superior em Curitiba e região metropolitana.
CEC 81	Criação e implementação de programas de formação e capacitação contínua orientados à terceira idade.
CEC 82	Instituição de programas de acompanhamento pedagógico em português e matemática explorando novas metodologias, mídias e recursos tecnológicos.
CEC 83	Criação de comunidades de aprendizagem virtuais que estimulem o desenvolvimento sustentável da cidade.
CEC 84	Expansão de programas de protagonismo juvenil em ações educacionais orientadas a desafios sociais e sustentabilidade.
CEC 85	Criação de *serious games*[25] sobre temas em educação e conhecimento para a cidade de Curitiba e região metropolitana.
CEC 86	Desenvolvimento de banco de boas práticas educacionais no tratamento de temas da agenda social atual, como inclusão, equidade, diversidade, violência, cidadania e drogas.
CEC 87	Ampliação de práticas educativas e culturais com interfaces adaptadas para as pessoas com deficiência.
CEC 88	Criação de programa de parceria para ensino-aprendizagem de língua estrangeira com atores da comunidade.
CEC 89	Ampliação e qualificação de atividades formativas em arte e cultura.

[23] Projetos promissores, ligados a pesquisa, investigação e desenvolvimento de ideias inovadoras para construir uma metodologia de ensino aproximando crianças do pensamento criativo, lúdico e inventivo.

[24] Termo que engloba algumas tecnologias para automação e troca de dados e utiliza conceitos de *Internet* das Coisas e Computação em Nuvem.

[25] Jogos com o objetivo de transmitir um conteúdo educacional ou de treinamento ao usuário.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

CEC 90	Ampliação de programas orientados ao desenvolvimento do empreendedorismo, à produção de conhecimento e à inovação.
CEC 91	Ampliação e divulgação de plataformas de estudo e pesquisa nas áreas da educação e do conhecimento.
CEC 92	Expansão de formações de nível profissionalizante e superior alinhadas ao advento da Indústria 4.0, aos levantamentos de perfis profissionais de futuro e às mais recentes transformações tecnológicas.
CEC 93	Implementação de iniciativas inovadoras de identificação e aprimoramento de jovens talentos do Ensino Fundamental e Médio da rede pública.
CEC 94	Ampliação dos programas de formação e capacitação contínua orientados à terceira idade.
CEC 95	Adaptação da estrutura física e virtual de funcionamento da Biblioteca Pública do Paraná para atendimento 24 horas.
CEC 96	Instituição de agenda de eventos, ações educacionais e de iniciação científica em espaços de expressão histórico-cultural e diversidade ambiental.
CEC 97	Expansão de festivais de tecnologia, educação, artes e cultura de Curitiba.
CEC 98	Ampliação dos ativos físicos, tecnológicos e culturais necessários para atração e retenção de talentos nacionais e internacionais das mais diversas áreas do conhecimento.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

CEC 99 Revisão e atualização de programas orientados ao desenvolvimento do empreendedorismo, à produção de conhecimento e à inovação.

CEC 100 Revisão e atualização da oferta de formações de nível profissionalizante alinhada às transformações sociais e tecnológicas.

CEC 101 Atualização e ampliação de oferta de formações de nível superior alinhada às transformações sociais e tecnológicas.

CEC 102 Instituição de programa para formação de cientistas nos diversos níveis de ensino das redes pública e privada.

CEC 103 Criação de museu futurista com foco em tecnologia, inovação e criatividade.

CEC 104 Criação de novos indicadores de qualidade da Educação Básica de Curitiba e região metropolitana.

CEC 105 Criação de novos indicadores de qualidade dos programas de graduação e pós-graduação de Curitiba e região metropolitana.

ANOTAÇÕES

Articulação Setorial

Abrange aspectos relacionados ao estreitamento de relações entre instituições com o intuito de articular e promover o estabelecimento de parcerias para concretização da visão temática Cidade da Educação e do Conhecimento.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

CEC 106	Mapeamento do ecossistema de educação e conhecimento de Curitiba e região metropolitana.
CEC 107	Constituição de agenda de interação e cooperação do ecossistema de educação e conhecimento de Curitiba e região metropolitana.
CEC 108	Diversificação de mecanismos de consulta pública em questões referentes a educação e conhecimento de Curitiba.
CEC 109	Ampliação de canais de participação social em questões referentes a educação e conhecimento.
CEC 110	Desenvolvimento de parcerias entre instituições de Ensino Superior e Educação Básica, para projetos de iniciação científica, com foco no desenvolvimento integral do ser humano.
CEC 111	Realização de estudos para instituição de PPP para desenvolvimento de iniciativas inovadoras e inclusivas em atividades correlatas a educação e construção do conhecimento.
CEC 112	Realização de estudos para instituição de PPP para indução do empreendedorismo nas instituições de ensino e inovação nas atividades de educação.
CEC 113	Expansão de acordos de cooperação entre instituições internacionais de referência em educação e instituições de Ensino Superior de Curitiba e região metropolitana.
CEC 114	Ampliação de eventos para troca de experiências entre profissionais do setor produtivo e estudantes do Ensino Médio e Superior.
CEC 115	Criação de projeto de colaboração no âmbito do ecossistema de educação e conhecimento de Curitiba para construção de metodologias interdisciplinares.
CEC 116	Compartilhamento da infraestrutura digital de instituições de ensino com a comunidade para fins de formação EaD.
CEC 117	Ampliação de projetos de colaboração entre escola e comunidade.
CEC 118	Expansão e qualificação de projetos que promovam a abertura de escolas municipais nos finais de semana para atividades educacionais, culturais e esportivas voltadas à comunidade.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

CEC 119 Expansão de fóruns de participação ativa da sociedade no aprimoramento do sistema educacional municipal.

CEC 120 Incremento e diversificação de projetos de cooperação no âmbito do ecossistema de educação e conhecimento de Curitiba e região metropolitana.

CEC 121 Criação de programa de cooperação com cidades, do Brasil e do mundo, consideradas referências em educação e produção de conhecimento.

CEC 122 Ampliação de parcerias público-privadas para desenvolvimento de iniciativas inovadoras e inclusivas em atividades correlatas a educação e construção do conhecimento.

CEC 123 Instituição de PPP para indução do empreendedorismo nas instituições de ensino e inovação nas atividades de educação.

CEC 124 Compartilhamento de estruturas físicas entre instituições de ensino, para o desenvolvimento de projetos especiais.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

CEC 125 Criação de plataforma colaborativa, participativa e consultiva para proposição, discussão e monitoramento de questões ligadas a educação e conhecimento.

CEC 126 Criação de premiação para o reconhecimento de cientistas, artistas e personalidades que se destacarem na implementação do Curitiba 2035.

Recursos Humanos

Este fator crítico reúne aspectos para atração, retenção, formação, capacitação e desenvolvimento de profissionais que atuam em atividades correlatas à temática Cidade da Educação e do Conhecimento.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

CEC 127	Desenvolvimento de campanhas, nas diversas mídias, para valorização da educação e do educador.
CEC 128	Realização de pesquisa sobre a situação socioeconômica do educador de Curitiba e região metropolitana e caracterização de seu ambiente de trabalho.
CEC 129	Elaboração e compartilhamento de estudo sobre novas configurações do papel do educador.
CEC 130	Implementação de um método de avaliação dos profissionais de educação da rede pública.
CEC 131	Desenvolvimento de programa orientado à saúde do profissional do ensino.
CEC 132	Elaboração de conteúdos e metodologias de suporte a equipes pedagógicas da Educação Básica para realização de atividades comunitárias.
CEC 133	Implementação de programa de formação em "metodologias ativas"[26] de ensino-aprendizagem para professores de todos os níveis de ensino.
CEC 134	Criação de programas de formação, para docentes do Ensino Fundamental e Médio da rede pública, orientados ao uso e à aplicação de tecnologias nas práticas pedagógicas.
CEC 135	Desenvolvimento de programa de formação em metodologia de ensino interdisciplinar orientado aos profissionais da Educação Básica.
CEC 136	Ampliação da oferta de formações específicas para tutores EaD.
CEC 137	Incremento da oferta de formações para produção de conteúdo EaD em todos os níveis de educação.
CEC 138	Expansão da oferta e divulgação de bolsas de estudo e pesquisa para professores da rede pública.
CEC 139	Elaboração de programa de formação de docentes de alta *performance* nas áreas de português, matemática, química, física e biologia.
CEC 140	Criação de programa para identificação, desenvolvimento e uso de metodologias, tecnologias, técnicas e conteúdos inovadores, para instigar o aprendizado de português, matemática, física, química e biologia.

[26] "Ocorre quando o aluno interage com o assunto em estudo – ouvindo, falando, perguntando, discutindo, fazendo e ensinando – sendo estimulado a construir o conhecimento ao invés de recebê-lo de forma passiva do professor. Em um ambiente de aprendizagem ativa, o professor atua como orientador, supervisor, facilitador do processo de aprendizagem, e não apenas como fonte única de informação e conhecimento" (BARBOSA; MOURA, 2013).

CEC 141	Criação de programa de profissionalização da gestão de instituições de ensino das redes públicas municipal, estadual e federal.
CEC 142	Instituição de pré-requisitos de capacitação profissional para atuação nos cargos de gestão escolar das redes públicas municipal, estadual e federal.
CEC 143	Incentivo à formação em línguas estrangeiras para todos os docentes das redes públicas municipal, estadual e federal Incentivo à formação em línguas estrangeiras para todos os docentes das redes públicas municipal, estadual e federal.
CEC 144	Criação de programa para ampliação de mestres e doutores na Educação Básica.
CEC 145	Elaboração de programas de inserção de mestres e doutores nas empresas e indústrias.

ANOTAÇÕES

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

CEC 146 Elaboração de novas estratégias de comunicação para valorização da educação e do educador.

CEC 147 Criação de núcleos de aperfeiçoamento e pesquisa em ciências sociais para a Educação Básica.

CEC 148 Oferta de suporte psicológico para docentes do Ensino Fundamental e Médio da rede pública.

CEC 149 Aumento de vagas para docentes do Ensino Fundamental e Médio da rede pública de acordo com as necessidades sociodemográficas do município.

CEC 150 Ampliação do programa de profissionalização da gestão de instituições de ensino das redes públicas municipal, estadual e federal.

CEC 151 Incremento da oferta de formação em metodologias de ensino-aprendizagem de referência, com vistas à contínua atualização dos professores de todos os níveis de educação.

CEC 152 Expansão do programa de formação de docentes de alta *performance* nas áreas de português, matemática, química, física e biologia.

CEC 153 Elaboração de programa de preparação dos docentes das redes públicas municipal, estadual e federal para a oferta de educação bilíngue.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

CEC 154 Realização de pesquisa sobre a evolução da percepção da sociedade sobre o valor da educação e dos educadores.

CEC 155 Instituição de programa de intercâmbio educacional em âmbito internacional para professores do Ensino Fundamental e Médio da rede pública.

CEC 156 Criação de centro de referência em ciências exatas para a Educação Básica.

CEC 157 Instalação de centro de referência em esportes, artes e cultura para a Educação Básica.

CEC 158 Instituição do centro de referência em geografia e história para a Educação Básica.

CEC 159 Criação de centro de referência em línguas estrangeiras para a Educação Básica.

CEC 160 Inserção do ensino bilíngue em todas as unidades de Educação Básica do ensino público municipal e estadual.

ANOTAÇÕES

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

O Desenvolvimento Socioeconômico é um campo com repertório conceitual amplo, envolvendo comumente, em sua acepção, a associação do crescimento econômico com a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

No âmbito do Curitiba 2035, o tema propõe uma abordagem sobre a melhoria das condições de vida da população por meio da geração de trabalho e renda, assim como pelo aumento da capacidade produtiva e de circulação de riqueza. Ou seja, sugere um desenvolvimento qualificado, com alocação de recursos em diferentes setores da economia, que além de interferir em indicadores econômicos, impacte positivamente sobre indicadores sociais e de qualidade de vida da população.

A área temática vem ganhando franca expansão nas reflexões de futuro para territórios. Enquanto fenômeno de grande relevância para a cidade, o Desenvolvimento Socioeconômico não se materializa apenas sob o viés restritivo do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e da renda. Este vem se consolidando como resultado de um conjunto amplo de variáveis que vão além da industrialização, do progresso tecnológico e da modernização social, abrangendo disposições sociais e econômicas, como infraestrutura, direitos civis, cultura, liberdade política, entre outras.

Com base no exposto, a temática Desenvolvimento Socioeconômico foi compreendida como questão estratégica para o processo de planejamento de longo prazo de Curitiba, pois coloca em relevo um desafio a ser alcançado: o aumento da capacidade produtiva e geração de riqueza na cidade aliado à ampliação das condições satisfatórias de vida da sociedade curitibana.

Desse modo, a implementação de ações estratégicas em Desenvolvimento Socioeconômico tem plena legitimidade para o Curitiba 2035, pois está diretamente imbricada aos processos de transformação humana e do tecido produtivo da cidade.

SITUAÇÃO ATUAL

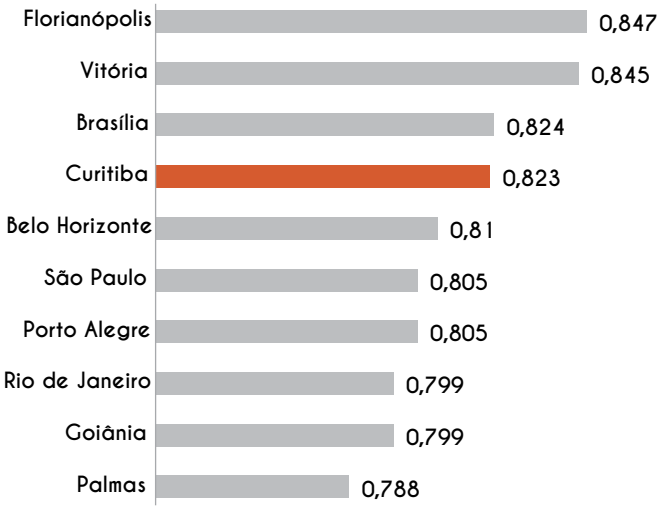
Curitiba ocupa posição de destaque no cenário nacional no que tange a indicadores de desenvolvimento socioeconômico. O município apresenta o quarto maior Índice de Desenvolvimento Humano entre as capitais brasileiras, sendo que o componente que mais cresceu entre 1991 e 2010 foi o de Educação. Curitiba também se destaca em outros indicadores, ocupando a primeira posição nacional no *Ranking* das Melhores Cidades e no Índice de Transparência do Ministério Público Federal. No que diz respeito somente às capitais, o município ganha evidência no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, no qual também ocupa a primeira colocação.

O Produto Interno Bruto de Curitiba, equivalente a R$ 79 bilhões, denota o quinto maior nível de atividade econômica entre os municípios brasileiros, sendo majoritariamente composto por Comércio & Serviços (53% do PIB) e Indústria (19%). Atualmente os segmentos da economia curitibana que mais empregam são Administração Pública (22,0%) e Comércio Varejista (12,2%). Apesar disso, o município é considerado o principal polo industrial do estado por sua concentração de empresas e empregos.

O mercado de trabalho apresenta reflexos da crise econômica, com aumento na taxa de desocupação, que atingiu 11,3% no segundo trimestre de 2016. Concomitantemente, o rendimento médio real apresentou declínio para R$ 3.058 mensais.

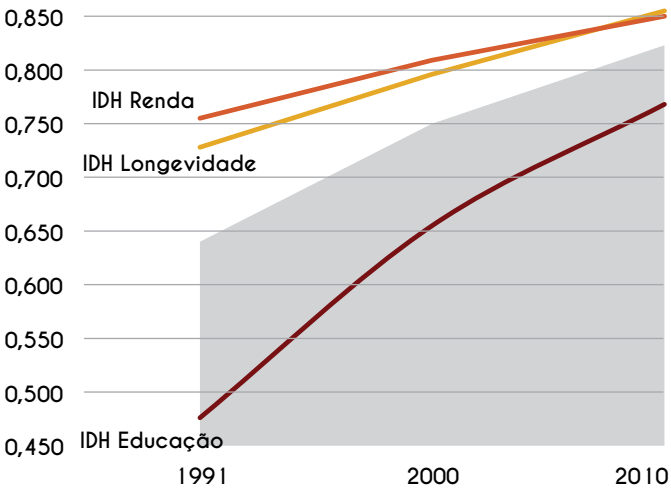
Índice de Desenvolvimento Humano[a] - 2010

(somente capitais - ordem decrescente)



Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano[a] - 2016

(somente Curitiba)

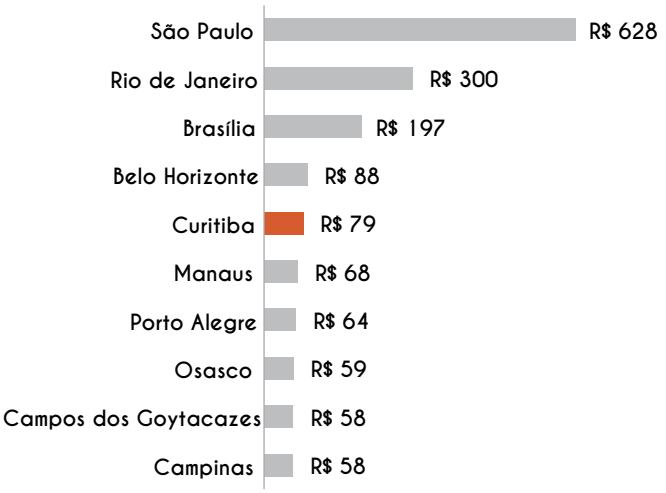


Posicionamento de indicadores de desenvolvimento[d]

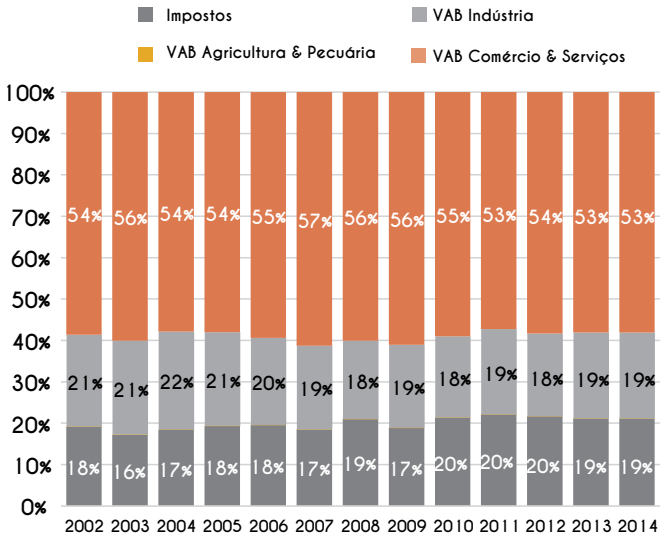
Indicadores		Nacional	Estadual	Capitais
	Desenvolvimento Municipal	45º	6º	1º
	Desenvolvimento Humano	11º	1º	4º
	Bem-estar Urbano	661º	38º	3º
	Gestão Fiscal	684º	95º	15º
	Melhores Cidades	1º	1º	1º
	Transparência	1º	1º	1º
	Empreendorismo	8º	-	6º

Fontes: (a) PNUD, 2013; (b) IBGE, 2014; (c) BRASIL, 2015b; (d) FIRJAN, 2015; PNUD, 2013; OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2016; AUSTIN RATING, 2015; BRASIL, 2015c; ENDEAVOR, 2015.

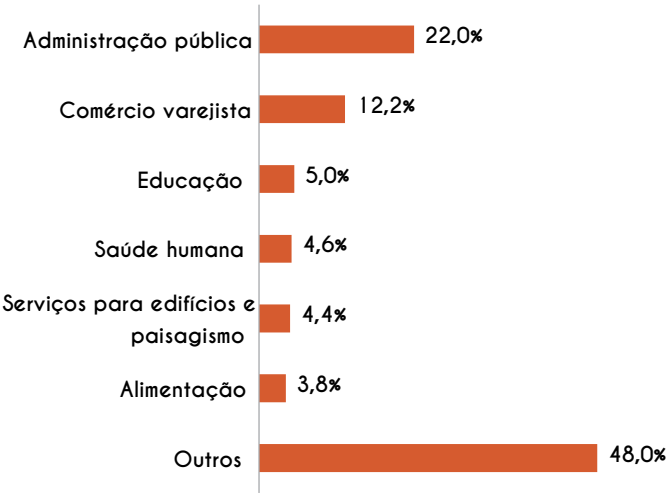
Produto Interno Bruto[b] - 2014



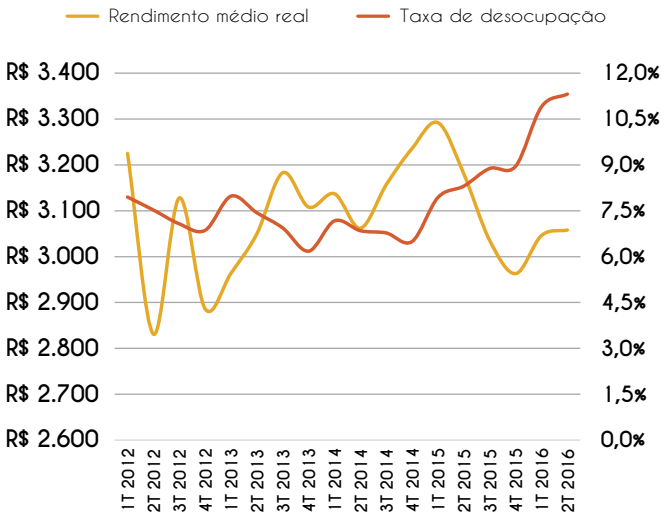
Composição do Produto Interno Bruto curitibano[b]



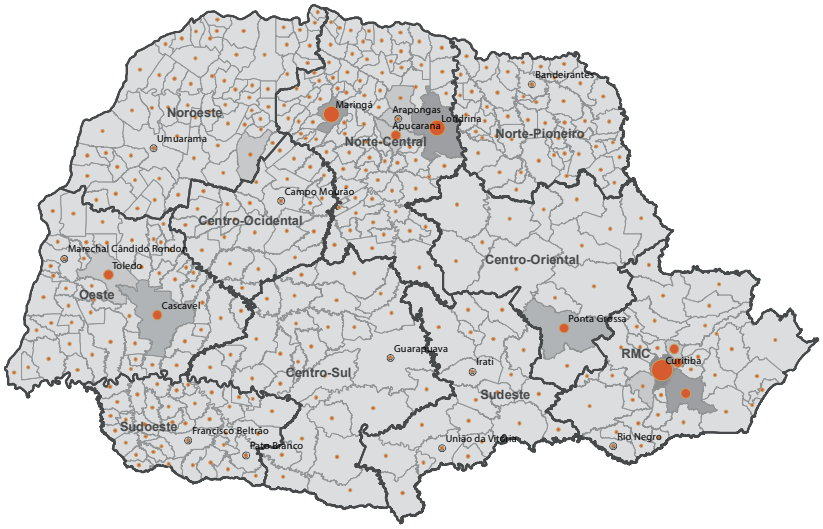
Empregos segundo segmento em Curitiba[c] - 2015



Mercado de trabalho em Curitiba[c]



Participação da indústria[c] - 2015



LEGENDA

Estabelecimentos
- 1 - 1.100
- 1.101 - 2.200
- 2.201 - 3.300
- 8.668 (Curitiba)

Empregos
- 0 - 11.000
- 11.001 - 22.000
- 22.001 - 33.000
- 33.001 - 44.00
- 162.578 (Curitiba)
- Mesorregiões
- Municípios

VISÃO TEMÁTICA

A visão temática para Desenvolvimento Socioeconômico é concisa e explicita o desejo de construção coletiva de uma metrópole inteligente e sustentável, cuja razão de ser é o desenvolvimento do cidadão curitibano. Nessa concepção, a cidade é dotada de um ambiente de negócios privilegiado, marcado pela criatividade humana e suas manifestações inovativas, configurando-se como um território altamente atrativo e promissor. Para tanto, a visão de Desenvolvimento Socioeconômico para Curitiba 2035 é:

Metrópole sustentável, inteligente, orientada ao desenvolvimento humano e reconhecida pela criatividade e inovação no ambiente de negócios.

BARREIRAS

Considerando a situação atual, as principais barreiras à concretização dessa visão de futuro são:

- Limitação territorial da cidade.
- Deficiências na infraestrutura.
- Gargalos na tecnologia da informação e comunicação.
- Fragilidade no modelo de governança metropolitano.
- Descontinuidade de políticas públicas municipais.
- Escassez de políticas para retenção e atração de talentos e negócios.
- Incipiência do ecossistema de inovação.
- Limitação de recursos para o turismo.
- Ausência de plano local para o setor criativo.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A reflexão coletiva sobre as barreiras para o alcance da visão temática de Desenvolvimento Socioeconômico culminou na identificação de quatro fatores críticos de sucesso que englobam as condições impeditivas atuais. São eles:

- Ambiente de Negócios
- Articulação e Governança
- Infraestrutura e Conectividade
- Política Metropolitana de Desenvolvimento Socioeconômico

Esses fatores críticos constituem-se em norteadores para a proposição das ações essenciais ao alcance da visão temática de Desenvolvimento Socioeconômico.

AÇÕES

A proposição de ações foi estruturada a partir dos fatores críticos de sucesso mapeados. O diagnóstico sobre a situação atual da municipalidade e a identificação das barreiras alimentaram as reflexões e permitiram a proposição de 136 ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos, com vistas à concretização da visão de futuro para Desenvolvimento Socioeconômico.

Ambiente de Negócios

Este fator crítico abrange ações estruturantes para melhoria das condições que circunscrevem os negócios de Curitiba e suas relações com a região metropolitana, com vistas a oferecer aos investidores internos e externos melhores condições de competitividade.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

DS 01	Instituição de política municipal para criação de território inovador e criativo em Curitiba.
DS 02	Instituição de política municipal para atração e retenção de investimentos e negócios de alto valor adicionado e aderentes aos pressupostos da sustentabilidade.
DS 03	Instituição de política municipal de formação, atração e retenção de talentos humanos e novos perfis profissionais.
DS 04	Elaboração de plano de *marketing* urbano que defina quais os recursos a explorar, a desenvolver e a forma que deverão ser promovidos.
DS 05	Produção de estudos para compreender as cadeias produtivas locais e suas interconexões com as instâncias regional, nacional e internacional.
DS 06	Realização de estudo de oportunidades de novos negócios para Curitiba e região metropolitana.
DS 07	Instituição de programa para incentivo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de novos nichos de mercado e modelos de negócio.
DS 08	Levantamento, em âmbitos nacional e internacional, de instrumentos municipais de atração de investimentos.
DS 09	Realização de estudo de viabilidade da equiparação de benefícios fiscais concedidos por outros municípios.
DS 10	Levantamento e disseminação de informações sobre fontes de recursos direcionadas à criação de empreendimentos.
DS 11	Criação de plataforma pública de estudos de mercado.
DS 12	Desburocratização de processos de abertura, funcionamento e fechamento de estabelecimentos econômicos.
DS 13	Divulgação de informações sobre câmaras de arbitragem[27] e mediação de conflitos nos negócios.
DS 14	Criação e difusão de conteúdo didático sobre oportunidades relativas à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa[28].
DS 15	Ampliação de programas de apoio à consolidação de micro e pequenas empresas recém-criadas.

[27] Alternativa para resolução rápida e econômica de questões jurídicas.

[28] Instituída pela Lei Complementar nº 123, estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos dos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal (SEBRAE, 2017).

DS 16	Criação de programa curitibano de qualidade e produtividade para empreendedores locais.
DS 17	Capacitação de fornecedores locais e regionais para participação em licitações.
DS 18	Aprimoramento de mecanismos para concessão de margens de preferência em compras públicas para empreendedores locais e regionais.
DS 19	Criação de incentivos fiscais para aquisição de insumos e produtos locais.
DS 20	Elaboração de programa de apoio à geração comunitária de renda[29].
DS 21	Implementação de programa de *retrofit*[30] de espaços industriais desativados para implantação de novos negócios.
DS 22	Incentivo ao compartilhamento de insumos e materiais e a modelos flexíveis de licenciamento, como *creatives commons*[31], *softwares* livres, entre outros.
DS 23	Implantação de *hubs*[32] de prototipagem .
DS 24	Criação de condomínios empresariais verticais para *coworking*[33] e *startups*[34] de alta tecnologia e criatividade.
DS 25	Promoção de *hackatons*[35] e dinâmicas de *open innovation*[36] orientados aos desafios da cidade.
DS 26	Fomento à realização de eventos no centro histórico por meio da diminuição da burocracia e redução do pagamento de taxas.
DS 27	Ampliação e modernização de centros de eventos.
DS 28	Criação de programa com orientação ao desenvolvimento de turismo inteligente[37] em Curitiba.
DS 29	Estabelecimento de plano de *marketing* turístico nacional e internacional, com ênfase em turismo de negócios.
DS 30	Criação de incentivos para estabelecimentos comerciais funcionarem em horários alternativos.
DS 31	Elaboração de guia *on-line* multilíngue com informações sobre por que morar e investir no município.
DS 32	Mapeamento dos sistemas produtivos criativos de Curitiba.
DS 33	Criação de distritos, bairros e ruas criativos[38].

[29] Programa que incentiva trabalhos executados por cooperativas comunitárias e outros sistemas associativistas, abrindo novas frentes de trabalho compatíveis com a vocação econômica local.

[30] "Associado às inovações tecnológicas que ofertam recursos para valorização, renovação e melhoria do funcionamento" (CORREIA, 2015).

[31] Comunidades criativas.

[32] Locais com tecnologia para produção de modelos e protótipos.

[33] Ambientes projetados para o trabalho autônomo, com pessoas de diversas áreas e estrutura de suporte para clientes, reuniões e eventos, normalmente com custos menores que aluguéis de salas comerciais.

[34] Empresas iniciantes de tecnologia.

[35] Maratonas de programação em que vários profissionais (programadores, *designers*, engenheiros, etc.) se reúnem para desenvolver novas soluções de *software* ou *hardware*.

[36] Inovação aberta.

[37] Nesta publicação, a proposta do turismo inteligente refere-se à antecipação dos desejos dos visitantes mediante a análise de dados.

[38] Territórios com aglomerados significativos de empreendimentos orientados aos segmentos da economia criativa.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

DS 34	Articulação de atores para criação de cadastro de produtos e serviços gerados com insumos locais.
DS 35	Instituição de sistema municipal de incentivos para atração e estabelecimento de empresas e negócios intensivos em tecnologia e criatividade.
DS 36	Criação de novos condomínios para empresas intensivas em tecnologia e criatividade.
DS 37	Constituição de portal de georreferenciamento das indústrias e empresas existentes, com informações sobre serviços, espaços disponíveis, preços de vendas e aluguel.
DS 38	Organização de sistema público-privado[39] de incentivos para atração e retenção de talentos.
DS 39	Criação de novas linhas de pesquisa alinhadas ao ambiente de negócios local.
DS 40	Elaboração de estudo sobre potencial exportador a ser explorado pelos produtores locais.
DS 41	Criação de prêmio municipal para reconhecimento de estudos voltados ao desenvolvimento econômico local.
DS 42	Desenvolvimento de aplicativos multilíngues com informações sobre as oportunidades e o ambiente de negócios, assim como sobre a qualidade de vida na cidade.
DS 43	Criação de plataforma virtual e aplicativos com informações sobre atrações turísticas destinadas a profissionais e turistas.
DS 44	Desenvolvimento de pesquisas e indicadores para mensuração da participação da economia criativa no PIB municipal.
DS 45	Diversificação de eventos para os distintos segmentos do setor criativo.
DS 46	Ampliação de *fab labs*[40] na RMC.
DS 47	Ampliação e qualificação de distritos, bairros e ruas criativos.

[39] Contrato entre os setores público e privado para realização de ações visando à atração e à retenção de talentos.

[40] Laboratórios de fabricação.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

DS 48	Instituição de estratégias consorciadas de atração de investimento e negócios para Curitiba com desdobramentos para região metropolitana.
DS 49	Revisão e modernização de política orientada à inovação e à criatividade no município.
DS 50	Criação de instituto para desenvolvimento de negócios alinhados ao conceito de economia compartilhada[41].
DS 51	Ampliação de políticas para desenvolvimento da economia criativa em Curitiba.
DS 52	Incentivo ao desenvolvimento contínuo de produtos e serviços baseados nas mais recentes tendências do setor de tecnologia da informação e comunicação.
DS 53	Criação de política de incentivos fiscais para setores que fomentem o consumo de produtos e serviços culturais.
DS 54	Instituição de política de isenções fiscais para fornecedores da cadeia criativa.

ANOTAÇÕES

[41] Modalidade de economia, na qual produtos e serviços podem ser compartilhados entre os indivíduos. Exemplos de negócios no tema são Airbnb, UBER, Blablacar, entre outros.

Articulação e Governança

Este fator crítico congrega aspectos relacionados ao estreitamento de relações entre poder público, academia, setor privado e sociedade civil, com o intuito de facilitar a maneira de planejar e gerir o município e suas inter-relações com a região metropolitana.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

DS 55	Mapeamento de atores interinstitucionais[42] com capacidade técnico-política para articulação e participação no conselho de desenvolvimento socioeconômico de Curitiba.
DS 56	Estabelecimento do modelo de governança do conselho de desenvolvimento socioeconômico de Curitiba.
DS 57	Elaboração de agenda de governança do conselho de desenvolvimento socioeconômico de Curitiba.
DS 58	Implementação dos princípios de governança (transparência, responsabilidade, conformidade e equidade) na gestão das atividades de desenvolvimento socioeconômico do município.
DS 59	Criação de estratégia de articulação contínua com *policy makers*[43] para tomada de decisões orientadas ao desenvolvimento socioeconômico de Curitiba.
DS 60	Diversificação de mecanismos de consulta pública em questões referentes ao desenvolvimento socioeconômico.
DS 61	Ampliação de canais de participação social em temas relacionados ao desenvolvimento socioeconômico.
DS 62	Mapeamento e georreferrenciamento dos ecossistemas metropolitanos de inovação, saúde, turismo, tecnologia da informação e comunicação e economia criativa.
DS 63	Constituição de agenda de interação e cooperação do ecossistema metropolitano de negócios em inovação, tecnologia, saúde, turismo e criatividade.
DS 64	Realização de missões e ampliação de acordos e parcerias comerciais com outros municípios, estados e países.
DS 65	Fomento à rede de economia criativa[44].

[42] Atores que atuam ou possuem influência em duas ou mais instituições. Buscam garantir que transações, fluxos e ligações de recursos entre instituições aconteçam de maneira relativamente duradoura, e tragam benefícios para as partes envolvidas.
[43] Elaboradores de políticas públicas.
[44] Estrutura social composta por pessoas e organizações interessadas no desenvolvimento do setor de economia criativa.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

DS 66 Criação de conselho municipal de desenvolvimento socioeconômico de Curitiba.

DS 67 Avaliação da implementação dos princípios de governança na gestão das atividades do município relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico de Curitiba.

DS 68 Proposição e implantação de um modelo de governança integrada em desenvolvimento socioeconômico para a RMC.

DS 69 Monitoramento do cumprimento das tratativas do pacto intermunicipal da RMC pelo desenvolvimento socioeconômico.

DS 70 Instituição de mecanismos de comprometimento dos gestores públicos com a continuidade de projetos e políticas de longo prazo orientadas ao desenvolvimento socioeconômico municipal.

DS 71 Elaboração de modelo de monitoramento da eficiência das ações públicas ligadas ao desenvolvimento socioeconômico.

DS 72 Criação de plataforma colaborativa, participativa e consultiva para proposição, discussão e monitoramento de questões relativas ao desenvolvimento socioeconômico.

DS 73 Realização de evento internacional para refletir e compartilhar experiências sobre articulação e governança em processos de desenvolvimento socioeconômico.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

DS 74 Atualização do modelo de governança integrada em desenvolvimento socioeconômico na RMC.

DS 75 Ampliação e diversificação do ecossistema de negócios em inovação, saúde, turismo, tecnologia da informação e comunicação e economia criativa da RMC.

DS 76 Avaliação dos resultados e desdobramentos das políticas públicas de longo prazo e sua continuidade para o desenvolvimento socioeconômico municipal.

DS 77 Criação de programa internacional de intercâmbio de experiências municipais de desenvolvimento socioeconômico.

Infraestrutura e Conectividade

Este fator crítico aborda ações relacionadas à base material que dá suporte à estrutura social e ao desenvolvimento da cidade. Nesse sentido, engloba o conjunto de atividades, equipamentos, instalações e serviços de tecnologia da informação e comunicação necessários à concretização da visão temática de Desenvolvimento Socioeconômico.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

DS 78	Elaboração de mapa de ordenamento econômico com a disposição e a oferta das atividades produtivas de Curitiba.
DS 79	Mapeamento e georreferenciamento da infraestrutura existente em Curitiba e dos principais ativos da região metropolitana.
DS 80	Levantamento das deficiências na infraestrutura e seu impacto no desenvolvimento socioeconômico de Curitiba e região metropolitana.
DS 81	Elaboração de plano de resolução das deficiências de infraestrutura de Curitiba e região metropolitana.
DS 82	Adaptação do Aeroporto Internacional Afonso Pena às necessidades de aviões de grande porte e aos sistemas de pouso por instrumento.
DS 83	Desburocratização do embarque e da liberação de mercadorias no Porto de Paranaguá.
DS 84	Implementação de marco regulatório e infraestrutura necessária para a microgeração distribuída de energia e o desenvolvimento de *smart grids*[45].
DS 85	Incentivo e ampliação do uso de energia solar em residências, estabelecimentos comerciais e industriais.
DS 86	Criação de incentivos para melhoria da eficiência energética em processos produtivos.
DS 87	Promoção de campanhas de conscientização voltados a eficiência hídrica, aproveitamento de água pluvial e de reuso.
DS 88	Melhoria das vias de conexão intermunicipal.
DS 89	Expansão da rede de fibra ótica da RMC.
DS 90	Qualificação dos serviços de *internet* banda larga.
DS 91	Revisão dos valores das tarifas de *internet*.

[45] Redes inteligentes de energia elétrica.

DS 92 Ampliação do investimento em tecnologia da informação e comunicação orientada à gestão da segurança metropolitana.

DS 93 Descentralização e aumento dos postos de atendimento da guarda municipal.

DS 94 Adequação do projeto de iluminação pública orientado à segurança.

DS 95 Implementação de infraestruturas específicas para o desenvolvimento de distritos criativos em Curitiba.

DS 96 Implementar um painel de comparação da qualidade e de custos da internet de banda larga de Curitiba e RMC em relação a localidades de referência.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

DS 97 Elaboração e implementação de plano metropolitano de logística.

DS 98 Elaboração e implementação de plano metropolitano de eficiência hídrica.

DS 99 Elaboração e implementação de plano metropolitano de eficiência energética.

DS 100 Elaboração e implementação de plano metropolitano de conectividade com o objetivo de alcançar a meta de 100% de cobertura no município.

DS 101 Integração e ampliação dos meios de transporte metropolitanos intermodais.

DS 102 Requalificação de edificações abandonadas para uso por coletivos artísticos e criativos.

DS 103 Ampliação da oferta de tecnologias em segurança nas regionais do município.

DS 104 Ampliação e qualificação da infraestrutura específica dos distritos, bairros e ruas criativos de Curitiba.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

DS 105 Avaliação das políticas de infraestrutura e conectividade.

DS 106 Avaliação e revisão dos planos metropolitanos de logística, eficiência hídrica, eficiência energética e conectividade.

DS 107 Autorização ou permissão de uso de infraestrutura pública para coletivos culturais e criativos.

DS 108 Implementação de infraestrutura física, de conectividade e de segurança para realização de grandes eventos de tecnologia e criatividade.

Política Metropolitana de Desenvolvimento Socioeconômico

Este fator crítico abrange o conjunto de instruções ou indicações para se estabelecer as disposições, as medidas e os procedimentos que trazem a orientação política da RMC no que tange à visão temática de Desenvolvimento Socioeconômico.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

DS 109 Implementação de programas para atendimento do ODS 8[46] da ONU: Trabalho decente e crescimento econômico.

DS 110 Implementação de programas para atendimento do ODS 9[47] da ONU: Indústria, inovação e infraestrutura.

DS 111 Proposição, consolidação e monitoramento de pacto intermunicipal pelo desenvolvimento socioeconômico da RMC.

DS 112 Revisão do planejamento metropolitano de desenvolvimento integrado com participação dos cidadãos.

DS 113 Elaboração de plano metropolitano de atração de investimentos.

DS 114 Definição de diretrizes sobre a atuação dos municípios em consórcios metropolitanos.

DS 115 Instituição de política para desenvolvimento dos ecossistemas metropolitanos de inovação, saúde, tecnologia da informação e comunicação, turismo e economia criativa.

DS 116 Desenvolvimento de projeto metropolitano de turismo sustentável e diversificado, com ênfase em produtos baseados no turismo de experiência[48].

DS 117 Elaboração de plano metropolitano de desenvolvimento do setor de tecnologia da informação e comunicação.

DS 118 Elaboração de plano metropolitano de desenvolvimento do setor de economia criativa.

DS 119 Definição do marco legal metropolitano de inovação.

DS 120 Elaboração de estudo sobre perfis profissionais necessários ao ecossistema metropolitano de negócios em inovação, saúde, turismo, tecnologia da informação e comunicação e criatividade.

DS 121 Elaboração de plano de requalificação e *retrofit* da infraestrutura urbana metropolitana.

DS 122 Realização de estudo de viabilidade de anel rodoviário metropolitano.

DS 123 Construção de plataforma de *business intelligence*[49] sobre desenvolvimento socioeconômico metropolitano.

[46] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos.

[47] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

[48] Consiste na vivência e engajamento do turista em comunidades locais, promovendo a experiência de interação real com o espaço visitado.

[49] Método que visa a ajudar na tomada de decisões inteligentes mediante o uso de dados e informações recolhidas por diversos sistemas de informação.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

DS 124 Monitoramento contínuo dos ODS 8 e 9 da ONU.

DS 125 Instituição de mecanismos de comprometimento dos gestores públicos e *stakeholders* da cidade para continuidade de projetos e políticas de longo prazo orientados ao desenvolvimento socioeconômico da RMC.

DS 126 Elaboração de modelo de monitoramento da eficiência das ações ligadas ao desenvolvimento socioeconômico da RMC.

DS 127 Revisão e qualificação das políticas e planos para desenvolvimento dos ecossistemas metropolitanos de inovação, saúde, tecnologia da informação e comunicação, turismo e economia criativa.

DS 128 Revisão das diretrizes sobre a atuação dos municípios em consórcios metropolitanos.

DS 129 Criação de política para expansão da rede metropolitana de fibra ótica.

DS 130 Ampliação do investimento em tecnologia da informação e comunicação orientada à gestão da segurança metropolitana.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

DS 131 Avaliação das políticas metropolitanas de desenvolvimento socioeconômico à luz dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

DS 132 Revisão do pacto intermunicipal pelo desenvolvimento socioeconômico da RMC.

DS 133 Elaboração de plano de modernização tecnológica de transporte e mobilidade metropolitano.

DS 134 Instituição de fundo metropolitano de financiamento e investimento de *startups*.

DS 135 Instituição de estratégias consorciadas de atração de investimento e negócios para Curitiba com desdobramentos para a região metropolitana.

DS 136 Mapeamento detalhado do ecossistema da economia criativa na RMC e de seu impacto no PIB dos municípios.

MOBILIDADE E TRANSPORTE

As problemáticas de Mobilidade e Transporte influenciam profundamente os processos de planejamento das cidades, dando origem a debates relevantes sobre as condições do presente e desdobrando-se em uma série de desafios para horizontes futuros, entre os quais cabe destacar os ambientais, econômicos e sociais.

Buscando respostas para os desafios ambientais, percebe-se uma tendência de fortalecimento do transporte público coletivo e do transporte não motorizado, visando à redução de emissão de gases de efeito estufa. Na perspectiva econômica, aparece de forma pronunciada a busca pelo equilíbrio financeiro dos custos, com valores apropriados e políticas claras e transparentes. Na lógica social, estudos sinalizam uma diversidade de tendências, como a universalização do acesso, a adoção do compartilhamento de veículos e a maior conscientização no que tange à segurança.

Adicionalmente, observa-se que a garantia de condições de Transporte e Mobilidade de alta qualidade no ambiente urbano aparece atrelada ao desenho de políticas específicas e sintonizadas às demais diretrizes de planejamento da cidade.

Com base no exposto, a temática Mobilidade e Transporte foi compreendida como questão estratégica para o processo de planejamento de longo prazo do Curitiba 2035. As discussões centraram-se na capacidade de deslocamento de cidadãos e bens no espaço urbano para a realização das atividades cotidianas em tempo considerado ideal, de modo confortável e seguro. Também ganharam destaque preocupações vinculadas aos modais de transporte, à gestão integrada e a acessibilidade.

Colocando em relevo desafios importantes a serem alcançados, a sociedade curitibana deseja ações resolutivas para que a Mobilidade e o Transporte tenham papel estruturante nas dinâmicas do território, funcionem como indutores do desenvolvimento municipal integrado e, sobretudo, sejam orientados à qualidade de vida do cidadão.

SITUAÇÃO ATUAL

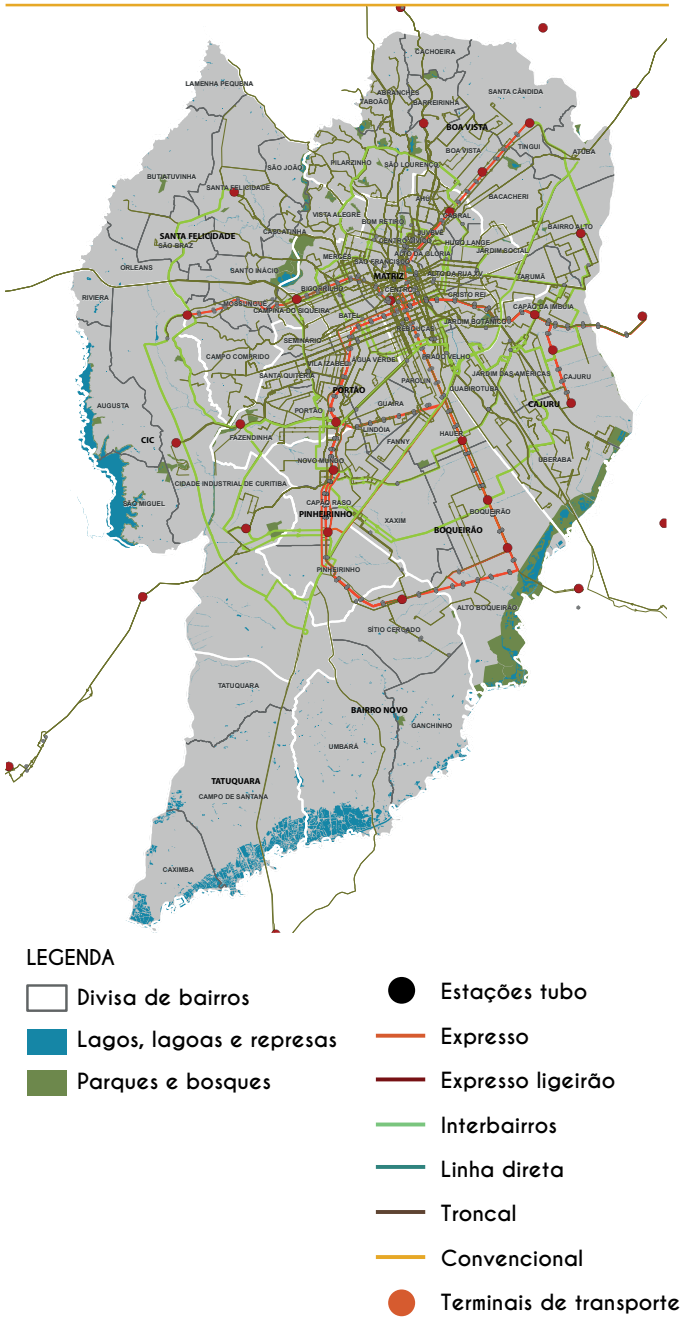
Dezenas de milhares de pessoas se deslocam diariamente entre Curitiba e outros municípios da RMC. Nesse contexto, os movimentos pendulares que o município estabelece com Colombo, Araucária e São José dos Pinhais são mais intensos, conformando a rede integrada de transporte público.

Quando comparado a outras capitais brasileiras, o município alcança o melhor desempenho em mobilidade, calculado pelo Índice de Bem-Estar Urbano, devido ao menor tempo de deslocamento entre casa e trabalho. Além disso, a qualidade do *Bus Rapid Transit*, especialmente o da Linha Verde, coloca Curitiba em boas posições no cenário nacional. Considerando-se o transporte público em geral, os atributos mais bem avaliados são a facilidade e o acesso.

Embora a frota de veículos de Curitiba já tenha sido mais expressiva no contexto paranaense, o município tem o menor número de habitantes por veículo entre as capitais brasileiras, revelando alta taxa de motorização. Apesar disso, nos últimos dez anos o número de acidentes de trânsito decresceu em Curitiba em ritmo mais elevado que no restante do estado.

Movimento pendular[a] - 2015

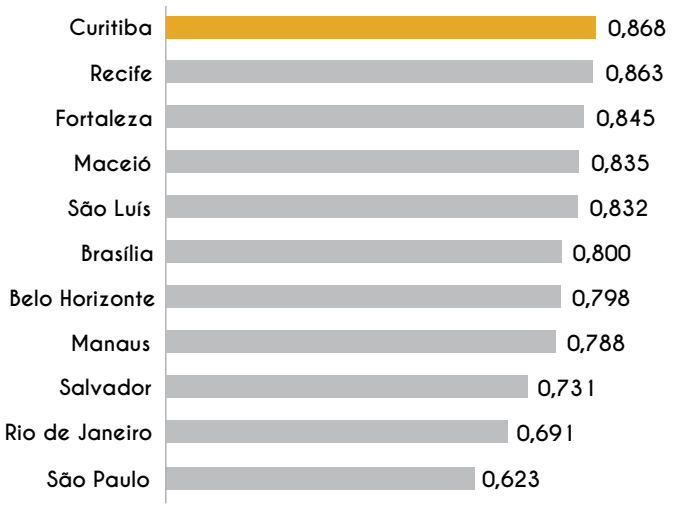
Rede integrada de transporte público[h] - 2016



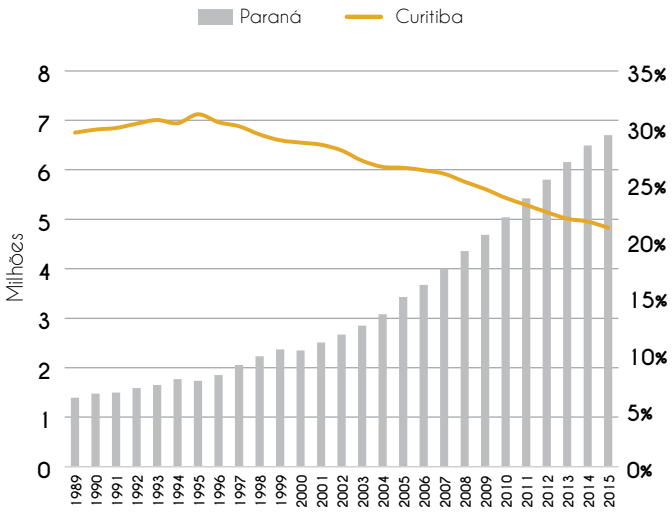
Fontes: (a) IBGE, 2015a; (b) WRI BRASIL CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016; (c) ITDP, 2016; (d) PARANÁ, 2016; (e) BRASIL, 2016a; (f) BRASIL, 2015a; (g) OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2016; (h) IPPUC, 2016.

Índice de bem-estar urbano (dimensão mobilidade)[g] - 2016

(somente capitais- ordem decrescente)

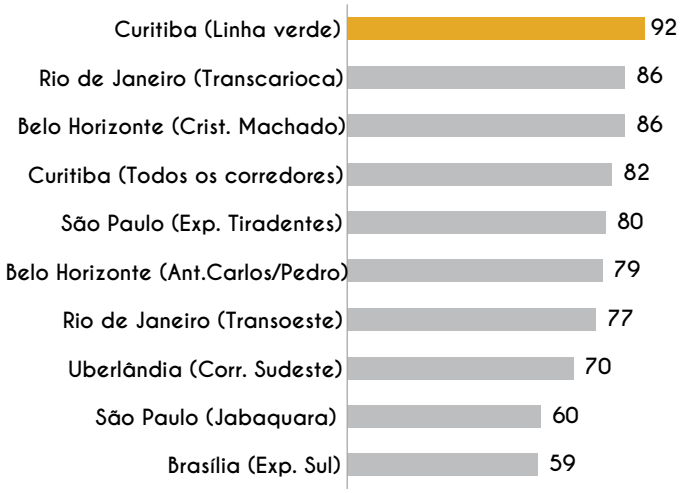


Frota de veículos[d]



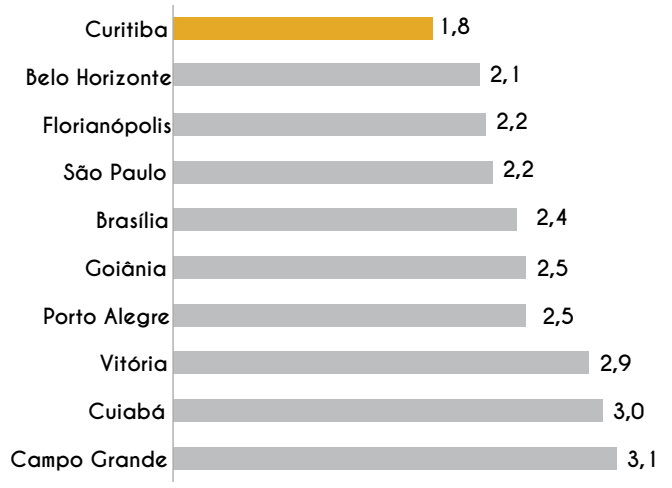
Qualidade do *Bus Rapid Transit (BRT)*[c] - 2013/2014

(ordem decrescente)



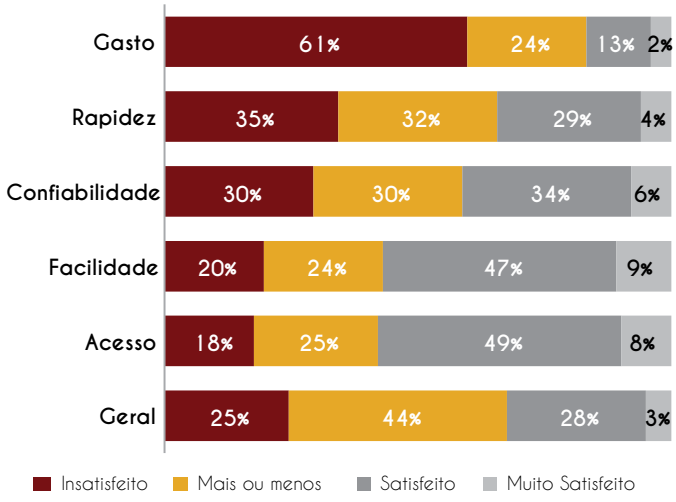
Taxa de motorização[e] - 2016

(somente capitais - ordem crescente)



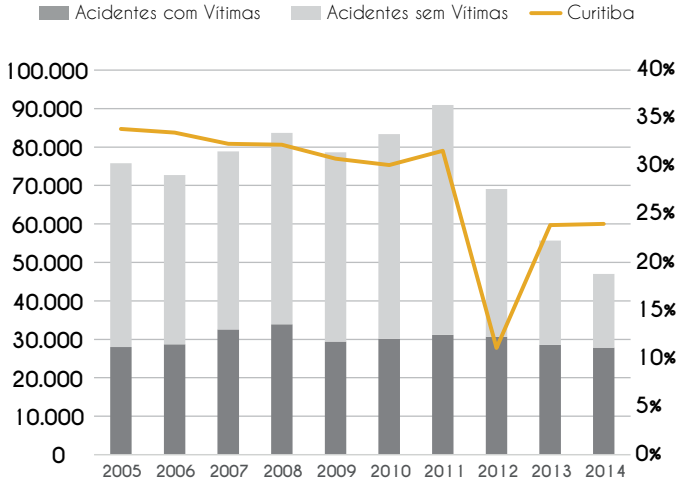
Avaliação do transporte público municipal[b]

(somente Curitiba)



Acidentes de trânsito[f]

(Paraná e Curitiba)



VISÃO TEMÁTICA

A visão temática de Mobilidade e Transporte enfatiza o desejo de cidadania e mobilidade ativa[50]. A situação almejada se traduz sob a forma de integração metropolitana com articulações multi e intermodal de transporte, que funcione de forma inteligente e dinâmica. A segurança dos cidadãos e o respeito aos pressupostos da sustentabilidade compõem também alicerces dessa perspectiva de futuro, assim como a transparência total no trato de questões relativas à Mobilidade e Transporte. Nesse sentido, a visão construída é:

Curitiba: sistema metropolitano integrado, multi e intermodal, transparente, inteligente, dinâmico, seguro e sustentável, orientado para a cidadania e a mobilidade ativa.

BARREIRAS

Considerando a situação atual, as principais barreiras à concretização dessa visão de futuro são:

- Contrato de concessão de transporte público coletivo[51].
- Defasagem tecnológica do sistema de transporte.
- Desintegração da rede de transporte.
- Excesso de veículos particulares.
- Desatualização do sistema de bilhetagem.
- Sucateamento da frota de ônibus.
- Baixa oferta de transporte público coletivo nos finais de semana.
- Inadequação do *design* urbano à mobilidade.

[50] Nesta publicação, mobilidade ativa é concebida enquanto meios não motorizados para a realização de deslocamentos.
[51] Contrato nº 084/2010, celebrado entre a Urbanização de Curitiba S.A. (URBS) e o Consórcio Pioneiro.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A reflexão coletiva sobre as barreiras para o alcance da visão de futuro da área temática culminou na identificação de quatro fatores críticos de sucesso que englobam as condições impeditivas atuais. São eles:

- Gestão
- Infraestrutura
- Legislação
- Políticas Públicas

Esses fatores críticos constituem-se em elementos norteadores para a proposição das ações essenciais ao alcance da visão de futuro da temática Mobilidade e Transporte.

AÇÕES

A proposição de ações foi estruturada a partir dos fatores críticos de sucesso identificados. O diagnóstico sobre a situação atual da municipalidade e o levantamento das barreiras alimentaram as reflexões e permitiram a definição de 132 ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos, com vistas à concretização da visão de futuro para Mobilidade e Transporte.

Gestão

Este fator crítico abrange práticas de gestão no âmbito de Mobilidade e Transporte, com orientação ao planejamento, à execução, ao monitoramento e à avaliação de políticas, programas e atividades relacionados.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

MT 01	Implementação e adequação de políticas para atendimento do ODS 11[52] da ONU: Cidades e comunidades sustentáveis.
MT 02	Ampliação dos mecanismos de participação social nos processos municipais de planejamento sobre mobilidade e transporte.
MT 03	Expansão de fóruns e eventos metropolitanos sobre transporte e mobilidade.
MT 04	Integração de estratégias das entidades de planejamento e operação do trânsito e transporte de Curitiba e região metropolitana.
MT 05	Criação de estrutura/unidade técnica para planejamento e operação da rede integrada de transporte.
MT 06	Implementação dos princípios de governança (transparência, responsabilidade, conformidade e equidade) na gestão das atividades relacionadas a mobilidade e transporte em Curitiba.
MT 07	Intensificação da gestão e transparência do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de transporte público coletivo.
MT 08	Elaboração de estudo acerca da qualidade e dos custos de operação do sistema de transporte no âmbito metropolitano.
MT 09	Revisão transparente das tarifas praticadas no transporte público coletivo.
MT 10	Desenvolvimento de estudo para implantação de tarifas diferenciadas por horário e integração temporal.
MT 11	Construção de estudo sobre isenções e gratuidades no transporte público coletivo.
MT 12	Viabilização de tarifas reduzidas no transporte público coletivo para estudantes.
MT 13	Elaboração e aplicação de pesquisa Origem e Destino e criação de cenários para mobilidade e transporte.
MT 14	Qualificação e revisão dos itinerários do transporte público coletivo e sua tabela de horários.
MT 15	Desenvolvimento de estudo para reduzir tempo de percurso do transporte público coletivo.
MT 16	Oferta de transporte público coletivo nos finais de semana ampliada de acordo com a demanda.
MT 17	Elaboração de estudo sobre os processos e mecanismos de fiscalização nos serviços de transporte público coletivo.

[52] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

MT 18	Desenvolvimento de pesquisa de opinião pública referente à qualidade do transporte público coletivo.
MT 19	Estabelecimento de indicadores de avaliação e metas de qualidade para os serviços de transporte público coletivo.
MT 20	Modernização do sistema de bilhetagem.
MT 21	Criação de *big data*[53] com dados de mobilidade metropolitana integrados.
MT 22	Qualificação do sistema de segurança no transporte público coletivo.
MT 23	Atualização do Plano Municipal de Mobilidade com ênfase às Políticas de Acessibilidade e Inclusão.
MT 24	Elaboração de projetos urbanos para pedestrianização em avenidas e ruas de Curitiba.
MT 25	Realocação do comércio ambulante em espaços estratégicos.
MT 26	Criação de plano de integração de veículos alternativos na dinâmica da cidade.
MT 27	Realização de estudos para a implantação dos carros compartilhados elétricos.
MT 28	Ampliação de convênios e parcerias com universidades no desenvolvimento de novas tecnologias para mobilidade.
MT 29	Criação de premiação para soluções inovadoras na área de logística urbana.
MT 30	Intensificação da fiscalização das emissões de materiais particulados no transporte público coletivo.
MT 31	Estabelecimento de metas de redução de emissões poluentes no transporte público coletivo.
MT 32	Promoção de *hackathons*[54] para desenvolver soluções de mobilidade urbana.
MT 33	Capacitação do corpo técnico municipal e metropolitano, com atuação na área de mobilidade, em temas inovadores.
MT 34	Capacitação dos professores em educação no trânsito.
MT 35	Ampliação de projetos em escolas públicas e privadas com temas relacionados à mobilidade.

[53] Plataforma que possibilita o armazenamento de uma grande quantidade de dados.
[54] Maratonas de programação em que vários profissionais (programadores, *designers*, engenheiros, etc) se reúnem para desenvolver novas soluções de *software* ou *hardware*.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

MT 36	Aumento da exploração publicitária como alternativa de financiamento parcial do transporte público coletivo.
MT 37	Aprimoramento dos aplicativos de monitoramento e gestão do sistema de mobilidade.
MT 38	Avaliação dos princípios de governança na gestão das atividades relacionadas a mobilidade e transporte em Curitiba.
MT 39	Proposição e implantação de modelo metropolitano de governança integrada em mobilidade e transporte.
MT 40	Atualização dos sistemas metropolitanos de gestão da mobilidade e do transporte.
MT 41	Ampliação dos sistemas de segurança orientados ao transporte e à mobilidade.
MT 42	Elaboração de estudo de viabilidade para implantação de novos modais e a instituição de novos modais de transporte em Curitiba.
MT 43	Implantação de sistema de compartilhamento de carros elétricos.
MT 44	Readequação permanente dos itinerários de ônibus considerando a pesquisa Origem Destino.
MT 45	Ampliação e diversificação dos processos de compartilhamento de bicicletas.
MT 46	Ampliação e diversificação dos processos de concessão das linhas de transporte público coletivo.
MT 47	Implementação da transparência total nos dados de mobilidade e transporte na RMC.
MT 48	Desenvolvimento de sistema *open source*[55] para gestão participativa da mobilidade na RMC.
MT 49	Monitoramento e redução contínua das emissões de gases de efeito estufa no transporte da RMC.
MT 50	Implementação de projeto piloto de veículo autônomo para transporte de passageiros.
MT 51	Monitoramento contínuo de indicadores relacionados ao ODS 11 da ONU.
MT 52	Ampliação e modernização dos sistemas de segurança para o transporte de passageiros.

[55] *Software* cujo código fonte esteja disponível e aberto para consulta.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

MT 53	Realização de balanço e atualização do modelo metropolitano de governança integrada em mobilidade e transporte.
MT 54	Integração total de transportes em toda a RMC.
MT 55	Universalização do uso de energias alternativas no transporte público coletivo.
MT 56	Viabilização do uso de veículos autônomos para transporte público coletivo.
MT 57	Implementação de programas inovadores com foco na mobilidade ativa.
MT 58	Avaliação das políticas metropolitanas de transporte à luz dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

ANOTAÇÕES

Infraestrutura

Este fator crítico aborda ações relacionadas à base material que dá suporte à estrutura social e ao desenvolvimento da cidade, englobando o conjunto de atividades, serviços, equipamentos e instalações necessário à concretização da visão temática construída para Mobilidade e Transporte.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

MT 59	Melhoramento e ampliação de infraestrutura e conexão cicloviária.
MT 60	Criação de infraestrutura e prestação de serviços de locação de bicicletas.
MT 61	Instalação de bicicletários nos terminais de ônibus e áreas de conexões de transporte público coletivo.
MT 62	Elaboração de estudos para implantação e regulamentação de estacionamentos em terminais urbanos periférico.
MT 63	Revisão da programação semafórica da cidade, considerando as novas políticas públicas de redução de velocidade e circulação de pedestres.
MT 64	Adequação do *design* urbano aos desafios de mobilidade e transporte.
MT 65	Ampliação e manutenção da infraestrutura de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.
MT 66	Modernização dos equipamentos urbanos ligados ao transporte público coletivo.
MT 67	Implantação de projeto piloto[56] de piso gerador de energia em ciclovias.
MT 68	Requalificação das calçadas públicas.
MT 69	Implantação de infraestrutura para ampliação da pedestrianização.
MT 70	Instalação de *parklets*[57] de acordo com o plano de requalificação de áreas de estacionamento.
MT 71	Desenvolvimento de novas plataformas digitais de educação para mobilidade.
MT 72	Implantação de infraestrutura de monitoramento de segurança nas vias, nos equipamentos urbanos e nos veículos de transporte público coletivo.

[56] O projeto faz parte de um acordo de cooperação entre a Prefeitura de Curitiba e a empresa japonesa *Soundpower Corporation*, por meio da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) e do Ministério da Indústria Japonês, que estão financiando a expansão da tecnologia. Esta é instalada no piso para gerar eletricidade a partir do som e da vibração.

[57] Extensões temporárias da calçada que transformam espaços destinados aos carros em áreas públicas de lazer e convívio para as pessoas.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

MT 73	Requalificação da sinalização de trânsito no município.
MT 74	Implantação de iluminação viária a partir de fontes renováveis.
MT 75	Implantação do cartão de transporte metropolitano intermodal.
MT 76	Ampliação das áreas calmas conforme estudos de viabilidade.
MT 77	Adequação da infraestrutura para integração temporal da rede de transporte.
MT 78	Reestruturação dos terminais de transporte público coletivo, com inclusão de centro de serviços.
MT 79	Criação de estacionamentos verticais no entorno do eixo de transporte público coletivo.
MT 80	Integração e ampliação dos meios de transporte intermodais na RMC.
MT 81	Substituição da frota de transporte público coletivo por veículos menos poluentes.
MT 82	Requalificação de vias e equipamentos públicos com materiais sustentáveis.
MT 83	Implantação de infraestrutura para recarga de energia de carros elétricos.
MT 84	Instalação de cabeamento subterrâneo para ampliação dos espaços de mobilidade.
MT 85	Aplicação de soluções de *Internet* das Coisas[58] para otimização da mobilidade urbana.
MT 86	Ampliação e atualização dos sistemas de monitoramento e segurança em mobilidade e transporte.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

MT 87	Implementação de rede metropolitana de vias cicláveis.
MT 88	Adequação das vias públicas para o uso compartilhado entre pedestres e veículos.
MT 89	Substituição da frota de transporte público coletivo por veículos movidos a energias renováveis.
MT 90	Ampliação e melhoria da iluminação pública nas vias metropolitanas.

[58] Sistemas e ferramentas de inteligência que permitem que os objetos troquem informações.

Legislação

Este fator crítico reúne o conjunto de regulamentações para a área de Mobilidade e Transporte estabelecendo condutas e ações aceitáveis ou recusáveis no intuito de assegurar estabilidade governamental e segurança jurídica às relações sociais entre cidadãos, instituições e empresas.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

MT 91	Promoção de agendas de discussão a respeito das leis de uso e manutenção das calçadas[59].
MT 92	Regulamentação do Plano de Mobilidade em legislação específica.
MT 93	Criação de incentivos ao uso do transporte público coletivo e à prática da mobilidade ativa.
MT 94	Regulamentação de espaços para pedestrianização.
MT 95	Regulamentação de novos modelos de transporte comercial[60].
MT 96	Regulamentação da bicicleta como modal de transporte[61].
MT 97	Regulamentação dos processos e mecanismos de transparência para os contratos de transporte público coletivo[62].
MT 98	Elaboração e divulgação de leis de incentivo ao uso de veículos movidos a energias limpas.
MT 99	Regulamentação das metas de redução de emissões de materiais particulados por veículos.
MT 100	Aprimoramento de diretrizes para redução de velocidade nas vias com grande circulação de pedestres e ciclistas.

[59] Lei nº 11.596 de 24 de novembro de 2005: "Dispõe sobre a construção, reconstrução e conservação de calçadas, vedação de terrenos, tapumes e *stands* de vendas, cria o programa caminhos da cidade – readequação das calçadas de Curitiba e o fundo de recuperação de calçadas – FUNRECAL, revoga a Lei nº 8.365 de 22 de dezembro de 1993, e dá outras providências". Decreto nº 1.066: regulamenta a Lei nº 11.596 de 24 de novembro de 2005 e estabelece critérios para a construção ou reconstrução de passeios nos locais que específica.

[60] Exemplo para esse setor é: Uber, Cabify, Televo e WillGoetc.

[61] Lei nº 14.594, de 16 de janeiro de 2015: "Dispõe sobre a mobilidade urbana sustentável – Lei da bicicleta" – "Institui a bicicleta como modal de transporte regular de interesse social em Curitiba, determinando-se que 5% (cinco por cento) das vias urbanas serão destinadas à construção de ciclofaixas e ciclovias, em modelo funcional, interconectando o centro da cidade, integrado ao transporte público coletivo".

[62] Exemplo: Lei nº 14.826, de 25 de abril de 2016: "Estabelece a política municipal de incentivo ao uso de carros elétricos ou movidos a hidrogênio".

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

MT 101 Modernização dos processos contratuais da concessão do transporte público coletivo.

MT 102 Intensificação de incentivos para substituição da frota por veículos que utilizem energias limpas.

MT 103 Elaboração de regulamentação para a restrição do acesso de veículos particulares em regiões com fluxo elevado de pedestres.

MT 104 Ampliação de incentivos para produção e uso de veículos movidos a energias limpas.

MT 105 Revisão da regulamentação sobre a substituição das redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas para toda a capital.

MT 106 Regulamentação do sistema de carros compartilhados.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

MT 107 Regulamentação dos veículos autônomos para o transporte público coletivo.

MT 108 Regulamentação do uso de drones na segurança e fiscalização do transporte público coletivo.

MT 109 Regulamentação de novos modais e tecnologias de transporte.

ANOTAÇÕES

Políticas Públicas

Este fator crítico abrange o conjunto de políticas desenvolvidas pelo estado, direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visa assegurar direitos relacionados à área temática de Mobilidade e Transporte.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

MT 110	Adequação do Plano Municipal de Mobilidade Urbana à Política Nacional de Mobilidade.
MT 111	Revisão e atualização do Plano Municipal de Mobilidade com ênfase às Políticas de Acessibilidade e Inclusão.
MT 112	Revisão e atualização do Plano Estratégico Cicloviário.
MT 113	Criação de plano de segurança para o transporte em conjunto com o Governo Estadual.
MT 114	Ampliação e modernização de programas de pedestrianização.
MT 115	Ampliação de políticas de educação para mobilidade e prevenção de comportamento de risco.
MT 116	Criação de programa de redução de tarifas de transporte para estudantes.
MT 117	Desenvolvimento de medidas e procedimentos para viabilizar integração temporal[63] em linhas convencionais.
MT 118	Revisão dos planos setoriais de acordo com mudanças estruturais do transporte.
MT 119	Ampliação de programas de capacitação dos gestores e servidores da área de mobilidade.

[63] Mecanismo que permite a mudança de ônibus sem o pagamento de uma nova tarifa, desde que o usuário acesse o próximo veículo em determinado período de tempo.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

MT 120 Estabelecimento de política para a redução de emissões de materiais particulados por veículos.

MT 121 Elaboração de programa de incentivo à adoção de veículos elétricos.

MT 122 Criação do plano logístico de transporte de cargas na RMC.

MT 123 Realização de balanço e revisão das políticas de mobilidade e transporte.

MT 124 Instituição de incentivo para o desenvolvimento de soluções inovadoras de transporte e mobilidade em escala metropolitana.

MT 125 Desenvolvimento de plano para ampliação de áreas calmas[64].

MT 126 Proposição de regras para diferenciação de horários de circulação de veículos em locais de grande movimento.

MT 127 Elaboração de plano de requalificação de áreas de estacionamento.

MT 128 Implantação de programa de logística ambiental na cidade.

MT 129 Atualização de política de segurança em transporte e mobilidade para a RMC.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

MT 130 Adequação da política de infraestrutura de vias e equipamentos públicos.

MT 131 Elaboração de plano de modernização tecnológica de transporte e mobilidade.

MT 132 Implementação de políticas inovadoras em mobilidade e transporte.

[64] Áreas que fixam um limite de velocidade baixo para os veículos que nela trafegam.

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Saúde e Qualidade de Vida são conceitos com variações profundas no debate contemporâneo. No âmbito do Curitiba 2035, o tema Saúde propõe a discussão sobre serviços, modelos de gestão e tecnologias orientados à prevenção, promoção e ao tratamento dos processos saúde-doença. Já o tema Qualidade de Vida abrange questões como a humanização e a modernização dos espaços urbanos, em prol do bem-estar dos indivíduos, associada a aspectos como cultura, esporte, lazer e demais condicionantes que favorecem a melhoria de vida das pessoas nas perspectivas física, mental, social e espiritual.

No caso da Saúde, a facilidade de acesso a diagnósticos preventivos, a disseminação de tratamentos terapêuticos inovadores, o acompanhamento especializado e multidisciplinar, assim como a melhoria dos hábitos de vida das pessoas tornam-se questões fundamentais para a consolidação de uma cidade mais saudável. Outro campo que também se relaciona ao tema reside nos avanços exponenciais das tecnologias em saúde, que proporcionam tratamentos menos invasivos e mais eficientes, bem como a ampliação da longevidade dos indivíduos.

No que tange à Qualidade de Vida, o tema ganha crescente importância em virtude do interesse dos cidadãos por uma vida agradável, com estruturas sociais que permitam bem-estar e satisfação. Nesse sentido, o conceito de escala humana se consolida, ou seja, a cidade passa a ser planejada de forma orientada às pessoas. Além disso, essa mesma cidade disponibiliza acesso à cultura, nas suas múltiplas expressões, assim como oferta esporte e lazer para recreação, entretenimento e aptidões física e mental.

Considerando o referido cenário, Saúde e Qualidade de Vida foram compreendidas como questões imperativas para o processo de planejamento de longo prazo para Curitiba, pois são temas que colocam em relevo uma questão fundamental a ser alcançada no espaço urbano: a melhoria nas condições de bem-estar dos indivíduos em sociedade.

Desse modo, a implementação de ações estratégicas em Saúde e Qualidade de Vida tem plena legitimidade no Curitiba 2035, pois está diretamente imbricada aos processos de desenvolvimento humano e da cidade.

SITUAÇÃO ATUAL

Em relação aos indicadores de saúde, Curitiba apresenta a sexta maior esperança de vida (76,3 anos) e a menor taxa de mortalidade infantil (7,7 mortos para cada mil nascidos vivos) entre as capitais brasileiras. Com 186 habitantes para cada médico, o município se destaca também na capacidade de atendimento, dedicada à população de Curitiba e aos pacientes provenientes de outras cidades. Os hospitais e as unidades de saúde e de pronto atendimento situam-se, em geral, nas áreas de maior densidade populacional do município.

Em relação ao perfil epidemiológico de Curitiba, verifica-se que doenças do aparelho respiratório são as mais recorrentes (17,6%), seguidas de neoplasias (17,1%) e doenças do aparelho circulatório (17,0%).

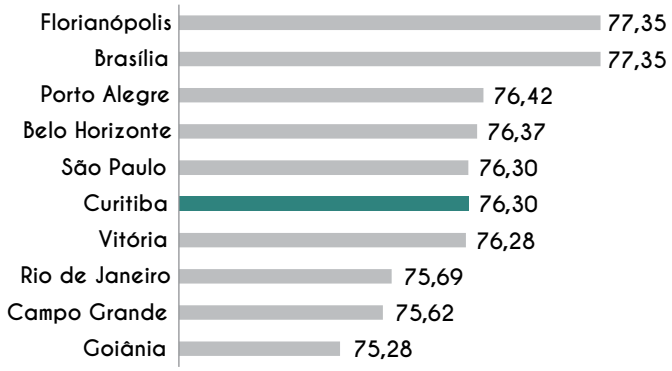
No que diz respeito à rede de atendimento, observa-se que os estabelecimentos de atenção ambulatorial são mais numerosos no ecossistema de saúde curitibano. No que se refere ao ecossistema de qualidade de vida, predominam estabelecimentos com atividades de condicionamento físico, clubes, bem como aqueles ligados às artes cênicas e aos espetáculos.

Vale salientar que Curitiba possue o equivalente a 6% do total das bibliotecas do Brasil, assim como 6% do total de instalações de esporte do país.

Fontes: (a) BRASIL, 2016b; (b) IPPUC, 2016; (c) BRASIL, 2015b.

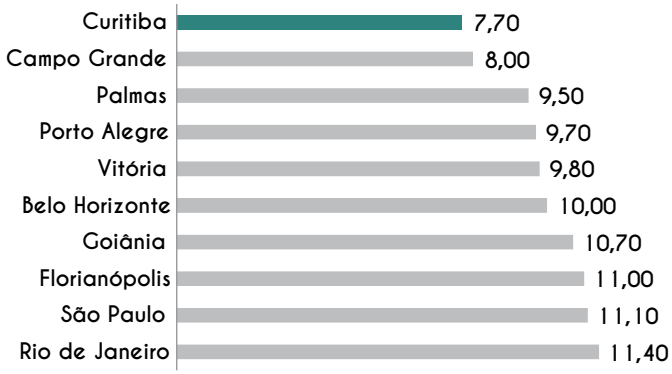
Esperança média de vida[a] - 2010

(somente capitais - ordem crescente)



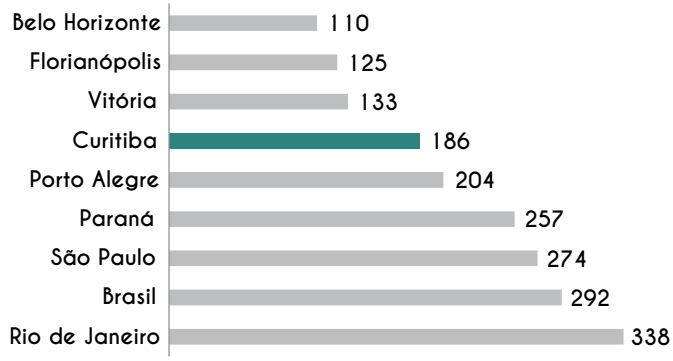
Taxa de mortalidade infantil[a] - 2014

(somente capitais - ordem decrescente)



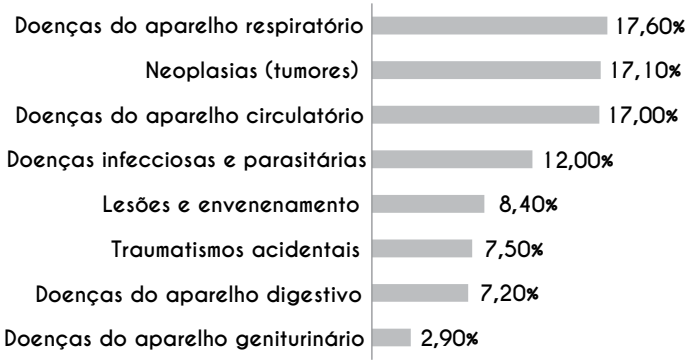
Quantidade de habitantes por médico[a] - 2015

(somente capitais das regiões Sul e Sudeste - ordem crescente)

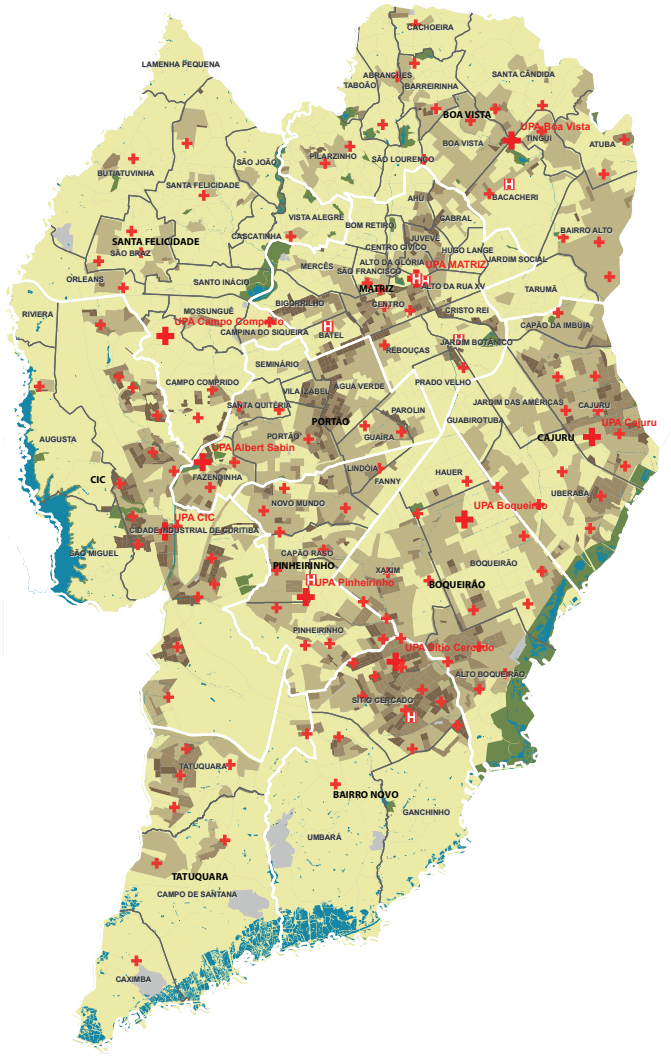


Morbidade hospitalar[a] - 2015

(ordem decrescente)



Equipamentos públicos de saúde[b] - 2016



LEGENDA

- Divisa de bairros
- Lagos, lagoas e represas
- Parques e bosques

- Hospitais Públicos
- Unidade de Saúde
- Unidades de Pronto Atendimento - UPA

Densidade Populacional (hab/Km²)

- 0,08 - 50,00
- 50,01 - 100,00
- 100,01 - 150,00
- 150,01 - 728,05
- 728,06 - 1524,97

Equipamentos de qualidade de vida[c] - 2015

		% CURITIBA	PARTICIPAÇÃO DE CURITIBA: NO PARANÁ	NO BRASIL
Saúde	Atenção ambulatorial	70%	28%	2%
	Serviços de diagnóstico e terapia	8%	18%	1%
	Atividades de profissionais da saúde	12%	28%	2%
	Atendimento hospitalar	3%	16%	1%
	Planos de saúde	1%	37%	2%
	Atendimento móvel e remoção de pacientes	0%	16%	1%
	Outros	6%	33%	2%
	Total	100%	26%	2%
Esporte e Lazer	Atividades de Condicionamento Físico	60%	25%	2%
	Clubes	13%	12%	1%
	Instalações de Esportes	5%	55%	6%
	Parques	2%	24%	1%
	Outras	20%	16%	1%
	Total	100%	20%	1%
Cultura	Artes Cênicas e Espetáculos	84%	33%	2%
	Criação Artística	5%	63%	4%
	Espaços para Exposição	0%	0%	0%
	Bibliotecas	6%	67%	6%
	Museus	3%	50%	2%
	Total	100%	34%	2%

VISÃO TEMÁTICA

Os processos reflexivos do Curitiba 2035 retratam o desejo de uma cidade orientada à promoção da equidade no acesso à saúde e à qualidade de vida da população. A situação almejada se caracteriza pela criação de um ambiente humanizado, com ênfase nas relações interpessoais e com a cidade. Nesse contexto, ganham destaque a ampliação da infraestrutura tecnológica para diagnósticos e tratamentos de acesso igualitário, assim como a preocupação com o meio ambiente, em virtude deste ser essencial para a saúde e o bem-estar das pessoas. Sendo assim, a visão temática para Saúde e Qualidade de Vida é:

Curitiba: ambiente de equidade em saúde e qualidade de vida construído com educação, relações humanas, tecnologia e em harmonia com o meio ambiente.

BARREIRAS

Considerando a situação atual, as principais barreiras à concretização dessa visão de futuro são:

- Ineficiência do modelo de gestão em saúde vigente.
- Escassez de ações de promoção, prevenção e educação em saúde.
- Insuficiência de recursos humanos em saúde.
- Deficiência nos diagnósticos clínicos.
- Desigualdades no acesso a equipamentos de saúde.
- Deficiência na infraestrutura de lazer e esporte.
- Limitação nos recursos para cultura.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A reflexão coletiva sobre as barreiras para o alcance da visão de futuro da área temática culminou na identificação de quatro fatores críticos de sucesso que englobam as condições impeditivas atuais. São eles:

- Educação
- Gestão
- Políticas Públicas
- Recursos

Esses fatores críticos constituem-se em norteadores para a proposição das ações essenciais ao alcance da visão temática de Saúde e Qualidade de Vida.

AÇÕES

A proposição de ações foi estruturada a partir dos fatores críticos de sucesso. O diagnóstico sobre a situação atual da municipalidade e a identificação das barreiras alimentaram as reflexões e permitiram a identificação de 141 ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos, com vistas à concretização da visão de futuro para Saúde e Qualidade de Vida.

Educação

Este fator crítico reúne abordagens educacionais que buscam dotar a população de conhecimentos sobre Saúde e Qualidade de Vida, estimulando a prevenção de doenças, a promoção da saúde, assim como o engajamento e a participação dos cidadãos em assuntos relacionados ao seu bem-estar, como esporte, lazer, cultura, entre outros.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

SQV 01	Criação de canais de comunicação institucionais com orientação à educação em saúde e qualidade de vida.
SQV 02	Planejamento participativo das atividades da rede pública orientadas à educação em saúde e qualidade de vida.
SQV 03	Criação e ampliação de grupos comunitários voltados à educação em saúde e qualidade de vida.
SQV 04	Realização de diagnóstico sobre educação em saúde e qualidade de vida considerando especificidades das regionais do município.
SQV 05	Ampliação de formações profissionais e linhas de pesquisa direcionadas à saúde da família e à promoção de estilos de vida saudáveis.
SQV 06	Emprego de metodologias e tecnologias inovadoras nas atividades de educação em saúde e qualidade de vida das unidades de saúde do município.
SQV 07	Ampliação e qualificação de conteúdos de prevenção e promoção em saúde desenhados por diversas instituições do município.
SQV 08	Expansão e diversificação de atividades de educação comunitária em saúde e qualidade de vida específicas para idosos e pessoas com deficiência.
SQV 09	Criação de programa orientado à construção de tecnologias sociais[65] para saúde e qualidade de vida.
SQV 10	Desenvolvimento de ações de educação e cultura em suas múltiplas expressões (arte, lazer, esporte, entre outras) orientados à promoção de estilos de vida saudáveis.
SQV 11	Implementação de programa de educação para alimentação saudável na Educação Básica.

[65] "Produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis e inovadoras, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social às diversas realidades onde elas se aplicam" (INSTITUTO KAIRÓS, 2017).

SQV 12 Desenvolvimento de ações de conteúdo educacional sobre saúde e qualidade de vida para utilização na Educação Básica.

SQV 13 Criação de programação diversificada de atividades de promoção em saúde e cultura na Educação Básica da rede pública.

SQV 14 Ampliação e qualificação de campanhas e ações educacionais de prevenção a doenças transmissíveis.

SQV 15 Ampliação e qualificação de campanhas e ações educacionais de prevenção e proteção de doenças vetoriais.

SQV 16 Expansão e qualificação de campanhas voltadas ao tema saúde mental.

SQV 17 Desenvolvimento de ações educativas para enfrentamento da obesidade.

SQV 18 Ampliação e modernização de programas educacionais com foco na prevenção ao uso indevido de álcool e drogas.

SQV 19 Criação de plataformas e aplicativos digitais para educação em saúde e qualidade de vida orientados às doenças crônicas.

SQV 20 Elaboração de estudo sobre caracterização dos processos saúde-doença e do estilo de vida do idoso curitibano para embasar programas educacionais.

SQV 21 Qualificação para cuidadores de pessoas idosas, com deficiência ou com transtornos mentais graves.

SQV 22 Realização de campanha sobre a importância e a localização das redes comunitárias de suporte.

SQV 23 Ampliação da atuação dos profissionais de saúde em atividades comunitárias de educação e conscientização.

SQV 24 Implantação de programas de educação em saúde e qualidade de vida no formato *Massive Open On-line Courses (MOOCs*[66]).

SQV 25 Ampliação de oferta de cursos e incentivo à formação de profissionais para atendimento por telessaúde.

[66] Cursos abertos ofertados por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas da *web* 2.0 ou redes sociais, que permitem que um grande número de alunos ampliem seus conhecimentos.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

SQV 26	Balanço e revisão do planejamento participativo das atividades de educação em saúde e qualidade de vida da cidade e ampliação para a RMC.
SQV 27	Ampliação de campanhas metropolitanas de comunicação focadas na promoção da saúde e da qualidade de vida.
SQV 28	Elaboração de conteúdos sobre saúde e qualidade de vida, customizados ao perfil do cidadão da RMC, em diversas mídias digitais.
SQV 29	Desenvolvimento de portal de telessaúde de acesso público orientado à saúde preventiva.
SQV 30	Adequação de programas de educação em saúde para o idoso com base nos resultados do estudo de caracterização dos processos saúde-doença e estilo de vida desse público.
SQV 31	Instituição de centro avançado de formação em telessaúde.
SQV 32	Criação de certificação para escolas de referência em educação em saúde e qualidade de vida.
SQV 33	Elaboração de programas de educação em saúde e qualidade de vida orientados à longevidade dos cidadãos de Curitiba.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

SQV 34 Instituição de centro de excelência em saúde e qualidade de vida com frente especializada na educação em saúde.

SQV 35 Diversificação de especialidades disponíveis no portal de telessaúde para programas de educação em saúde e qualidade de vida.

SQV 36 Fortalecimento de grupos e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação com foco em soluções para a longevidade saudável.

ANOTAÇÕES

Gestão

Este fator crítico abrange aspectos relacionados a planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas, programas e serviços relacionados a Saúde e Qualidade de Vida, com vistas ao uso eficiente dos recursos disponíveis e à otimização dos resultados da das ações apreendidas.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

SQV 37	Diversificação dos canais de comunicação sobre saúde e qualidade de vida do município.
SQV 38	Divulgação de programas de voluntariado em saúde e qualidade de vida.
SQV 39	Avaliação e aprimoramento do modelo municipal de gestão em saúde e qualidade de vida com a participação da sociedade.
SQV 40	Desenho e implementação de modelo de governança integrado para saúde entre Curitiba e região metropolitana.
SQV 41	Mapeamento de infraestrutura, recursos humanos e demais necessidades dos serviços públicos de saúde e qualidade de vida do município.
SQV 42	Realização de estudo sobre o nível de acesso da população curitibana aos equipamentos de saúde e qualidade de vida do município.
SQV 43	Realização de estudo sobre perfil epidemiológico do cidadão de Curitiba e região metropolitana.
SQV 44	Avaliação de impacto do uso dos equipamentos de saúde e qualidade de vida do município, de modo estratificado por residentes e não residentes.
SQV 45	Avaliação do sistema de fiscalização e controle de processos nos equipamentos de saúde e qualidade de vida do município.
SQV 46	Desenvolvimento de estudo sobre a qualidade do sistema de saúde pública do município com elaboração de indicadores sobre o tema.
SQV 47	Realização de estudo de viabilidade para implantação de plataforma virtual de saúde e qualidade de vida da RMC.
SQV 48	Criação e aperfeiçoamento de indicadores em saúde e qualidade de vida para tomada de decisão na gestão do município.
SQV 49	Realização de *benchmarking* sobre tecnologias e procedimentos em saúde coletiva.
SQV 50	Elaboração de estudo de viabilidade técnica sobre a integração de informações de vários sistemas institucionais de saúde.

SQV 51	Monitoramento e avaliação contínua do sistema digital de agendamento de consultas da gestão municipal.
SQV 52	Criação de prêmio de reconhecimento de boas práticas em gestão da saúde e da qualidade de vida.
SQV 53	Mapeamento de iniciativas de investimento social privado na área de saúde e qualidade de vida.
SQV 54	Integração de programas interinstitucionais públicos e privados com foco em saúde e qualidade de vida dos cidadãos.
SQV 55	Ampliação de convênios interinstitucionais para promoção da saúde e qualidade de vida.
SQV 56	Criação de agenda de eventos com atividades físicas, culturais e de bem-estar em infraestruturas existentes.
SQV 57	Expansão da oferta e divulgação de atividades de lazer e cultura gratuitas em horários alternativos.
SQV 58	Ampliação da oferta pública e privada de serviços de saúde especializados e de alta complexidade tecnológica.
SQV 59	Mapeamento do ecossistema de saúde e qualidade de vida em Curitiba e região metropolitana.
SQV 60	Implementação de *big data*[67] sobre saúde e qualidade de vida com acesso público.
SQV 61	Implementação dos princípios de governança (transparência, responsabilidade, conformidade e equidade) nas atividades de saúde e qualidade de vida da gestão pública municipal.

[67] Plataforma que possibilita o armazenamento de uma grande quantidade de dados.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

SQV 62	Avaliação contínua e participativa do modelo de gestão em saúde e qualidade de vida de Curitiba.
SQV 63	Implementação de medidas corretivas e de aperfeiçoamento do modelo de gestão em saúde e qualidade de vida de Curitiba.
SQV 64	Aprimoramento do sistema de saúde pública do município com base no acompanhamento de indicadores de qualidade.
SQV 65	Avaliação contínua do nível de acesso da população aos equipamentos de saúde e qualidade de vida.
SQV 66	Atualização tecnológica dos equipamentos de saúde e qualidade de vida da gestão municipal.
SQV 67	Implementação de processos inovadores na gestão de compras e suprimentos para a saúde pública do município.
SQV 68	Ampliação do investimento público em tecnologias de saúde inovadoras e de alta complexidade.
SQV 69	Redimensionamento das unidades e equipes de saúde de Curitiba de acordo com aspectos sociais e demográficos.
SQV 70	Criação de selo para empresas instaladas no município com políticas de bem-estar para os funcionários.
SQV 71	Implantação de processos relacionados à *Internet* das Coisas[68] no serviços de saúde e qualidade de vida da gestão do município.
SQV 72	Expansão e qualificação de centros de especialidades para pesquisa, promoção e atendimento em saúde pública.
SQV 73	Ampliação de parcerias entre instituições públicas e privadas orientadas à saúde e qualidade de vida na RMC.
SQV 74	Ampliação da disponibilidade de práticas integrativas e complementares[69] na saúde pública do município.

[68] Sistemas e ferramentas de inteligência que permitem aos objetos trocarem informações.
[69] A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) institucionalizou a homeopatia, as plantas medicinais e fitoterápicas, a medicina tradicional chinesa/acupuntura, a medicina antroposófica e o termalismo social-crenoterapia no Sistema Único de Saúde (BRASIL, 2017).

SQV 75 Diversificação da agenda de atividades dos centros de convivência para idosos e pessoas com transtornos mentais graves.

SQV 76 Avaliação da implementação dos princípios de governança na gestão das atividades de saúde e qualidade de vida do município.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

SQV 77 Estabelecimento de consórcio intermunicipal metropolitano para integração do sistema de saúde público.

SQV 78 Instituição de *e-card*[70] metropolitano complementar ao cartão nacional do Sistema Único de Saúde (SUS).

SQV 79 Implementação de modelo de saúde no município orientado por conceitos da Medicina 4P (preditiva, personalizada, preventiva e participativa).

SQV 80 Desenho e implementação de modelo de governança integrado para cultura, esporte e lazer entre Curitiba e região metropolitana.

ANOTAÇÕES

[70] Nesta publicação, o *e-card* é compreendido como complementar ao Cartão Nacional de Saúde, inclusive com a mesma numeração, facilitando o processo de planejamento, monitoramento e avaliação dos indicadores.

Políticas Públicas

Este fator crítico abrange o conjunto de decisões, planos, procedimentos e metas governamentais voltados para a resolução de problemas de interesse público relacionados à área temática de Saúde e Qualidade de Vida.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

SQV 81	Implementação de programas para atendimento do ODS 3[71] da ONU: Saúde e bem-estar.
SQV 82	Implementação de programas de conformidade com vistas a cumprir as normas legais e regulamentares, bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade, em particular a corrupção na atuação em saúde e qualidade de vida.
SQV 83	Implementação de programa municipal de formação continuada e profissionalização para quadros técnicos e gerenciais de saúde e qualidade de vida.
SQV 84	Modernização e ampliação de programas de incentivo à cultura em todas as suas manifestações.
SQV 85	Incremento e qualificação de programas orientados à promoção da qualidade de vida.
SQV 86	Elaboração de normas municipais para facilitar a liberação de programas de saúde e qualidade de vida em espaços públicos.
SQV 87	Criação de programa de incremento de atividades físicas entre jovens e de desenvolvimento de novos talentos em esportes.
SQV 88	Ampliação e qualificação de programas de estímulo às atividades físicas e ao esporte de alto rendimento.
SQV 89	Ampliação de programas de prevenção ao uso indevido de álcool e drogas, em particular para crianças e adolescentes da Educação Básica.
SQV 90	Implementação de programa de incentivo à alimentação e aos estilos de vida saudáveis.
SQV 91	Elaboração de estudo de viabilidade sobre desoneração fiscal de produtos saudáveis.
SQV 92	Divulgação de programa de saúde e qualidade de vida em diversas mídias.
SQV 93	Desenvolvimento de mecanismos legais de ampliação das parcerias público-privadas em saúde na RMC.
SQV 94	Instituição de programa de implementação de telessaúde nos equipamentos de saúde do município.
SQV 95	Ampliação de programas públicos de prevenção de epidemias.

[71] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.

SQV 96 Qualificação de programas públicos de prevenção de doenças transmitidas por vetores.

SQV 97 Ampliação e qualificação de programas públicos orientados à saúde mental.

SQV 98 Incorporação, nos programas públicos municipais, das diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU) relacionadas à cidade amiga do idoso.

SQV 99 Elaboração de política com foco na criação de novos centros de convivência e centros-dia[72].

SQV 100 Criação de parcerias público-privadas orientadas a saúde e qualidade de vida na RMC.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

SQV 101 Balanço de resultados e ajuste dos programas relativos à consecução do ODS 3.

SQV 102 Aprimoramento dos mecanismos de participação e controle social na construção e avaliação das políticas públicas em saúde e qualidade de vida.

SQV 103 Implementação de programa de recomposição dos quadros profissionais em saúde e qualidade de vida de acordo com a evolução e as necessidades sociodemográficas.

SQV 104 Integração de políticas públicas entre secretarias municipais de Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude para promoção de projetos compartilhados.

SQV 105 Elaboração de programa intersetorial para a saúde e qualidade de vida do idoso.

SQV 106 Desenvolvimento de grupo de estudo para definição de política de paliatividade/terminalidade[73].

SQV 107 Ampliação de parcerias público-privadas orientadas a saúde e qualidade de vida na RMC.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

SQV 108 Alinhamento das políticas de saúde e qualidade de vida aos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

SQV 109 Implementação de programa metropolitano ancorado no conceito de *health city*[74].

SQV 110 Garantia de atendimento orientado à estratégia de saúde da família para o público em vulnerabilidade social.

SQV 111 Diversificação e ampliação das atividades de telessaúde da gestão municipal.

[72] Concebido como recurso de apoio familiar que oferece durante o dia a vigilância necessária ao apoio de necessidades básicas, terapêuticas e socioculturais de pessoas idosas com diferentes graus de dependência, com o objetivo de promover a sua autonomia e permanência no domicílio (FARINHA, 2014).

[73] Nesta publicação, cuidados paliativos são entendidos como a atenção iniciada quando as condutas curativas e terapêuticas não surtem resultados. São direcionados a pacientes terminais e relacionados à identificação das necessidades dos pacientes e suas famílias. A terminalidade diz respeito às garantias fornecidas pelo Estado que possibilitem aos indivíduos tomar decisões e escolhas sobre a morte digna.

[74] Município saudável.

Recursos

Este fator crítico congrega bens ou serviços necessários à realização de atividades de Saúde e Qualidade de Vida de forma efetiva, podendo ser captados do ambiente, aplicados, mantidos, desenvolvidos ou controlados. Os recursos podem ser físicos ou materiais, financeiros, humanos, mercadológicos ou administrativos.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

SQV 112	Mapeamento e divulgação das instituições de Ensino Superior e respectivas atividades ofertadas para promoção de saúde e qualidade de vida da população.
SQV 113	Ampliação e diversificação de ofertas formativas do município com foco na atualização de profissionais da área de saúde.
SQV 114	Diversificação da oferta de pós-graduações na área de saúde.
SQV 115	Ampliação de projetos de pesquisa interinstitucionais para desenvolvimento de novas tecnologias em saúde.
SQV 116	Adequação das ementas dos cursos superiores de saúde às novas tecnologias e necessidades do mercado.
SQV 117	Criação e aprimoramento de linhas de pesquisas orientadas às novas tecnologias em saúde.
SQV 118	Aperfeiçoamento dos conteúdos de ética, bioética, biossegurança e direitos humanos nos cursos superiores de saúde.
SQV 119	Ampliação e qualificação de treinamentos sobre humanização no atendimento em saúde para os servidores públicos do município.
SQV 120	Aumento da oferta de formações sobre sistemas informacionais e telessaúde para os profissionais da saúde pública do município.
SQV 121	Expansão do quadro de servidores públicos relacionados à saúde e qualidade de vida, de acordo com disponibilidade financeira e orçamentária.
SQV 122	Ampliação da rede de atenção psicossocial a dependentes químicos.
SQV 123	Criação de centros de convivência para idosos.
SQV 124	Implantação de centros de convivência para pessoas com transtornos mentais graves.
SQV 125	Desenvolvimento de ações de acompanhamento e atenção aos cuidadores de idosos, pessoas com deficiência e transtornos mentais graves.
SQV 126	Ampliação de grupos de pesquisa, desenvolvimento e inovação com foco em longevidade.

SQV 127 Desenvolvimento de aplicativos com informações sobre saúde e qualidade de vida customizados ao perfil do cidadão curitibano.

SQV 128 Ampliação e modernização de infraestruturas públicas para práticas de atividades físicas, esportivas, culturais e de bem-estar.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

SQV 129 Inserção de novas categorias de profissionais nas equipes multiprofissionais de servidores públicos municipais em saúde e qualidade de vida.

SQV 130 Ampliação do investimento em tecnologias inovadoras direcionadas à saúde pública, considerando a realização de *benchmarking*.

SQV 131 Introdução do uso da realidade virtual e aumentada, e de simulações para atendimentos em saúde e de procedimentos de capacitação dos servidores públicos do município.

SQV 132 Modernização e qualificação do prontuário eletrônico de saúde de Curitiba.

SQV 133 Desenvolvimento de aplicativos de realidade virtual e aumentada orientados a saúde e qualidade de vida dos cidadãos da RMC.

SQV 134 Revitalização de teatros e centros culturais.

SQV 135 Modernização de centros esportivos e infraestruturas para esportes de alto rendimento em Curitiba.

SQV 136 Requalificação do desenho urbano municipal para incentivo de atividades físicas.

SQV 137 Ampliação da acessibilidade nos espaços públicos.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

SQV 138 Ampliação da infraestrutura de atendimento a saúde e qualidade de vida conforme transformações sociodemográficas e especificidades das regionais.

SQV 139 Criação de estruturas de referência em humanização em saúde.

SQV 140 Criação de bairros baseado nos conceitos de *health city*.

SQV 141 Instituição de centro de referência com serviços de saúde baseados em tecnologias exponenciais[75].

[75] Tecnologias que evoluem drasticamente, ampliando seu impacto de forma exponencial a cada ano.

MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE

O Meio Ambiente e a Biodiversidade são áreas temáticas crescentemente trabalhadas em exercícios prospectivos com orientação às cidades. No âmbito do Curitiba 2035, o tema Meio Ambiente e Biodiversidade aborda a discussão sobre a relação entre sociedade e natureza no ambiente urbano, contemplando processos relacionados ao uso consciente dos recursos naturais e da biodiversidade, bem como práticas de preservação, mitigação e tratamento ambiental, com o objetivo de atingir níveis sustentáveis.

Ao se refletir sobre o futuro da cidade, o gerenciamento do sistema urbano-social-ambiental passa a ser visto como procedimento essencial para assegurar que as próximas gerações tenham condições adequadas de vida no longo prazo. Nesse sentido, devem estar consolidadas medidas de controle, fiscalização e proteção ao meio ambiente, ao lado de programas que contemplem saneamento básico, reciclagem e reuso de resíduos sólidos, correto tratamento de efluentes, diminuição da emissão de gases do efeito estufa, gestão eficiente de recursos, entre outros.

Outra compreensão relevante é a de que um meio ambiente urbano saudável e equilibrado pertence a todos os indivíduos da sociedade. Dessa forma, os próprios cidadãos, em sintonia com o Estado, devem garantir a efetividade da gestão ambiental responsável.

Adicionalmente, o tema biodiversidade ganha notoriedade em virtude de vários estudos demonstrarem a significativa variedade da fauna e da flora no ambiente urbano. Tal reconhecimento amplia a importância de projetos de proteção e recuperação ambiental, como é o caso da expansão de áreas verdes e da constituição de corredores de biodiversidade.

Com base no exposto, a área temática de Meio Ambiente e Biodiversidade foi compreendida como questão estratégica para o processo de planejamento de longo prazo de Curitiba, pois coloca em evidência um desafio a ser alcançado: a relação equilibrada entre cidade e natureza.

Nesse sentido, a sociedade curitibana deseja ações resolutivas que busquem soluções ecoeficientes e eticamente responsáveis, para que as fontes de recursos e de riquezas ambientais sejam colocadas a serviço da vida e do bem-estar humano, corroborando o desenvolvimento sustentável da cidade.

SITUAÇÃO ATUAL

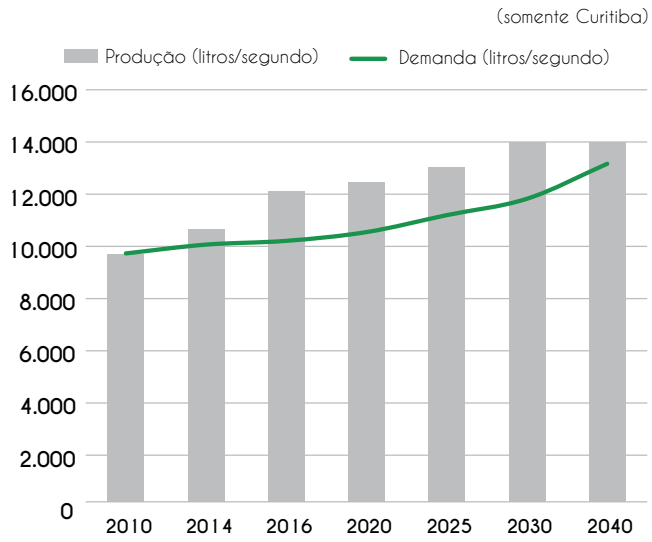
Atualmente, o consumo de água em Curitiba é de 10,2 mil litros por segundo. Nos próximos 25 anos, espera-se que esse patamar cresça 29%. Embora se projete crescimento 15% menor na produção, esta deverá continuar sendo suficiente para suprir a demanda até ao menos 2040.

No que diz respeito à rede de esgoto municipal, verifica-se que o sistema ainda precisa irradiar-se pelas porções sul, oeste e norte.

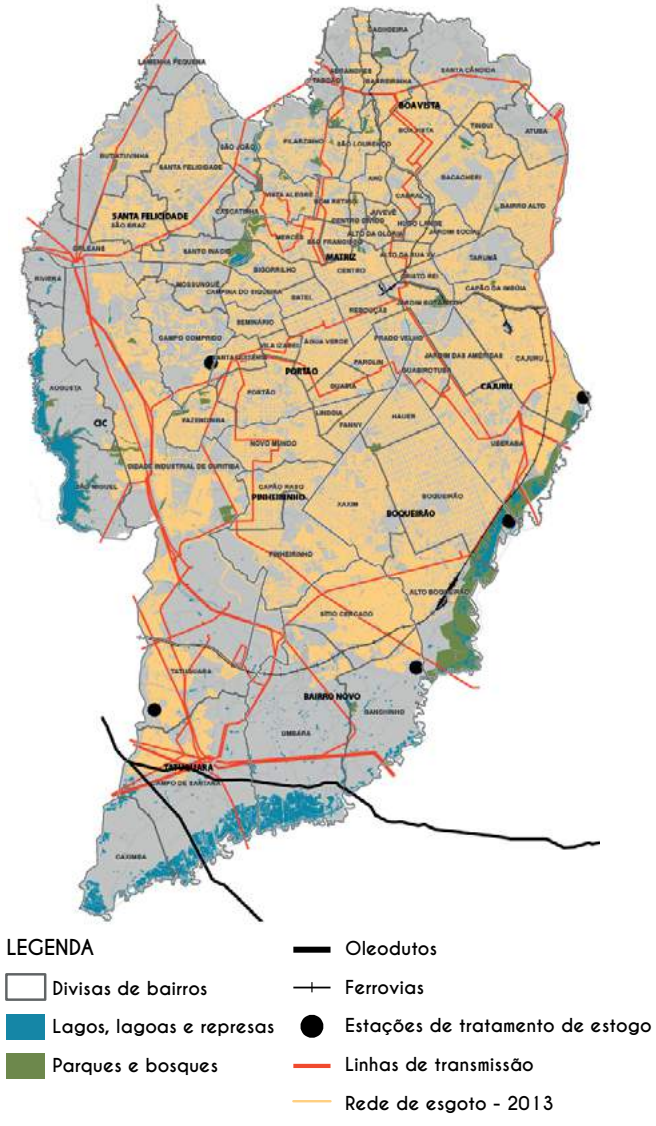
Em relação à poluição, as atividades de transporte geram três quartos do dióxido de carbono emitido no município. Uma das causas dessa predominância é o alto crescimento da frota de veículos.

As regiões norte, oeste e sul do território de Curitiba concentram as maiores porções de área verde do município. As divisas ao sul e ao oeste possuem também as maiores áreas com risco de inundação, seguidas pelas várzeas dos rios que cruzam o território municipal. Causadas pelas chuvas fortes, as inundações são o impacto climático que apresenta maior risco aos sistemas socioeconômicos analisados, como as infraestruturas de transporte e residencial, assim como os sistemas de abastecimento e de coleta de água e os serviços municipais.

Produção e consumo de água[a]



Rede de saneamento[b] - 2016



Fontes: (a) CURITIBA, 2016c; (b) IPPUC, 2016; (c) CURITIBA, 2016b; (d) IPPUC, 2014.

Emissões de gases de efeito estufa[c] - 2016

(somente Curitiba)

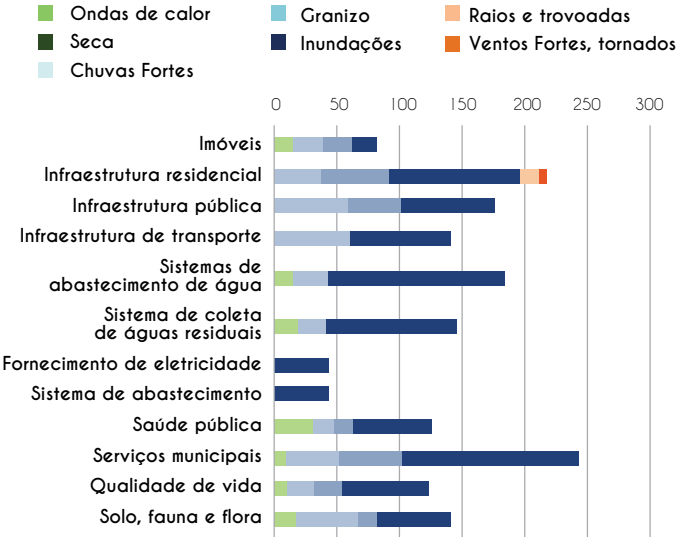
Nível hierárquico	Direta		Indireta		Total	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Energia estacionária	4%	4%	6%	8%	11%	12%
Transporte	63%	61%	13%	11%	76%	72%
Resíduos	0%	0%	14%	15%	14%	15%
Outras	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Total %	67%	65%	33%	35%	100%	100%
Total milhões de toneladas	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4

Áreas verdes[b] - 2016

Riscos de inundação[d] - 2016

Sistema socioeconômico segundo impacto ambiental[d] - 2016

(índice de risco)



VISÃO TEMÁTICA

O desejo dos cidadãos, na visão desenhada para a temática de Meio Ambiente e Biodiversidade, diz respeito a uma cidade reconhecida não só pela proteção e preservação da biodiversidade, mas também pela existência de processos de gestão e iniciativas inovadoras na área ambiental. Além disso, os cidadãos desejam ser protagonistas na busca por uma relação equilibrada entre sociedade e meio ambiente. Assim, a visão de futuro proposta para Meio Ambiente e Biodiversidade é:

Curitiba: referência em conservação da biodiversidade, gestão e iniciativas ambientais inovadoras com protagonismo da sociedade.

BARREIRAS

Considerando a situação atual, as principais barreiras à concretização dessa visão de futuro são:

- Poluição dos rios urbanos.
- Infraestrutura deficitária de saneamento ambiental.
- Gestão ambiental fragmentada na RMC.
- Diminuição de áreas verdes na RMC.
- Pouca efetividade na gestão de resíduos.
- Baixa integração intersetorial.
- Limitação sobre o conhecimento e monitoramento da biodiversidade urbana.
- Déficit na fiscalização ambiental.
- Fragmentação das políticas educativas.
- Ampliação das fontes de poluição atmosférica.
- Escassez de indicadores ambientais.
- Baixo investimento em tecnologia e inovação.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A reflexão coletiva sobre as barreiras para o alcance da visão de futuro da área temática culminou na identificação de quatro fatores críticos de sucesso que englobam as condições impeditivas atuais. São eles:

- Educação
- Governança
- Políticas
- Recursos

Esses fatores críticos constituem-se em norteadores à proposição das ações essenciais para o alcance da visão temática de Meio Ambiente e Biodiversidade.

AÇÕES

A proposição de ações foi estruturada a partir dos fatores críticos de sucesso. O diagnóstico sobre a situação atual da municipalidade e a identificação das barreiras alimentaram as reflexões e permitiram a identificação de 139 ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos, com vistas à concretização da visão de futuro para a temática Meio Ambiente e Biodiversidade.

Educação

Este fator crítico abrange ações educativas que buscam dotar a população de conhecimentos, atitudes e valores para auxiliá-la a tomar decisões adequadas sobre as questões ambientais, estimulando a busca pela conservação e preservação dos recursos naturais e pela sustentabilidade.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

MAB 01	Elaboração de plano participativo de sensibilização e capacitação ambiental para indução do protagonismo da sociedade nas temáticas meio ambiente e conservação da biodiversidade.
MAB 02	Criação de campanhas permanentes, em diversas mídias, para sensibilização e capacitação da população sobre proteção ambiental.
MAB 03	Retomada das campanhas educativas de reciclagem, redução e reuso de resíduos urbanos.
MAB 04	Desenvolvimento de *benchmarking* sobre práticas inovadoras de educação ambiental.
MAB 05	Criação de fóruns regionais para discussão sobre a relação entre território, sociedade e meio ambiente.
MAB 06	Estabelecimento de parceria entre gestão municipal e universidades para promoção de atividades de educação comunitária para sustentabilidade.
MAB 07	Promoção de cursos, de curta duração e acesso gratuito, para capacitação da população sobre manejo e ecologia de espécies nativas.
MAB 08	Criação de formação comunitária sobre métodos e técnicas de cuidados e recuperação das nascentes e leitos de rios.
MAB 09	Expansão da oferta de disciplinas optativas e conteúdos transversais sobre sustentabilidade e conservação da biodiversidade em todos os níveis de ensino.
MAB 10	Ampliação do uso de metodologias ativas[76] nas práticas de educação ambiental.
MAB 11	Aumento da oferta de atividades de extensão, concursos e desafios com orientação ao meio ambiente para o Ensino Fundamental e Médio.
MAB 12	Ampliação e qualificação de linhas de pesquisa aplicadas ao conhecimento, monitoramento e conservação da biodiversidade no contexto urbano e na resolução de problemas ambientais na cidade.
MAB 13	Expansão de linhas de pesquisa em *ecodesign* e bioarquitetura[77] orientadas à mitigação do impacto da urbanização.
MAB 14	Capacitação de conselhos de bairro para desenvolvimento de ações de sustentabilidade local.

[76] Possuem como principal característica a inserção do aluno/estudante como agente principal responsável pela sua aprendizagem.
[77] A bioarquitetura busca integrar construções ao ecossistema de forma harmônica e funcional.

MAB 15 Capacitação do Conselho Municipal de Meio Ambiente para articulação da sociedade civil e Governo Municipal na consolidação de governança.

MAB 16 Promoção de premiação para inovações sociais e tecnológicas com orientação à proteção ambiental.

MAB 17 Desenvolvimento de roteiros de turismo educacional na RMC orientados a temas ambientais.

MAB 18 Desenvolvimento de desafios e *hackathons*[78] orientados à criação de soluções em educação e proteção ambiental.

MAB 19 Ampliação de campanhas de sensibilização da população sobre zoonoses e epidemias.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

MAB 20 Desenvolvimento de plataformas digitais interativas, em vários níveis de complexidade, com orientação ao ensino de temáticas ambientais.

MAB 21 Capacitação técnica da população sobre novas tecnologias construtivas socioambientalmente amigáveis.

MAB 22 Criação de *game* para educação ambiental no contexto da cidade.

MAB 23 Criação de instituto virtual de educação ambiental com parcerias intersetoriais.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

MAB 24 Desenvolvimento de plataforma de realidade aumentada[79] orientada à experimentação de fenômenos ambientais.

MAB 25 Criação de centro comunitário de soluções inovadoras para o meio ambiente urbano.

MAB 26 Criação de instituto de pesquisas de referência em meio ambiente e biodiversidade urbana.

[78] Compreendidos como maratonas de programação em que vários profissionais (programadores, *designers*, engenheiros, etc.) se reúnem para desenvolver novas soluções de *software* ou *hardware*.
[79] Plataforma que viabiliza integração de informações virtuais a visualizações do mundo real para experimentação de fenômenos ambientais, como aquecimento global, catástrofes ambientais, entre outros.

Governança

Este fator crítico abrange práticas de gestão no âmbito de Meio Ambiente e Biodiversidade, exercidas de forma compartilhada entre administração pública e sociedade, com orientação ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas, programas e atividades relacionados à área temática.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

MAB 27	Ampliação da rede de atores da governança municipal para gestão do meio ambiente e biodiversidade.
MAB 28	Implementação dos princípios de governança (transparência, responsabilidade, conformidade e equidade) na gestão das atividades de meio ambiente e biodiversidade de Curitiba.
MAB 29	Desenvolvimento de plano estratégico de ação e investimentos na proteção e recuperação do meio ambiente de Curitiba e região metropolitana.
MAB 30	Integração interinstitucional de iniciativas de educação ambiental.
MAB 31	Ampliação e implantação de áreas de conservação ambiental em regiões carentes.
MAB 32	Elaboração de proposta de instrumento urbanístico orientado à promoção do aumento da permeabilidade do solo e conservação de áreas verdes em terrenos privados.
MAB 33	Atualização do mapeamento de recursos naturais metropolitanos e implantação de sistema de gestão.
MAB 34	Elaboração de *benchmarking* de novas tecnologias e inovações para a gestão ambiental nas esferas pública e privada.
MAB 35	Desenvolvimento de plataforma digital para avaliação e monitoramento de riscos ambientais.
MAB 36	Qualificação e aprimoramento da gestão municipal de resíduos sólidos, com ênfase no aproveitamento energético e na economia circular[80].
MAB 37	Desenvolvimento de ações de estímulo à adoção de práticas de compostagem e minhocários nos domicílios.
MAB 38	Atualização e qualificação do mapeamento dos corpos hídricos.
MAB 39	Ampliação dos processos de recuperação de áreas de preservação permanentes na RMC.

[80] Modelo que permite a otimização dos produtos através redução, recuperação e reciclagem de materiais.

MAB 40	Instituição de banco de boas práticas sobre conservação do meio ambiente urbano.
MAB 41	Estabelecimento de programa de monitoramento de emissões de gases de efeito estufa e desenvolvimento de metas municipais para a descarbonização[81].
MAB 42	Qualificação e ampliação de práticas de manejo de espécies exóticas da fauna e da flora.
MAB 43	Instituição de assessoria técnica gratuita sobre construções sustentáveis de baixo investimento.
MAB 44	Elaboração de planejamento e implantação de corredores de biodiversidade.
MAB 45	Criação de programas de ecoturismo urbano com enfoque no uso de ciclovias e parques.
MAB 46	Ampliação do número de unidades de conservação públicas e privadas.
MAB 47	Expansão da fiscalização e do combate à captura e à caça de animais silvestres[82].
MAB 48	Incremento da arborização urbana com espécies nativas[83].
MAB 49	Desenvolvimento de estudo de viabilidade para modernização do sistema de licenciamento ambiental.
MAB 50	Atualização e monitoramento de indicadores, variáveis e metas sobre meio ambiente e biodiversidade na gestão municipal.

[81] Limitar ou eliminar a emissão de gases de efeito estufa.
[82] Toda a espécie que tem todo ou parte de seu ciclo de vida, de forma espontânea e sem intervenção humana, dentro dos limites do território brasileiro.
[83] Planta que é natural de determinado ecossistema ou região.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

MAB 51	Implantação do Índice de Biodiversidade Urbana[84] na RMC.
MAB 52	Avaliação e aprimoramento de modelo de gestão integrada dos recursos hídricos da RMC.
MAB 53	Avaliação e aprimoramento de modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos na RMC.
MAB 54	Instituição de modelo de monitoramento ambiental por bacias hidrográficas na RMC.
MAB 55	Ampliação de projetos de geração de renda a partir da utilização e valorização de recursos naturais locais.
MAB 56	Criação de fórum permanente de especialistas para discussão sobre problemas ambientais metropolitanos.
MAB 57	Desenvolvimento de estudo de avaliação sobre a tipologia da arborização e o microclima urbano nas diferentes regiões da cidade.
MAB 58	Integração de dados georreferenciados intersetoriais e metropolitanos sobre meio ambiente em plataforma de *business intelligence*[85].
MAB 59	Produção de estudos prospectivos e cenários sobre mudanças ambientais aplicados à RMC.
MAB 60	Planejamento e implantação de sistema de purificação da água dos rios e lagos de acordo com técnicas adequadas a cada ambiente.
MAB 61	Fortalecimento do ecossistema de inovação orientado à gestão ambiental.
MAB 62	Atualização dos sistemas de monitoramento de catástrofes climáticas na RMC.

[84] O Índice de Biodiversidade Urbana (CBI, na sigla em inglês), também conhecido como Índice de Cingapura da Biodiversidade na Cidade, é uma ferramenta de autoavaliação que incentiva as cidades a monitorar e avaliar o seu progresso em conservar e aprimorar a biodiversidade (CBD, 2012).

[85] Método que visa a ajudar na tomada de decisões inteligentes mediante o uso de dados e informações recolhidas por diversos sistemas de informação.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

MAB 63	Criação de central integrada de controle sobre mudanças ambientais na RMC.
MAB 64	Implantação de sistema de tratamento de drenagem urbana.
MAB 65	Disseminação do uso de energia solar nas estruturas públicas municipais.
MAB 66	Criação de centro de prevenção e gestão de resposta a catástrofes climáticas na RMC.

ANOTAÇÕES

Políticas

Este fator crítico abrange ações relacionadas ao conjunto de disposições, medidas e procedimentos na área de Meio Ambiente e Biodiversidade, que trazem a orientação política do município e regulam as atividades relacionadas às tarefas de interesse público.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

MAB 67	Implementação de política de conformidade com vistas a cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas, assim como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade, em particular a corrupção nas atividades relativas a meio ambiente e licenciamento ambiental.
MAB 68	Implementação de políticas para atendimento do ODS 2[86] da ONU: Fome zero e agricultura sustentável.
MAB 69	Implementação de políticas para atendimento do ODS 6[87] da ONU: Água potável e saneamento.
MAB 70	Implementação de políticas para atendimento do ODS 7[88] da ONU: Energia limpa e acessível.
MAB 71	Implementação de políticas para atendimento do ODS 11[89] da ONU: Cidades e comunidades sustentáveis.
MAB 72	Implementação de políticas para atendimento do ODS 12[90] da ONU: Consumo e produção responsáveis.
MAB 73	Implementação de políticas para atendimento do ODS 13[91] da ONU: Ação contra a mudança global do clima.
MAB 74	Implementação de políticas para atendimento do ODS 15[92] da ONU: Vida terrestre.
MAB 75	Desenvolvimento de política de atualização e monitoramento de indicadores, variáveis e metas sobre meio ambiente e biodiversidade[93].
MAB 76	Criação de novos mecanismos de incentivos fiscais para ações de proteção ao meio ambiente.
MAB 77	Criação do Fundo Metropolitano de Meio Ambiente

[86] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
[87] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.
[87] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.
[89] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
[90] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
[91] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.
[92] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
[93] Todos os seres vivos que fazem parte de um ecossistema.

MAB 78	Ampliação de políticas integradas para uso, ocupação do solo e proteção ambiental.
MAB 79	Elaboração de regulamentação para macroestratégia de conservação ambiental da RMC.
MAB 80	Expansão de diretrizes voltadas à recuperação de áreas degradadas.
MAB 81	Desenvolvimento de política de despoluição, recuperação e renaturalização[94] dos rios urbanos.
MAB 82	Revisão da Política de Áreas Verdes e do Plano de Arborização Municipal visando a redução do corte de áreas verdes.
MAB 83	Modernização de instrumentos para monitoramento e manejo da arborização urbana, com identificação de espécies, localização, porte, idade e poda de árvores.
MAB 84	Ampliação de políticas orientadas à resiliência urbana[95] e ao controle de riscos ambientais.
MAB 85	Desenvolvimento de ações de qualificação da paisagem urbana e combate à poluição visual.
MAB 86	Aperfeiçoamento de política pública relacionada ao monitoramento e à redução da poluição atmosférica.
MAB 87	Elaboração de plano de metas para expansão, monitoramento e incentivos visando à regularização das ligações na rede de esgoto.
MAB 88	Aprimoramento e expansão de Política de Incentivo à Agricultura Urbana e Periurbana.
MAB 89	Implementação de política de transformação energética de resíduos urbanos.
MAB 90	Regulamentação de incentivo à produção e ao consumo de energia renovável em micro escala (micro e minigeração).
MAB 91	Ampliação de divulgação sobre a conversão tecnológica[96], logística reversa e economia circular no setor produtivo.
MAB 92	Implementação de política de investimento em tecnologia e inovação orientadas ao meio ambiente e biodiversidade.

[94] Consiste no processo de descanalização, desassoreamento, despoluição e recuperação das matas ciliares, para que com isso se resgate o fluxo de biodiversidade, qualidade das águas e o equilíbrio hídrico urbano.

[95] A Campanha Construindo Cidades Resilientes, do Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR/ONU) propõe que os municípios assumam o compromisso de edificar a sua resiliência, por meio da definição de ações e prioridades na área de gestão do risco de desastres.

[96] É caracterizada pela substituição de tecnologias mais antigas e poluentes por tecnologias limpas.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

MAB 93	Regulamentação de instrumento para Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)[97].
MAB 94	Monitoramento contínuo de indicadores relacionados aos ODS 2, 6, 7, 11, 12, 13, 14 e 15 da ONU.
MAB 95	Aperfeiçoamento de instrumentos para Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) orientados às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).
MAB 96	Desenvolvimento de política intersetorial orientada ao consumo sustentável.
MAB 97	Ampliação de políticas de fiscalização sobre a permeabilidade do solo.
MAB 98	Criação de programa de mitigação das ilhas de calor formadas no ambiente urbano.
MAB 99	Ampliação do rigor na fiscalização e penalização legal por crimes ambientais.
MAB 100	Atualização de normas para proteção da biodiversidade urbana.
MAB 101	Implementação de política de incentivo a sistemas descentralizados de tratamento de efluentes.
MAB 102	Implantação do sistema de purificação de água do rio Belém.

[97] O pagamento ou a compensação por serviços ambientais consiste na transferência de recursos (monetários ou outros) a quem ajuda a manter ou a produzir os serviços ambientais.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

MAB 103 Avaliação das políticas metropolitanas de meio ambiente e biodiversidade à luz dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

MAB 104 Desenvolvimento de política metropolitana para o uso de tecnologias limpas.

MAB 105 Ampliação de políticas de incentivo à eficiência energética e à diversificação da matriz energética.

MAB 106 Ampliação de políticas orientadas às nascentes e ao uso eficiente da água.

MAB 107 Eliminação dos lixões sanitários na RMC.

MAB 108 Revisão e monitoramento dos sistema de purificação da água do rio Belém.

MAB 109 Revitalização das margens dos rios da capital curitibana.

ANOTAÇÕES

Recursos

Este fator crítico reúne bens ou serviços necessários para a realização das atividades da área de Meio Ambiente e Biodiversidade de forma efetiva, podendo ser captados do ambiente, aplicados, mantidos, desenvolvidos ou controlados. Os recursos podem ser físicos ou materiais, financeiros, humanos, mercadológicos ou administrativos.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

MAB 110	Desenvolvimento de plataforma tecnológica com indicadores para o monitoramento e planejamento ambiental.
MAB 111	Produção de bancos de dados sobre biodiversidade urbana e ações de conservação.
MAB 112	Ampliação e modernização dos equipamentos utilizados na fiscalização e no controle ambiental do município.
MAB 113	Criação de infraestrutura própria para Rede Paranaense de Coleções Biológicas[98].
MAB 114	Requalificação de infraestrutura das unidades de conservação municipais.
MAB 115	Modernização dos locais de recepção ao turista nos bosques e parques municipais.
MAB 116	Requalificação da infraestrutura de acessibilidade dos parques e praças públicos.
MAB 117	Ampliação do contingente de profissionais nos órgãos ambientais, de acordo com disponibilidade financeira e orçamentária.
MAB 118	Ampliação do número de fiscais e do fluxo de fiscalização ambiental, de acordo com disponibilidade financeira e orçamentária.
MAB 119	Capacitação continuada dos quadros técnicos dos órgãos ambientais.
MAB 120	Ampliação da infraestrutura de coleta e tratamento do esgoto.
MAB 121	Promoção de melhorias de infraestrutura e acesso à Universidade Livre do Meio Ambiente.
MAB 122	Implementação de infraestruturas, equipamentos e tecnologias para conversão energética de resíduos urbanos.
MAB 123	Elaboração de projeto e captação de recursos para implantação de sistema de purificação de água do rio Belém.

[98] "As coleções biológicas são conjuntos de organismos, ou partes destes, organizados de modo a fornecer informações sobre a procedência, coleta e identificação de cada um de seus espécimes. São divididas em quatro categorias: coleções microbiológicas, coleções zoológicas, coleção histopatológica e coleção de botânica" (FIOCRUZ, 2017).

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

MAB 124 Adequação da infraestrutura dos equipamentos públicos para o reuso da água.

MAB 125 Implantação de plataforma de *business intelligence*, metropolitana e intersetorial, com informações sobre meio ambiente.

MAB 126 Implantação de sistema de limpeza das águas dos rios e lagos conforme avaliação técnica.

MAB 127 Ampliação e modernização da infraestrutura de monitoramento da qualidade do ar.

MAB 128 Criação de sistema de monitoramento *on-line* dos corpos hídricos.

MAB 129 Modernização de infraestruturas de parques orientadas a processos pedagógicos de educação ambiental.

MAB 130 Implantação de projeto piloto de *smart water grid*[99].

MAB 131 Adequação da infraestrutura para o uso de técnicas de sensoriamento remoto[100] da biodiversidade na RMC.

MAB 132 Requalificação e *retrofit*[101] de infraestrutura urbana com soluções sustentáveis.

MAB 133 Implementação de consórcio metropolitano para conversão energética de resíduos sólidos.

MAB 134 Modernização do sistema de licenciamento ambiental.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

MAB 135 Desenvolvimento de projeto de renaturalização dos Rios Belém e Barigui.

MAB 136 Universalização das ligações de esgoto e de águas pluviais domiciliares.

MAB 137 Implantação de sistema de *smart water grid* na rede pública.

MAB 138 Implantação de centro interinstitucional de PD&I com foco em tecnologias para a sustentabilidade urbana e regional.

MAB 139 Modernização de instituições de pesquisa para realização de estudos técnicos e científicos focados em meio ambiente e biodiversidade.

[99] Considerado como a introdução de mecanismos regulatórios inteligentes nas redes de distribuição e gestão da água, como é o caso do uso de sensores em tubos da rede para monitorar o fluxo e gerenciar todo o ciclo.
[100] Obtenção de informação do ambiente usando sensores de observação, os quais capturam não somente a luz visível, mas também, a radiação em outros comprimentos de onda, como o infravermelho e as microondas (INPE, 2010).
[101] Associado às inovações tecnológicas que ofertam recursos para valorização, renovação e melhoria do funcionamento (CORREIA, 2015).

COEXISTÊNCIA EM UMA CIDADE GLOBAL

A Coexistência em uma Cidade Global propõe a discussão sobre as interações sociais em uma cidade que cresce em quantidade e diversidade de pessoas. O tema tem sua relevância ampliada em função da simultaneidade de fenômenos culturais, relacionais e identitários que caracterizam o tecido social contemporâneo da cidade.

Para o Curitiba 2035, a área temática requer pensamento integrado sobre relações sociais e espaço urbano, com olhar especial para eixos como multiculturalismo, diversidade, equidade, inclusão, vulnerabilidade, ética, entre outros.

Nos processos reflexivos prospectivos sobre o assunto, o respeito e a convivência entre os diferentes grupos sociais se tornam elementos centrais para a construção da coexistência em uma cidade capaz de oferecer condições de vida satisfatórias e convivência harmoniosa. Além disso, os processos globalizantes de diferentes culturas promovem um dinamismo intenso à cidade, transformando as relações sociais e a estética da metrópole.

O entendimento de que os fluxos de pessoas e dados se tornam cada vez mais crescentes e frequentes, em função de diversas questões, como movimentos políticos, econômicos, culturais e educacionais, demanda esforços para que a cidade consiga absorver e se reconstituir a partir dessas transformações.

Por fim, os fundamentos de uma cidade justa para todos estão atrelados à promoção da equidade, com ações de acesso, inclusão e dignidade social.

Com base no exposto, a área temática Coexistência em uma Cidade Global foi compreendida como fundamental para o processo de construção cidadã do futuro para Curitiba, pois coloca em evidência um desafio a ser alcançado: a plenitude das relações humanas considerando a diversidade de sujeitos e processos identitários na cidade.

Nesse sentido, um projeto bem sucedido de longo prazo para a metrópole depende de ações estratégicas que colaborem com o estabelecimento de relações sociais baseadas no respeito, na ética e na alteridade[102].

[102] Capacidade de um indivíduo se colocar no lugar do outro em uma relação baseada no diálogo e na valorização das diferenças existentes.

SITUAÇÃO ATUAL

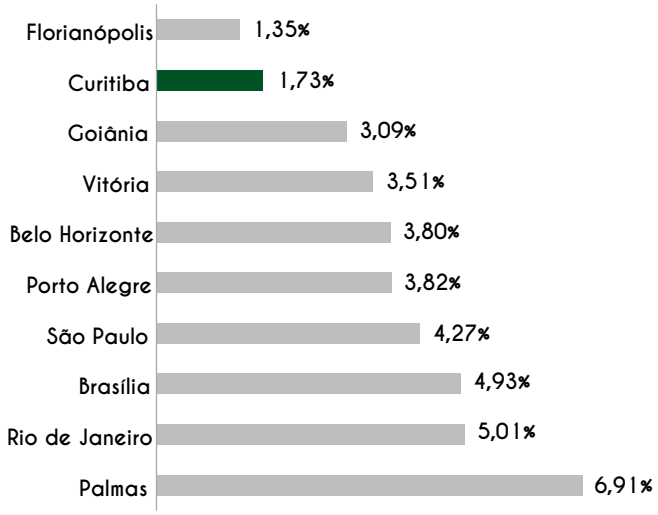
Curitiba registra a segunda menor taxa de pobreza entre as capitais brasileiras. No território municipal, os moradores mais pobres situam-se nas regionais CIC, Tatuquara e Bairro Novo, e os mais ricos, na Matriz, Santa Felicidade e Portão. A região central concentra também mais da metade das pessoas em situação de rua contabilizadas na cidade. Além disso, mesmo registrando a segunda maior proporção de brancos na população, os habitantes mais pobres do município de Curitiba são predominantemente não brancos.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, a população economicamente ativa de Curitiba divide-se em proporções equivalentes entre os gêneros masculino e feminino. As mulheres, todavia, recebem 19,3% a menos que os homens, embora essa disparidade venha reduzindo na última década.

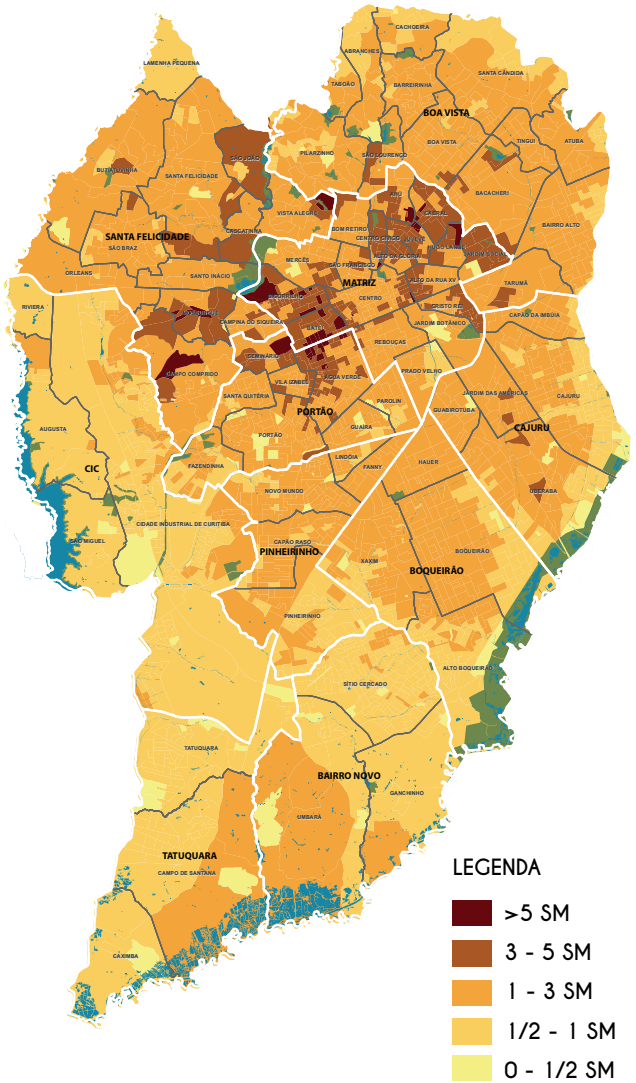
A baixa participação de mulheres e de outros segmentos sociais menos favorecidos também se revela na estrutura organizacional das empresas. Conforme ilustrado nos gráficos, a participação de mulheres, pretos e PcDs tende a ser mais alta entre aprendizes, estagiários e *trainees*, e menor em cargos executivos e de gerência.

Taxa de pobreza[a] - 2010

(somente capitais - ordem crescente)



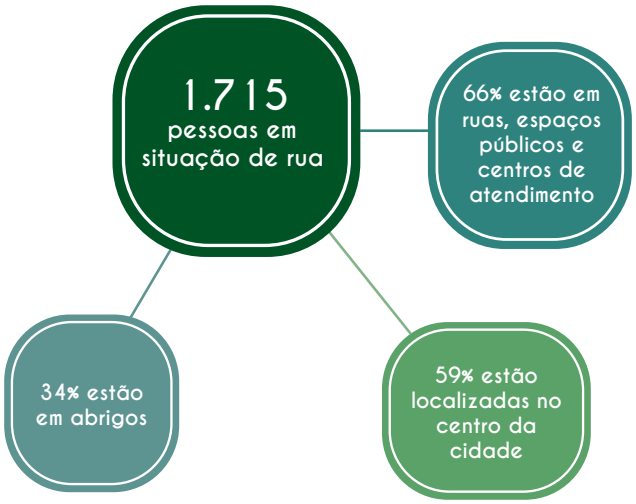
Distribuição de renda em salários mínimos[b] - 2010



Fontes: (a) PNUD, 2013; (b) IPPUC, 2016; (c) GAZETA DO POVO, 2016; (d) BRASIL, 2016b; (e) IBGE 2015a; (f) INSTITUTO ETHOS, 2016.

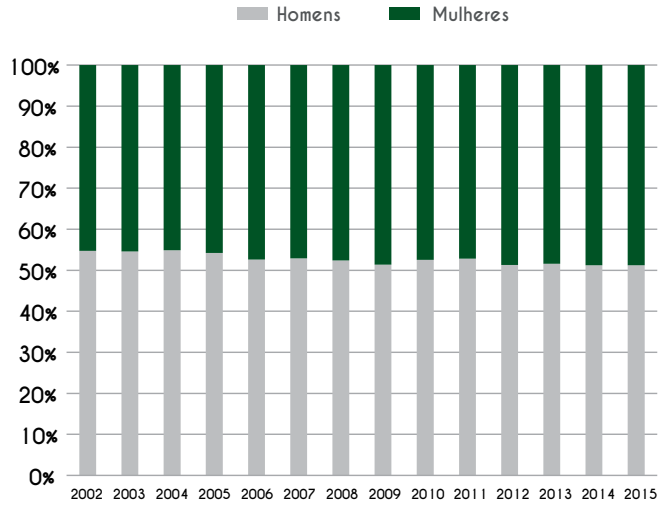
Pessoas em situação de rua[c] - 2016

(somente Curitiba)



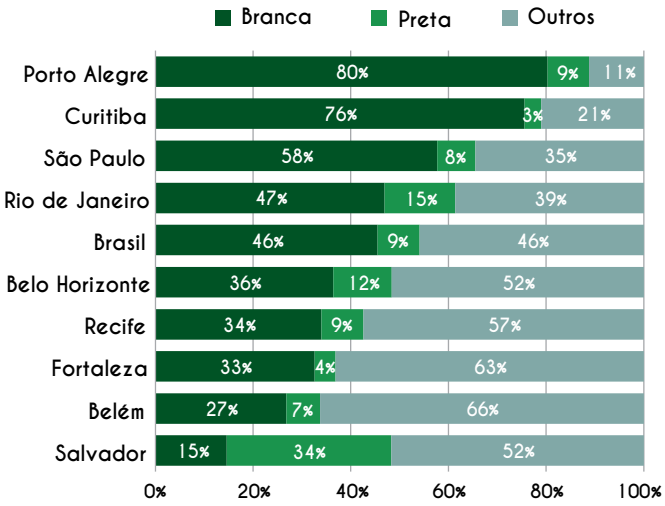
Participação das mulheres no mercado de trabalho[d]

(somente Curitiba)



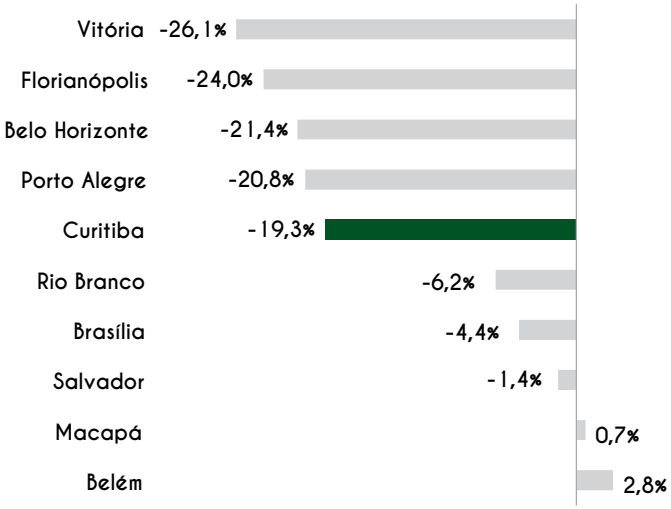
Composição da população[e] - 2015

(somente capitais - ordem decrescente da população branca)



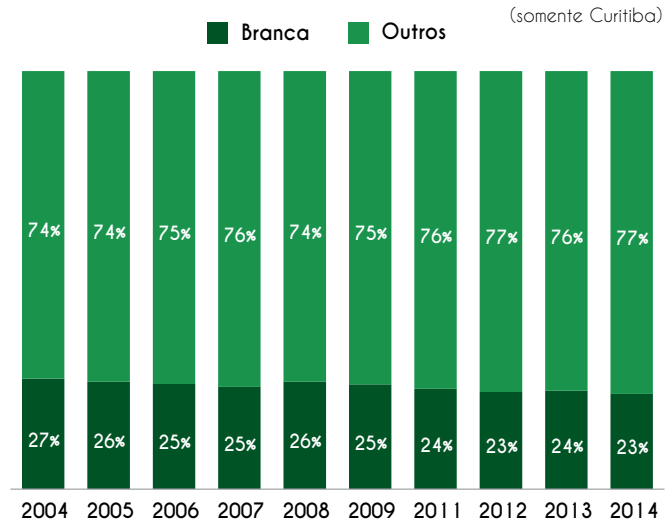
Diferença salarial entre homens e mulheres[d] - 2015

(somente capitais - ordem decrescente)



Participação entre os 10% mais pobres[e]

(somente Curitiba)



Participação nos níveis hieráquicos[f] - 2016

Nível hierárquico	PcD	Pretos	Mulheres
Aprendizes	0,83%	57,50%	55,90%
Estagiários	0,06%	28,28%	58,90%
Trainees	0,60%	58,20%	42,60%
Quadro funcional	2,30%	35,70%	35,50%
Supervisão	0,89%	25,90%	38,80%
Gerência	0,41%	6,30%	31,30%
Quadro executivo	0,64%	4,70%	13,60%
Conselho de administração	0,00%	4,90%	11,00%

VISÃO TEMÁTICA

A definição da visão para a área temática demonstrou o desejo dos cidadãos em buscar uma metrópole cosmopolita que possibilite relações sociais fortalecidas por uma cultura que não apenas tolera, mas que respeita os direitos de todos, incluindo, integrando e cuidando. A solidariedade, a igualdade e a sustentabilidade apresentam-se como valores fundamentais, que favorecem o alcance da visão de futuro em que todos poderão se sentir identificados. Dessa forma, a visão temática para Coexistência em uma Cidade Global é:

Curitiba cosmopolita que inclui, integra, cuida, respeita e promove solidariedade, igualdade e sustentabilidade.

BARREIRAS

Considerando a situação atual, as principais barreiras à concretização dessa visão de futuro são:

- Desrespeito às diferenças sociais e culturais.
- Desinteresse pela cultura local.
- Expressivo contingente de população em situação de rua.
- Alto índice de violência.
- Insuficiência de infraestrutura adaptada a pessoas com deficiência e idosos.
- Incipiência no debate e na implementação de ações voltadas a minorias.
- Restrita participação social nas decisões governamentais.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A reflexão coletiva sobre as barreiras para o alcance da visão temática culminou na identificação de quatro fatores críticos de sucesso que englobam as condições impeditivas atuais. São eles:

- Educação e Cultura
- Gestão
- Infraestrutura
- Políticas Públicas e Legislação

Esses fatores críticos constituem-se em norteadores para a proposição das ações essenciais ao alcance da visão temática para Coexistência em uma Cidade Global.

AÇÕES

A proposição de ações foi estruturada a partir dos fatores críticos de sucesso. O diagnóstico sobre a situação atual e a identificação das barreiras alimentaram as reflexões e permitiram o reconhecimento de 95 ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos, com vistas à concretização da visão de futuro para Coexistência em uma Cidade Global.

Educação e Cultura

Este fator crítico abrange ações educativas e culturais que buscam dotar a população de conhecimentos, atitudes e valores que a auxiliem a viver de forma satisfatória e harmoniosa com os demais sujeitos, estimulando a busca pela solidariedade, igualdade e sustentabilidade em Curitiba e região metropolitana.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

CCG 01	Desenvolvimento de campanhas educacionais sobre desafios sociais da atualidade.
CCG 02	Criação de núcleos socioeducativos e de convivência para os diversos ciclos de vida, considerando suas características e necessidades.
CCG 03	Promoção de apoio técnico-pedagógico no ensino público para tratamento de temas sociais, como diversidade, inclusão e cultura da paz.
CCG 04	Elaboração de conteúdos e metodologias de suporte às equipes pedagógicas da Educação Básica para realização de atividades comunitárias.
CCG 05	Desenvolvimento de projetos de formação em arte e cultura para crianças e adolescentes, como oficinas e festivais.
CCG 06	Expansão de programas de protagonismo juvenil em ações educacionais orientadas a desafios sociais.
CCG 07	Desenvolvimento de programa educacional com foco na interação de jovens e idosos.
CCG 08	Ampliação de programas de formação de lideranças comunitárias.
CCG 09	Criação de comunidades de aprendizagem virtuais com foco no desenvolvimento sustentável da cidade.
CCG 10	Criação de ferramentas digitais colaborativas de mapeamento da cultura local.
CCG 11	Ampliação da oferta de congressos, seminários e fóruns sobre desafios sociais e culturais de âmbito local e global.
CCG 12	Expansão de grupos de pesquisa com orientação às demandas sociais da cidade.
CCG 13	Aumento da programação de atividades culturais em espaços públicos.
CCG 14	Criação de programa municipal de incentivo ao desenvolvimento de monografias e trabalhos de conclusão de cursos superiores orientados aos desafios sociais da cidade.
CCG 15	Instituição de programas de formação em gestão e captação de recursos em cultura.
CCG 16	Ampliação da produção e distribuição de bens e conteúdos culturais a partir da atuação socialmente responsável da iniciativa privada.

CCG 17 Desenvolvimento de projetos de valorização da diversidade de manifestações culturais de grupos minoritários.

CCG 18 Diversificação de práticas educativas e culturais com interface adaptada a pessoas com deficiência.

CCG 19 Ampliação de ofertas formativas de língua estrangeira com monitores da comunidade, oportunizando, entre outros benefícios, à integração de refugiados e aposentados poliglotas.

CCG 20 Incorporação de conteúdos educacionais sobre respeito e tolerância às diferenças na Educação Básica.

CCG 21 Ampliação de ações públicas de *marketing* sobre respeito e tolerância às diferenças.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

CCG 22 Realização de pesquisa para identificar hábitos de consumo cultural na sociedade curitibana.

CCG 23 Produção de material de aprendizagem móvel e multimídia sobre desafios sociais da atualidade.

CCG 24 Criação de *game* educativo sobre temas sociais relevantes em Curitiba.

CCG 25 Ampliação de campanhas educacionais metropolitanas orientadas ao respeito às diferenças sociais e culturais.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

CCG 26 Diversificação de serviços e produtos culturais municipais baseados na produção colaborativa.

CCG 27 Ampliação de investimento em ações culturais orientadas ao respeito às diferenças sociais e culturais.

Gestão

Este fator crítico abrange processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas, programas e demais atividades que integram a gestão da cidade e da região metropolitana, buscando uso eficiente dos recursos disponíveis (financeiros, humanos, tecnológicos, físicos, etc.) e otimização dos resultados, tendo em vista o alcance da visão de futuro desenhada para o tema Coexistência em uma Cidade Global.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

CCG 28	Criação de estratégias e canais de participação e integração da sociedade no debate e na implementação de ações voltadas a minorias.
CCG 29	Implementação dos princípios de governança (transparência, responsabilidade, conformidade e equidade) na gestão das atividades relacionadas à coexistência em Curitiba.
CCG 30	Criação de banco de informações colaborativo sobre atividades e empreendimentos sociais[103] da cidade.
CCG 31	Ampliação da agenda e da divulgação de eventos de cultura, esporte e lazer de acesso gratuito nos espaços públicos.
CCG 32	Ampliação e aprimoramento de parcerias interinstitucionais para manutenção de iniciativas culturais no município.
CCG 33	Mapeamento de empresas com investimento social privado no município.
CCG 34	Ampliação de programas empresariais focados em promoção da equidade de gênero, raça e etnia e respeito à diversidade.
CCG 35	Divulgação de serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Governo Municipal e de seus critérios concessórios.
CCG 36	Elaboração de estudo metropolitano sobre violência urbana, contemplando análise de condicionantes sociais.
CCG 37	Qualificação e aprimoramento do sistema de acolhimento e reinserção social da população em situação de rua.
CCG 38	Criação de plano de acolhimento de migrantes e refugiados.
CCG 39	Ampliação dos processos de educação continuada para recursos humanos no campo da assistência social municipal.
CCG 40	Criação de banco de informações sobre programas municipais de voluntariado orientado a ações comunitárias.

[103] Iniciativas empreendedoras feitas com o intuito de avançar causas sociais.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

CCG 41	Criação de sistema de cooperação público-privado de projetos compartilhados orientados ao enfrentamento da pobreza.
CCG 42	Avaliação da implementação dos princípios de governança na gestão das atividades referentes à coexistência em Curitiba.
CCG 43	Proposição e implantação de modelo metropolitano de governança integrada em atividades relacionadas à coexistência.
CCG 44	Integração e coordenação de iniciativas públicas e privadas orientadas à diminuição da violência urbana na RMC.
CCG 45	Criação de plataforma metropolitana de indicadores socioculturais.
CCG 46	Padronização dos serviços da rede municipal socioassistencial.
CCG 47	Criação de indicadores de avaliação e resultado da rede municipal socioassistencial.
CCG 48	Desenvolvimento de estudo sobre mudanças sociodemográficas metropolitanas como embasamento para políticas públicas.
CCG 49	Integração do sistema metropolitano de acolhimento e reinserção social da população em situação de rua.
CCG 50	Ampliação de programas de inclusão e apoio direcionados a migrantes e refugiados.
CCG 51	Implementação de programas metropolitanos de geração de trabalho e renda para eliminação da pobreza e violência urbana.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

CCG 52	Ampliação do número de fundações e institutos privados orientados à promoção social e cultural.
CCG 53	Concessão da gestão de bens e serviços culturais para representantes da sociedade civil.
CCG 54	Ampliação da inclusão social nos processos de contratação empresarial.
CCG 55	Balanço e atualização do modelo metropolitano de governança integrada em atividades relacionadas à coexistência.
CCG 56	Avaliação integrada e proposição de melhorias para processos metropolitanos de reinserção social da população em situação de rua.

Infraestrutura

Este fator crítico aborda ações relacionadas à base material que dá suporte à estrutura social e ao desenvolvimento da cidade, englobando o conjunto de atividades, serviços, equipamentos e instalações necessário à concretização da visão construída para o tema Coexistência em uma Cidade Global.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

CCG 57	Adequação e implementação de infraestruturas adaptadas a pessoas com deficiência e idosos.
CCG 58	Requalificação gradativa de espaços públicos com estruturas que propiciem a prática de arte, cultura e lazer.
CCG 59	Disponibilização de espaços públicos inativos na cidade para ocupação de coletivos criativos e de inovação.
CCG 60	Ampliação da oferta de espaços destinados a feiras e outros eventos artísticos e culturais.
CCG 61	Desenvolvimento de programa orientado a intervenções artísticas na requalificação de espaços públicos degradados.
CCG 62	Aprimoramento das conexões metropolitanas de transporte público coletivo.
CCG 63	Elaboração de estudo sobre déficit de acessibilidade em espaços públicos e de grande circulação.
CCG 64	Adequação do projeto de iluminação pública para garantir a segurança.
CCG 65	Expansão e qualificação da rede pública de *internet* de acesso gratuito.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

CCG 66	Ampliação de áreas de convivência urbana[104] em um maior contingente de bairros.
CCG 67	Ampliação de projetos de recuperação do patrimônio histórico e paisagístico de Curitiba.
CCG 68	Requalificação de edificações abandonadas para uso por coletivos artísticos e criativos.
CCG 69	Otimização de espaços públicos para cultura, esporte e lazer nas regiões periféricas.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

CCG 70	Reestruturação dos serviços de abrigamento da população em situação de rua.
CCG 71	Autorização ou permissão de uso de infraestrutura pública para coletivos culturais e criativos.
CCG 72	Criação de bairros e ruas criativos[105].

ANOTAÇÕES

[104] "Intervenção no espaço urbano cuja ocupação se destina a diversas atividades, em geral ligadas ao lazer" (TRINDADE, 2016).
[105] Territórios com aglomerados significativos de empreendimentos orientados aos segmentos da economia criativa.

Políticas Públicas e Legislação

Este fator crítico reúne o conjunto de disposições, medidas e procedimentos que trazem a orientação política do município e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público, atuando e influindo sobre a realidade social. Além disso, engloba o conjunto de leis que regulariza e estabelece condutas e ações aceitáveis ou recusáveis, no intuito de assegurar estabilidade governamental e segurança jurídica às relações sociais entre cidadãos, instituições e empresas.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

CCG 73	Implementação de programas para atendimento do ODS 1[106] da ONU: Erradicação da pobreza.
CCG 74	Implementação de programas para atendimento do ODS 5[107] da ONU: Igualdade de gênero.
CCG 75	Implementação de programas para atendimento do ODS 10[108] da ONU: Redução das desigualdades.
CCG 76	Aperfeiçoamento de políticas públicas orientadas à juventude.
CCG 77	Criação de políticas públicas intersetoriais de reinserção da população em situação de vulnerabilidade social.
CCG 78	Ampliação e qualificação de programas orientados ao apoio a vítimas de violência.
CCG 79	Ampliação e aperfeiçoamento da política de inclusão e alfabetização digital.
CCG 80	Aprimoramento de políticas públicas voltadas à equidade de gênero, raça e etnia.
CCG 81	Revisão das leis municipais de incentivo à cultura.
CCG 82	Aprimoramento de mecanismos de participação social na elaboração da política municipal de cultura.
CCG 83	Aprimoramento de mecanismos municipais de incentivo a manifestações culturais e intervenções artísticas.
CCG 84	Criação de normas facilitadoras para realização de atividades e eventos culturais de baixo impacto em espaços públicos.
CCG 85	Estabelecimento de política de incentivo à apropriação do espaço público pela população.

[106] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

[107] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

[108] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 10: Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

CCG 86	Desenvolvimento de política de valorização e promoção da arte urbana orientada à requalificação de espaços públicos degradados.
CCG 87	Monitoramento contínuo de indicadores relacionados aos ODS 1, 5 e 10 da ONU.
CCG 88	Fortalecimento e ampliação da participação social na elaboração e implementação de políticas metropolitanas de coexistência.
CCG 89	Adequação dos procedimentos de consultas públicas em processos de construção de políticas sociais, de acordo com o perfil da população.
CCG 90	Promoção dos conceitos de escala humana[109] e convívio no espaço urbano em políticas públicas municipais.
CCG 91	Ampliação das políticas de habitação social.
CCG 92	Aperfeiçoamento das políticas de inclusão do idoso.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

CCG 93	Avaliação das políticas metropolitanas de coexistência à luz dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.
CCG 94	Realização de *benchmarking* internacional e elaboração de novas políticas metropolitanas de coexistência.
CCG 95	Criação de novas instâncias e instituições políticas, que contemplem a sociedade civil para tratamento de questões no nível comunitário.

[109] Cidade construída de forma orientada à melhoria de vida das pessoas.

PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

Os temas Planejamento e Gestão Urbana possuem vasta interpretação na literatura, abrangendo um conjunto diverso de acepções. No âmbito do Curitiba 2035, estes têm como escopo a discussão sobre a atuação social[110] na produção da cidade, seja ela proposta pela ação institucional ou por intervenções feitas pela população. No que tange ao Planejamento, a reflexão remete ao futuro, buscando elaborar planos ou programas com o objetivo de coordenar ações preventivas ou necessárias ao contexto urbano. No caso da Gestão, diz respeito ao presente, almejando a sistematização de práticas de administração e intervenções relativas aos diferentes interesses dos agentes sociais presentes na cidade.

Os processos de Planejamento e Gestão Urbana são as bases para construção de um futuro próspero e geração de um ambiente mais preparado para as transformações em curso. O devir da cidade nada mais é do que o resultado das ações do presente e dos esforços de planejamento para o longo prazo.

Em virtude do ambiente urbano ser palco de um conjunto de fenômenos complexos, multifacetados e inter-relacionados e em razão de transformações sociais, econômicas e técnico-científicas constantes, a área temática de Planejamento e Gestão Urbana vem ganhando novos contornos e consolidando-se como um campo estratégico, integrador e indispensável para a cidade.

[110] Conjunto de elementos fundados na atividade humana produtora e transformadora.

Ademais, planejar e gerir com visão de longo prazo é um processo explicitador para a determinação do comportamento do sistema urbano, direcionando medidas orientadoras, diagnósticos, avaliações de desempenho, indicadores, ferramentas inovadoras de gestão, entre outras.

Uma outra questão fundamental que vem determinando a importância do Planejamento e Gestão Urbana diz respeito à crescente participação dos cidadãos em processos de governança inerentes ao tema. Canais de diálogo, consulta, negociação, entre outras dinâmicas de participação, passam a servir de guia para resolução de problemas e desenho de políticas. Dessa forma, a opinião da sociedade passa a integrar a agenda pública, com os interesses coletivos da cidade tornando-se prioridade.

Com base no exposto, a área temática de Planejamento e Gestão Urbana foi compreendida como questão vital para o futuro da cidade, pois se configura como eixo central para a efetividade da administração pública, bem como para a determinação e o alcance dos objetivos do território.

A sociedade curitibana deseja uma cidade orientada por uma gestão assertiva e participativa, assim como pela construção de um referencial de futuro estruturado por um planejamento consistente. Assim, ações estratégicas para Planejamento e Gestão Urbana são condições de base para a transformação e o desenvolvimento da cidade.

SITUAÇÃO ATUAL

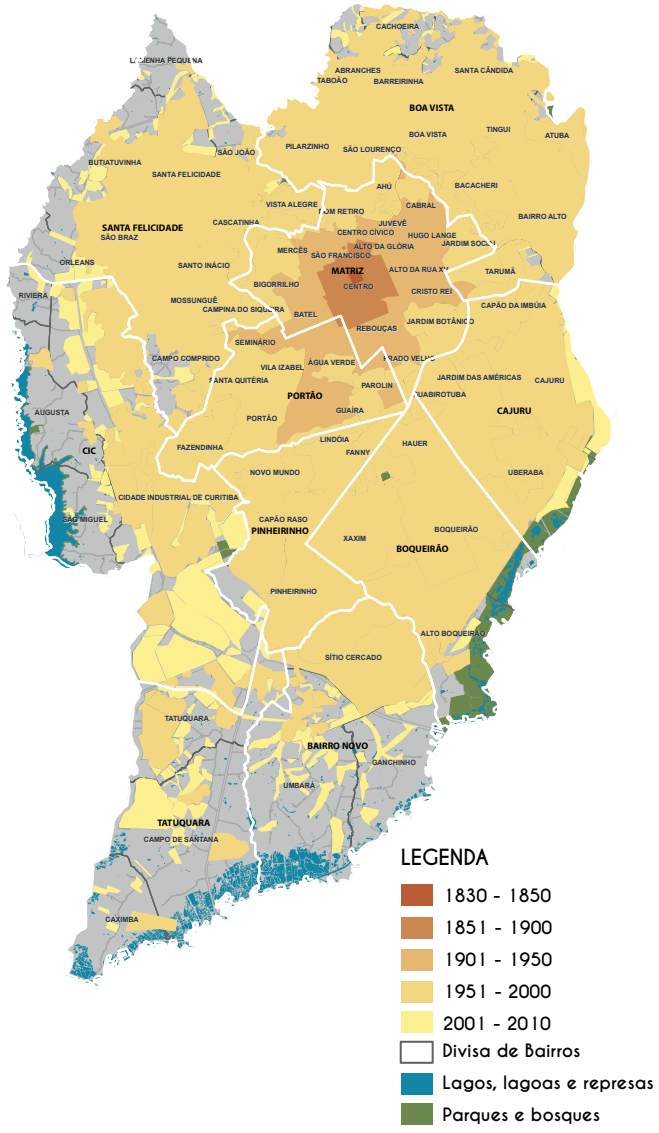
Com o processo de urbanização iniciado em 1830, Curitiba atualmente conta com 1,9 milhão de habitantes, sendo a oitava maior capital brasileira e a sétima mais densamente povoada.

A exemplo do que se observa em outros arranjos populacionais, Curitiba compartilha movimentos pendulares com municípios vizinhos – mais intensamente com Colombo, Araucária e São José dos Pinhais.

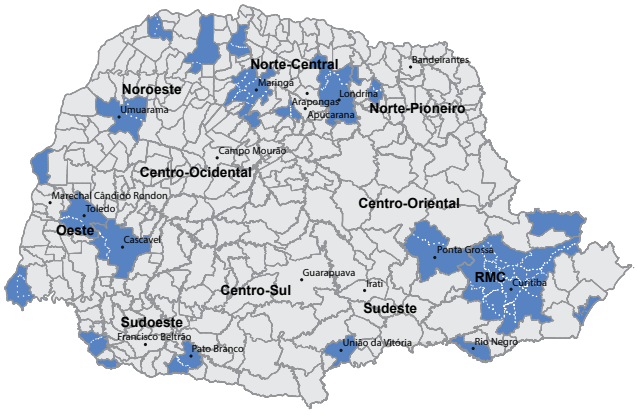
Curitiba ocupa a 3ª posição geral no *Ranking Connected Smart Cities*, que avalia o potencial de desenvolvimento de mais de 700 cidades brasileiras, principalmente por seu desempenho em condições habitacionais e em atendimento de serviços coletivos.

O município também alcança a 3ª colocação geral no Índice de Bem-estar Urbano. Essa classificação, em parte, é resultado do bom posicionamento nos quesitos ligados à governança, ao urbanismo, ao meio ambiente e à mobilidade.

Evolução da população urbana[c] - 2016



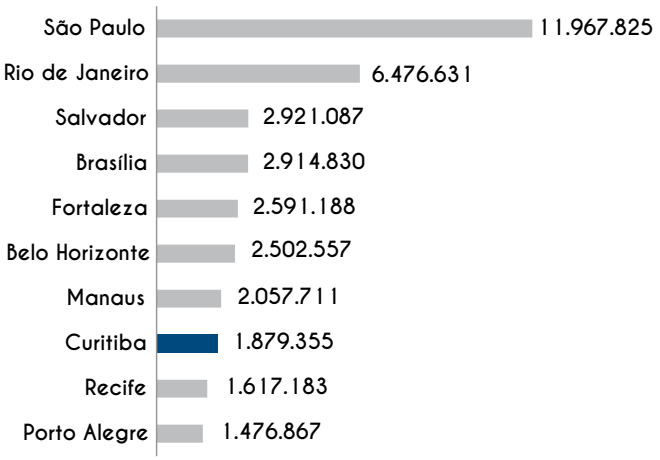
Arranjos populacionais[a] - 2015



Fontes: (a) IBGE, 2015a; (b) IBGE, 2015b; (c) URBAN SYSTEMS, 2016; (d) OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014.

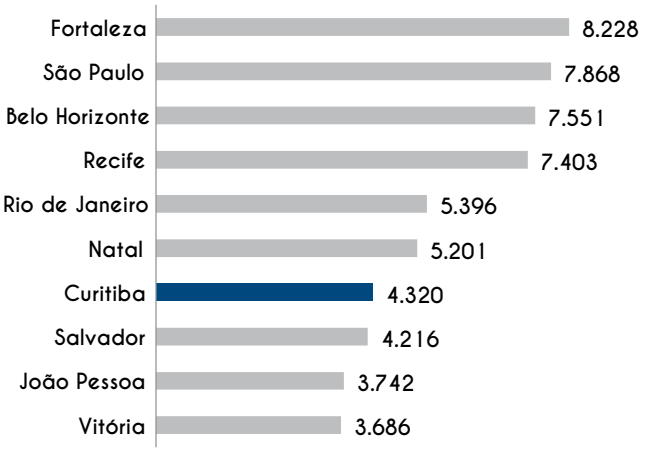
População[b] - 2015

(somente capitais - ordem decrescente)



Densidade demográfica[b] - 2015

(somente capitais - ordem decrescente)



Posicionamento de Curitiba no *Ranking Connected Smart Cities*[c] - 2016

Posicionamento de Curitiba no Índice de Bem-estar Urbano[d] - 2014

VISÃO TEMÁTICA

Ao definir a visão de futuro para Planejamento e Gestão Urbana em Curitiba, os cidadãos destacaram a importância em planejar e gerir a cidade de forma democrática, com busca constante pela equidade, humanização, inovação, inteligência, sustentabilidade e cidadania. Paralelamente a essa preocupação, foi sinalizada a necessidade de pensar a questão metropolitana, considerando a interdependência entre os municípios e a necessidade urgente de planejar além dos limites das divisões administrativas municipais. Nesse sentido, a visão de futuro para a temática Planejamento e Gestão Urbana é:

Metrópole com planejamento integrado e gestão democrática, socialmente igualitária, mais humana, inovadora, inteligente, econômica e ambientalmente sustentável para o pleno exercício da cidadania.

BARREIRAS

Considerando a situação atual, as principais barreiras à concretização dessa visão de futuro são:

- Burocracia em processos administrativos.
- Pequena participação social no acompanhamento da gestão municipal.
- Escassez de dados e informações sobre a gestão pública.
- Comunicação ineficiente com os diferentes estratos da população.
- Utilização limitada de tecnologias da informação e comunicação.
- Deficiência nos modelos e ferramentas de gestão.
- Ausência de uma cultura de planejamento de longo prazo.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A reflexão coletiva sobre as barreiras para o alcance da visão temática culminou na identificação de quatro fatores críticos de sucesso que englobam as condições impeditivas atuais. São eles:

- Diretrizes de Estado
- Gestão e Governança
- Educação e Cultura
- Inovação

Esses fatores críticos constituem-se em norteadores para a proposição das ações essenciais ao alcance da visão temática de Planejamento e Gestão Urbana.

AÇÕES

A proposição de ações foi estruturada a partir dos fatores críticos de sucesso. O diagnóstico sobre a situação atual da municipalidade e a identificação das barreiras alimentaram as reflexões e permitiram a definição de 106 ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos, com vistas à concretização da visão temática para Planejamento e Gestão Urbana.

Diretrizes de Estado

Este fator crítico abrange disposições, medidas e procedimentos que trazem a orientação política do município e regulam as atividades de interesse da cidade relacionadas à área temática de Planejamento e Gestão Urbana.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

PGU 01	Criação de regulamentação sobre parcerias interinstitucionais no planejamento e na gestão urbana.
PGU 02	Revisão de política fundiária e de uso e ocupação do solo.
PGU 03	Elaboração de estudos na área de aluguel social.
PGU 04	Estabelecimento de diretrizes que orientem o crescimento urbano nas áreas subutilizadas dotadas de infraestrutura.
PGU 05	Promoção de políticas que favoreçam o uso misto do espaço urbano.
PGU 06	Incremento e qualificação de políticas públicas de preservação da memória paisagística, urbanística e arquitetônica da cidade.
PGU 07	Criação de programa de incentivo a soluções inovadoras para o ambiente urbano.
PGU 08	Elaboração de programa para acompanhamento e análise dos impactos da urbanização sobre o clima.
PGU 09	Regulamentação dos incentivos para práticas de conservação e preservação do meio ambiente em imóveis[111].
PGU 10	Criação de mecanismos legais para aplicação de fachada ativa, alargamento de calçadas e espaços de fruição pública[112].
PGU 11	Desenvolvimento de ações de requalificação da infraestrutura urbana.
PGU 12	Elaboração de marco regulatório[113] sobre o uso de drones no ambiente urbano do município.
PGU 13	Promoção de ações de incentivo à economia criativa.
PGU 14	Implementação de programas para atendimento do ODS 1[114] da ONU: Erradicação da pobreza.

[111] Lei nº 14.771, Artigo 65: define as práticas de conservação.

[112] Ocupação da fachada localizada no alinhamento de passeios públicos por uso não residencial com acesso aberto à população e abertura para o logradouro.

[113] Conjunto de normas, leis e diretrizes que regulam o funcionamento dos setores nos quais agentes privados prestam serviços de utilidade pública (IPEA).

[114] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

PGU 15	Implementação de programas para atendimento do ODS 6[115] da ONU: Água potável e saneamento.
PGU 16	Implementação de programas para atendimento do ODS 7[116] da ONU: Energia limpa e acessível.
PGU 17	Instituição de programas para atendimento do ODS 11[117] da ONU: Cidades e comunidades sustentáveis.
PGU 18	Implementação de programas para atendimento do ODS 12[118] da ONU: Consumo e produção responsáveis.
PGU 19	Implementação de programas para atendimento do ODS 13[119] da ONU: Ação contra a mudança global do clima.
PGU 20	Implantação de programas para atendimento do ODS 15[120] da ONU: Vida terrestre.
PGU 21	Implementação de política de conformidade com vistas a cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas, assim como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade, em particular a corrupção nas atividades de planejamento e gestão urbana.
PGU 22	Instituição de política de transparência, prestação de contas e equidade para avaliação e acompanhamento dos recursos destinados ao planejamento e à gestão urbana.

[115] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos.

[116] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

[117] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

[118] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentável.

[119] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.

[120] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 15: Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

PGU 23	Adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, a partir de metodologia participativa.
PGU 24	Elaboração de projeto de renovação e modernização do mobiliário do município.
PGU 25	Implementação gradual de cabeamento subterrâneo no centro de Curitiba.
PGU 26	Criação de marco regulatório para o estabelecimento de soluções em *smart city*[121] e *smart water grid*[122].
PGU 27	Desenvolvimento de programa de preparação da cidade para os veículos elétricos.
PGU 28	Desenvolvimento de mecanismos legais para a resiliência[123] em Curitiba e região metropolitana.
PGU 29	Elaboração de programa de valorização das especificidades socioculturais e territoriais do município através do *design* urbano[124].
PGU 30	Incremento de iniciativas e soluções em *smart city* e *smart water grid*.
PGU 31	Expansão da zona de cabeamento subterrâneo em Curitiba.
PGU 32	Ampliação de infraestrutura de carga para veículos elétricos em toda a RMC.
PGU 33	Monitoramento contínuo de indicadores relacionados aos ODS 1, 6, 7, 11, 12, 13 e 15 da ONU.

[121] Compreende a conexão de pessoas, informações e infraestruturas da cidade usando novas tecnologias, para criar um ambiente sustentável, competitivo e inovador aliado à melhoria da qualidade de vida (BAKICI; ALMIRALL; WAREHAM, 2013).

[122] Introdução de mecanismos regulatórios inteligentes nas redes de distribuição e gestão da água, como é o caso do uso de sensores em tubos da rede para monitorar o fluxo e gerenciar todo o ciclo.

[123] Considerar orientações da Fundação Rockefeller.

[124] Atividade estratégica, técnica e criativa que trata da configuração urbana e preocupa-se com a forma e função da cidade.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

PGU 34	Revisão do Plano Diretor de Curitiba de forma participativa, considerando o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da RMC.
PGU 35	Ampliação de políticas de redução do déficit habitacional em Curitiba.
PGU 36	Estabelecimento de política pública que promova a equidade da infraestrutura nas diferentes regionais.
PGU 37	Implementação gradual de cabeamento subterrâneo no centro de Curitiba.
PGU 38	Avaliação das políticas metropolitanas de planejamento e gestão urbana à luz dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

ANOTAÇÕES

Gestão e Governança

Este fator crítico abrange os processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas, programas e demais atividades que integram a gestão e a governança da cidade, para fazer uso eficiente dos recursos disponíveis e otimizar resultados, tendo em vista o alcance da visão de futuro desenhada para a temática de Planejamento e Gestão Urbana.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

PGU 39	Implementação dos princípios de governança (transparência, responsabilidade, conformidade e equidade) nas atividades de planejamento e gestão urbana de Curitiba.
PGU 40	Aprimoramento, diversificação e divulgação de ambientes digitais para construção participativa de ações de planejamento e gestão urbana.
PGU 41	Utilização do monitoramento participativo como ferramenta de planejamento e gestão urbana.
PGU 42	Elaboração de estudo sobre fluxos migratórios e movimentos pendulares na urbanização.
PGU 43	Criação de modelo de governança metropolitano para construção de políticas públicas intermunicipais.
PGU 44	Desenvolvimento de programa para gestão de dados no planejamento urbano.
PGU 45	Realização de estudo para revisão de alíquota de IPTU.
PGU 46	Elaboração de estudo e avaliação das infraestruturas degradadas ou subutilizadas.
PGU 47	Adoção de metodologias e tecnologias de modelagem digital na gestão de projetos de infraestrutura.
PGU 48	Elaboração de estudo prospectivo dos riscos relacionados a desastres naturais.
PGU 49	Adoção de metodologias e tecnologias de modelagem digital na gestão das áreas de alagamento.
PGU 50	Ampliação da fiscalização do crescimento urbano em áreas ambientalmente frágeis.
PGU 51	Realização de estudo dos impactos dos padrões construtivos sobre o microclima[125].
PGU 52	Elaboração de diagnóstico da situação jurídica e urbanística dos vazios urbanos e edificações desocupadas.
PGU 53	Avaliação dos dados sobre déficit habitacional[126].
PGU 54	Ampliação e qualificação dos serviços públicos oferecidos pelas ruas da cidadania[127].

[125] Conjunto de condições climáticas (temperatura, umidade, sensação térmica, pluviosidade) de uma pequena área.

[126] "Engloba tanto aquelas moradias sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de terem sofrido desgaste da estrutura física e que devem ser repostas, quanto à necessidade de incremento do estoque, decorrente da coabitação familiar ou da moradia em locais destinados a fins não residenciais" (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005).

[127] São sedes das administrações regionais que funcionam como braço da Prefeitura nos bairros, oferecendo à população serviços municipais, além de serviços das esferas estadual e federal e pontos de comércio e lazer.

PGU 55	Elaboração de diagnóstico e avaliação das condições atuais da iluminação pública.
PGU 56	Realização de *benchmarking* de instrumentos urbanísticos[128] inovadores.
PGU 57	Mapeamento de locais e elaboração de diretrizes para intervenções artísticas.
PGU 58	Implementação de projeto de iluminação cenográfica de monumentos e fachadas em Curitiba.
PGU 59	Revitalização do centro histórico de Curitiba.
PGU 60	Elaboração dos planos microrregionais de planejamento para os bairros.
PGU 61	Elaboração de projetos para aplicação de fachada ativa, alargamento de calçadas e espaços de fruição pública[129].
PGU 62	Avaliação da continuidade de politicas públicas que impactam a RMC.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

PGU 63	Implementação de projeto de iluminação pública por fontes renováveis.
PGU 64	Instituição do cadastro multifinalitário[130] como ferramenta de gestão urbana.
PGU 65	Readequação de espaços públicos subutilizados ou degradados.
PGU 66	Realização de concursos para inovação nos equipamentos e mobiliários urbanos.
PGU 67	Criação de projeto de requalificação de espaços públicos com a participação da população e de entidades privadas.
PGU 68	Estruturação de *big data*[131] com integração de informações sobre planejamento e gestão urbana.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

PGU 69	Realização de balanço das ações do planejamento e gestão urbana e elaboração de novo processo prospectivo de longo prazo para Curitiba.
PGU 70	Criação de central de inteligência para planejamento integrado e gestão democrática urbana.
PGU 71	Avaliação dos impactos da aplicação das fachadas ativas, alargamento de calçadas e espaços de fruição pública.

[128] "Termo utilizado para referir-se ao conjunto de ações legalmente possibilitadas ao Poder Público para intervir nos processos urbanos e especialmente na produção do espaço, regulamentando, controlando ou direcionando-o. É um mecanismo dado ao Estado para capacitá-lo a conduzir a relação dialética entre Estado e mercado, base da produção do espaço da cidade" (FERREIRA, 2017).

[129] Ocupação da fachada localizada no alinhamento de passeios públicos por uso não residencial, com acesso aberto à população e abertura para o logradouro.

[130] Pode ser considerado um inventário público com dados relativos à propriedade, contendo suas características físicas, jurídicas e econômicas, podendo ser feito de forma geométrica e descritiva.

[131] Plataforma que possibilita o armazenamento de uma grande quantidade de dados.

Educação e Cultura

Este fator crítico de sucesso abrange o conjunto de ações destinadas a proporcionar, aos cidadãos e aos atores relacionados à administração pública, conhecimentos, habilidades e cultura para avaliação e tomada de decisões sobre aspectos relacionados ao Planejamento e Gestão Urbana de Curitiba e região metropolitana.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

PGU 72	Diversificação e aprimoramento de programas educativos voltados ao planejamento e à gestão urbana para os públicos infantil e adolescente.
PGU 73	Realização de campanhas sobre o impacto de ações individuais irregulares[132] sobre o bem-estar coletivo.
PGU 74	Desenvolvimento de ações para incentivo ao uso do espaço público e fortalecimento do sentido de pertencimento do cidadão.
PGU 75	Desenvolvimento de ações para conscientização da população sobre gestão de riscos nos desastres urbanos.
PGU 76	Promoção de cursos de formação para os gestores sobre os instrumentos de cooperação intermunicipal em âmbito metropolitano.
PGU 77	Desenvolvimento de processos formativos sobre assuntos e instrumentos relacionados ao planejamento e gestão urbana voltados ao corpo técnico da prefeitura.
PGU 78	Promoção de fóruns sobre planejamento e gestão urbana entre instituições de ensino e gestão pública.
PGU 79	Formação de gestores públicos sobre os temas ecossistema da inovação[133] e economia criativa e seus impactos no planejamento sustentável do território.
PGU 80	Elaboração de campanhas para valorização do patrimônio histórico.

[132] No escopo deste estudo, alguns exemplos de ações individuais irregulares seriam: o despejo de esgoto sem tratamento nas galerias pluviais; a cobertura de áreas destinadas ao coeficiente de permeabilidade; estacionamento irregular, etc.

[133] "Inclui a integração, em uma dada área geográfica, econômica, industrial ou empresarial entre os agentes, fatores, entidades e atividades tangíveis e intangíveis, que interagem entre si e com o ambiente socioeconômico em que se localizam e se aglomeram espacialmente" (KON, 2016).

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

PGU 81	Criação de ferramenta educacional digital sobre o impacto das ações individuais na urbanização.
PGU 82	Elaboração de conteúdos informativos sobre transformações na urbanização.
PGU 83	Criação de *Massive Open Onl-ine Courses* (*MOOCs*[134]) sobre planejamento e gestão urbana.
PGU 84	Elaboração de *game* educativo sobre orçamento participativo.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

PGU 85	Criação de museu interativo de planejamento e gestão urbana.
PGU 86	Estabelecimento de uma escola internacional de planejamento e gestão urbana.
PGU 87	Estabelecimento de estratégias de educação e comunicação sobre planejamento e gestão urbana para todos os extratos da população da RMC.

ANOTAÇÕES

[134] Cursos abertos ofertados por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas da *web* 2.0 ou redes sociais, que permitem que um grande número de alunos ampliem seus conhecimentos.

Inovação

Este fator crítico abrange processos como atividades técnicas, de concepção, de desenvolvimento e de gestão necessárias para criar novos caminhos ou estratégias para o alcance dos objetivos da área de Planejamento e Gestão Urbana. Os resultados estão atrelados a produtos, serviços ou processos novos ou melhorados.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

PGU 88	Elaboração de estudos prospectivos de tendências sociais e tecnológicas para o ambiente urbano.
PGU 89	Mapeamento dos ativos de conhecimento[135] e inovação relacionados ao planejamento e à gestão urbana.
PGU 90	Criação de aplicativos com informações que facilitem a vida cotidiana da população.
PGU 91	Desenvolvimento de evento bienal internacional, em Curitiba, com foco em inovação urbana.
PGU 92	Criação de concursos para identificação de soluções urbanas inovadoras.
PGU 93	Instituição de premiação para tecnologias sociais em planejamento e gestão urbana.
PGU 94	Elaboração de um banco com pesquisas relacionadas ao planejamento e à gestão urbana de Curitiba.
PGU 95	Desenvolvimento de plataforma interativa para coleta de práticas de ação urbana realizadas pela população.
PGU 96	Criação de premiação para *startups* com as melhores contribuições para o planejamento e a gestão urbana.
PGU 97	Elaboração de estudo de métodos menos invasivos para a manutenção de instalações subterrâneas de infraestrutura.
PGU 98	Produção de estudo sobre utilização de mobiliário urbano flexível[136] em diversos espaços públicos da cidade.
PGU 99	Elaboração de estudo de viabilidade sobre redução de entraves burocráticos para o desenvolvimento de soluções urbanas inovadoras.

[1305] "Combinação de processos cognitivos, da interpretação do contexto e experiências que dizem respeito a recursos de inteligência que são acumulados constantemente na empresa e que emergem das relações com clientes, fornecedores e outros parceiros de negócios. As características predominantes do conhecimento como ativo são seus aspectos tácitos" (VAZQUEZ *et al*., 2011).

[136] Nesta publicação, mobiliário urbano flexível é aquele que, conforme a demanda, pode ser adaptado para diferentes atividades.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

PGU 100 Ampliação de sistemas de infraestrutura urbana inteligente nas regionais do município.

PGU 101 Ampliação da rede de fibra ótica na RMC.

PGU 102 Instituição do uso de drones para monitoramento da cidade em tempo real.

PGU 103 Elaboração de um modelo de resiliência no sistema de segurança de dados da cidade.

PGU 104 Desenvolvimento de aplicativos de realidade aumentada para fornecimento de serviços de informação e orientação da população que transita em Curitiba.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

PGU 105 Ampliação de sistemas de infraestrutura urbana inteligente na RMC.

PGU 106 Implementação de programa de intercâmbio internacional de profissionais de planejamento e gestão para desenvolvimento de projetos de inovação urbana.

ANOTAÇÕES

SEGURANÇA

A Segurança é um campo com repertório conceitual vasto, envolvendo comumente em sua acepção o conjunto de processos políticos e jurídicos destinado a garantir a ordem pública na convivência dos indivíduos em sociedade. No âmbito do Curitiba 2035, o eixo temático Segurança aborda a reflexão sobre a preservação ou o restabelecimento da convivência social no ambiente da cidade, permitindo que os sujeitos gozem de seus direitos, exerçam seus deveres e vivam sem pertubação ou medo.

Quando se reflete sobre o futuro de Curitiba para os próximos 20 anos, emerge a necessidade de um arcabouço jurídico-institucional provedor de instrumentos que tornem a cidade mais segura. Outra compreensão é a de que a infraestrutura urbana, seja pública ou privada, desempenha um papel importante na resolução de problemas relacionados à temática, sendo que a diversificação de usos e a geração de movimentação nas diversas áreas e períodos do dia, assim como investimentos em construções mais permeáveis e com maior visibilidade, ampliam as condições de segurança.

A violência e o crime passam a ser percebidos como fenômenos multidimensionais, sinalizando a necessidade de esforços multidisciplinares e intersetoriais. Buscando respostas para esses desafios, a gestão em segurança, campo que busca a preservação da ordem e da tranquilidade dos cidadãos mediante aspectos preventivo e repressivo de condutas ilícitas, passa a ser vista como fundamental. Em virtude de seus avanços tecnológicos, esta apresenta potencialidade de integração de dados e ações, com maior qualidade, estratégia e inteligência na resolução de conflitos.

Por fim, emerge a leitura de que as intervenções em prol da segurança podem ser feitas nos planos individual, governamental e, sobretudo, de forma coletiva.

Com base no exposto, a temática Segurança foi compreendida como questão estratégica para o processo de planejamento de longo prazo da cidade, pois se configura como uma das vias complexas por onde trafega a qualidade de vida e a defesa aos direitos fundamentais dos cidadãos.

A sociedade curitibana deseja ações resolutivas que inibam, neutralizem ou reprimam a prática de atitudes que impactem a segurança, de modo a garantir a proteção coletiva. Dessa forma, o tema é considerado umas das condições de base para a transformação e o desenvolvimento da cidade.

SITUAÇÃO ATUAL

Comparada a outras capitais brasileiras, Curitiba registra desempenho mediano nos indicadores de segurança analisados.

A taxa de homicídios por armas de fogo observada em Curitiba, de 34 por 100 mil habitantes, é a 13ª mais alta entre as 27 capitais brasileiras. No caso dos homicídios dolosos, em que há intenção de se cometer o crime, Curitiba assume a oitava menor posição. Por sua vez, a taxa de lesões corporais seguidas de morte é a 11ª mais alta entre as capitais.

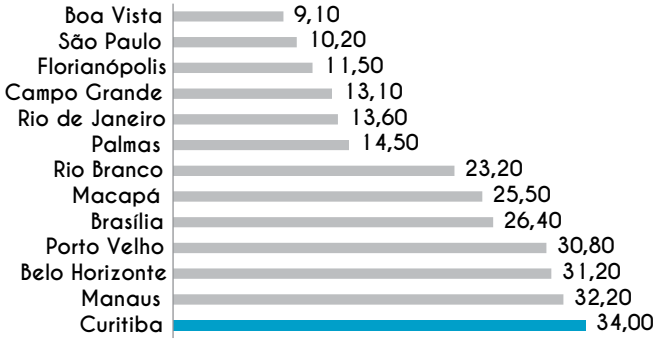
No que diz respeito aos crimes violentos letais intencionais, indicador composto por homicídio doloso, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte, Curitiba registra 25,97 por 100 mil habitantes – a nona menor taxa considerando apenas as capitais. Distribuindo esses crimes no território curitibano, verifica-se que tais ações tendem a se localizar em bairros periféricos, situados mais ao sul do município. Vale ressaltar que esses bairros também apresentam baixos níveis de renda, como observado no capítulo sobre Coexistência em uma Cidade Global.

Curitiba registra também a 12ª menor taxa de latrocínio (1,65 por 100 mil habitantes) e a quarta maior taxa de uso/porte de entorpecentes (140,31 por 100 mil habitantes). No que se refere à população carcerária, o Paraná possui 227,38 presos por 100 mil habitantes, o que corresponde à quinta menor taxa entre as 27 Unidades da Federação. Já em relação ao número de habitantes por policial, considerando os contingentes militar e civil, o Paraná aparece com a sexta melhor colocação.

Fontes: (a) FBSP, 2016; (b) IPPUC, 2016.

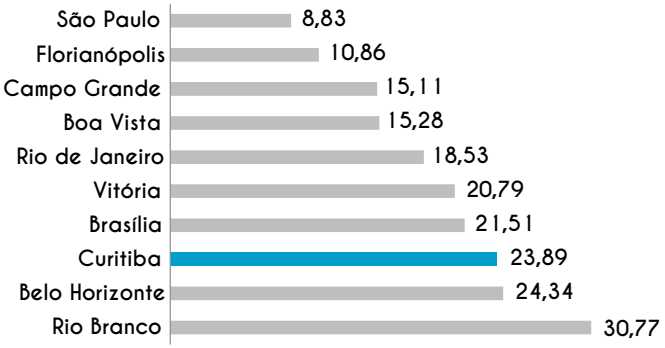
Taxa de homicídios por armas de fogo[a] - 2015

(por 100 mil habitantes - ordem crescente)



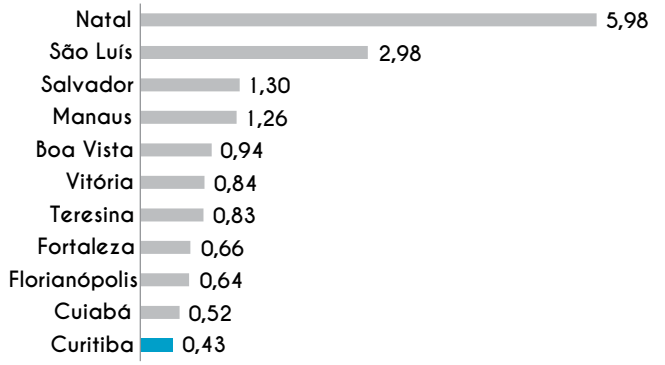
Homicídios dolosos[a] - 2015

(por 100 mil habitantes - ordem crescente)



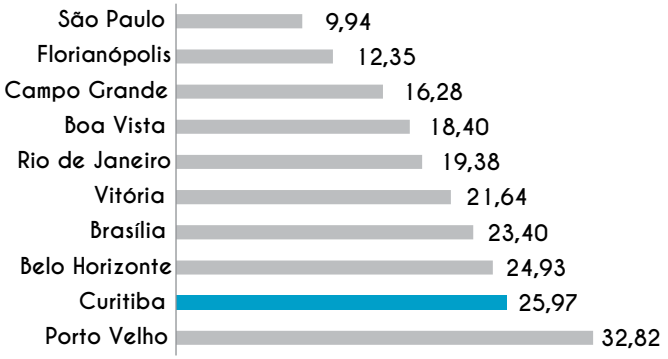
Lesão corporal seguida de morte[a] - 2015

(por 100 mil habitantes - ordem decrescente)

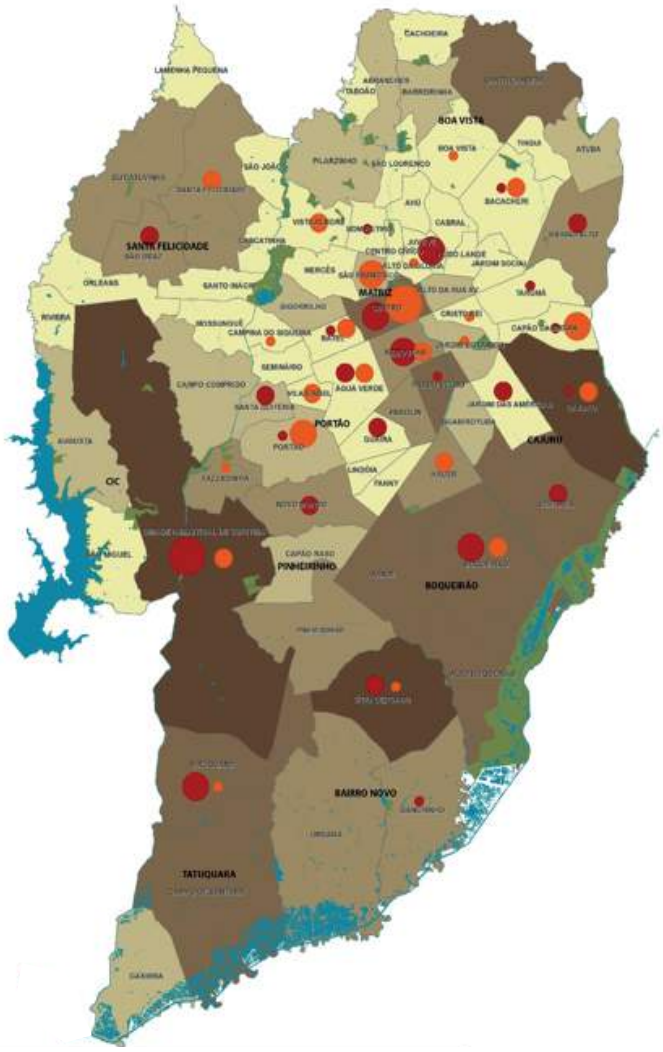


Crimes violentos letais intencionais[a] - 2015

(por 100 mil habitantes - ordem crescente)



Distribuição dos crimes violentos letais intencionais[b] - 2015



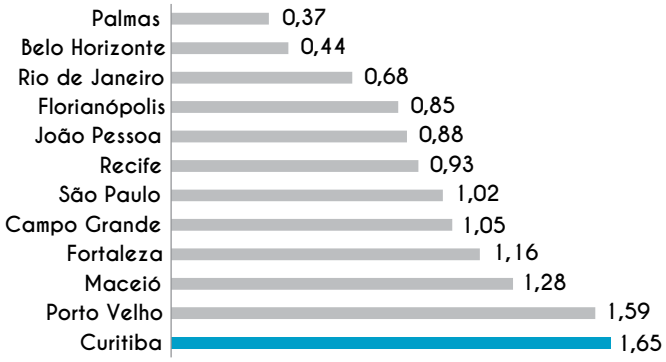
LEGENDA

- Divisa de bairros
- Lagos, lagoas e represas
- Parques e bosques

CVLI	Polícia Militar	Polícia Civil
0 - 2	1	1
3 - 7	2	2 - 3
8 - 12	3	4 - 6
13 - 28	8	7 - 12
29 - 54		

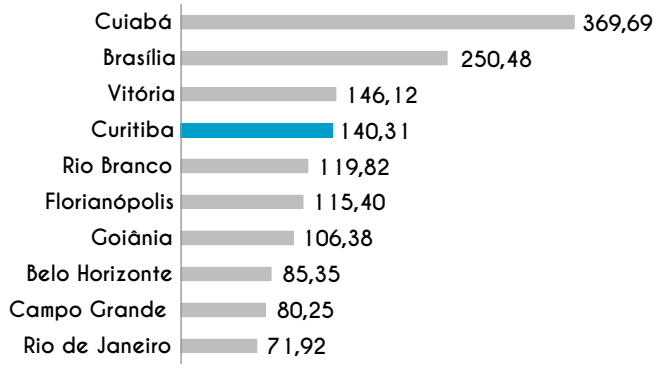
Latrocínio[b] - 2015

(por 100 mil habitantes - ordem crescente)



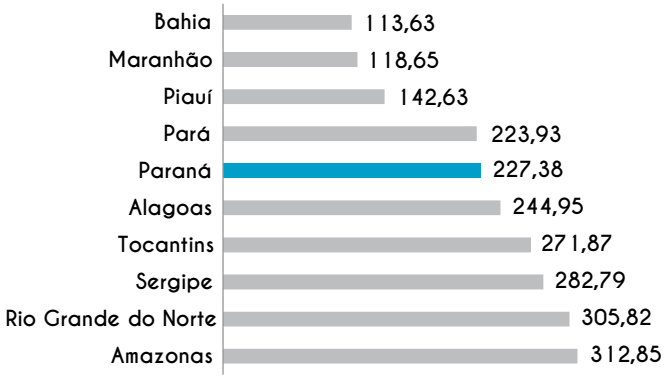
Taxa de uso/porte de entorpecentes[a] - 2015

(por 100 mil habitantes - ordem decrescente)



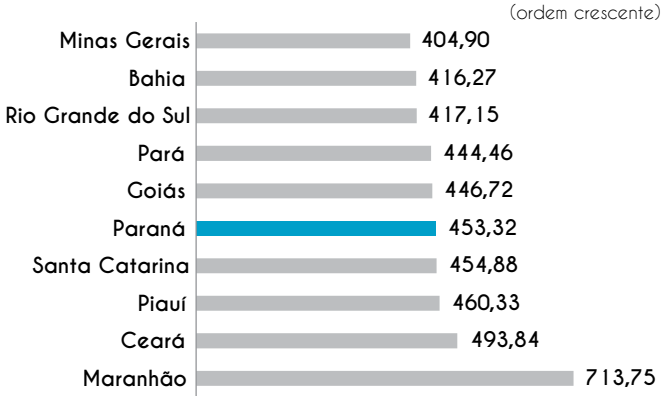
Taxa de presos (não inclui delagacias)[a] - 2015

(por 100 mil habitantes - ordem crescente)



Número de habitantes por policial (militar e civil)[a] - 2015

(ordem crescente)



VISÃO TEMÁTICO

No que tange à Segurança, a visão temática coloca a participação social e o planejamento estratégico como elementos fundamentais na construção de um ambiente urbano mais seguro. O modelo desejado é de uma segurança estratégica, que promove a humanização e a sociabilização e se ancora no fortalecimento do papel dos cidadãos e sua integração à atuação dos atores da segurança pública. Dessa forma, a visão temática de Segurança construída no contexto do Curitiba 2035 é:

Curitiba:
protagonista em segurança estratégica e participativa, promovendo uma cidade segura, sociável e humanizada.

BARREIRAS

Considerando a situação atual, as principais barreiras à concretização dessa visão de futuro são:

- Insuficiência de recursos tecnológicos.
- Carência de recursos humanos, sobretudo do efetivo policial.
- Insuficiência de processos formativos para os profissionais.
- Escassez de ferramentas de gestão.
- Participação limitada da população nas ações de segurança.
- Inadequação dos ambientes urbanos no que tange à segurança.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A reflexão coletiva sobre as barreiras para o alcance da visão temática culminou na identificação de quatro fatores críticos de sucesso que englobam as condições impeditivas atuais. São eles:

- Política de Estado
- Gestão
- Integração
- Recursos

Esses fatores críticos constituem-se em eixos estruturantes para a proposição das ações essenciais ao alcance da visão temática de Segurança.

AÇÕES

A proposição de ações foi estruturada a partir dos fatores críticos de sucesso. O diagnóstico sobre a situação atual da municipalidade e a identificação das barreiras alimentaram as reflexões e permitiram a identificação de 153 ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos, com vistas à concretização da visão temática de Segurança.

Política de Estado

Este fator crítico congrega disposições, medidas e procedimentos que municiam a orientação política do município e regulam as atividades de interesse da cidade, com vistas à concretização da visão temática de Segurança.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

S 01	Modernização da legislação municipal voltada à segurança pública.
S 02	Implementação de política para atuação integrada entre as forças de segurança, com compartilhamento de informação de cadastros municipais, estaduais e federais.
S 03	Implementação de políticas que reforcem a presença de todos os segmentos do Estado em áreas críticas do município em termos de segurança.
S 04	Implementação de programa de renovação de equipamentos e incorporação sistemática de inovações tecnológicas nas atividades de segurança.
S 05	Desenho e execução de programa de investimento em tecnologias da informação e comunicação para bancos de dados, plataformas tecnológicas, georreferenciamento, sistemas de análise e predição de atividades criminosas.
S 06	Implementação de programa de formação e capacitação continuada dos quadros técnicos e gerenciais das forças de segurança.
S 07	Implementação de política de segurança específica para o turismo.
S 08	Ampliação e modernização de políticas específicas de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico em áreas de maior violência e criminalidade.
S 09	Ampliação de políticas sociais em áreas de vulnerabilidade.
S 10	Implementação de política orientada à ampliação da oferta de formação profissionalizante nas regiões de maior violência e criminalidade.
S 11	Implementação de política de priorização da oferta de ensino em período integral para regiões de maior violência e criminalidade.
S 12	Implementação de política de priorização da cobertura da necessidade de vagas de creches nas regiões de maior violência e criminalidade.
S 13	Expansão de programas de promoção de esporte e cultura para juventude vulnerável socialmente.
S 14	Ampliação e modernização de políticas orientadas à prevenção ao uso indevido de drogas.
S 15	Implementação de programa orientado a coibir a discriminação e a violência de gênero dentro das forças de segurança.

S 16	Implementação de políticas para enfrentamento da violência de gênero e crimes de ódio.
S 17	Implementação de políticas orientadas à prevenção e ao enfrentamento do tráfico de drogas, da delinquência e dos radicalismos.
S 18	Ampliação de políticas de tratamento de usuários de drogas considerando redução de danos.
S 19	Implementação de políticas orientadas a um sistema viário mais seguro.
S 20	Implementação de política orientada ao desenvolvimento de espaços urbanos mais seguros.
S 21	Implementação de política de reintegração social de egressos do sistema penal.
S 22	Implementação de política de divulgação, prestação de contas e equidade para avaliação e acompanhamento dos recursos destinados à segurança.
S 23	Implementação de política de conformidade com vistas a cumprir as normas legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas, assim como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade, em particular a corrupção nas forças de segurança.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

S 24	Formulação e implementação de política de atuação integrada em segurança na RMC.
S 25	Formulação e implementação de política de enfrentamento da violência e criminalidade na RMC.
S 26	Formulação e implementação de política para prevenção e repressão do crime organizado na RMC.
S 27	Formulação e implementação de políticas para redução dos homicídios.
S 28	Formulação e implementação de política de prevenção ao crime através do *design* urbano.
S 29	Formulação e implementação de política orientada à segurança de dados e à proteção contra o ciberterrorismo e cibercrime.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

S 30	Balanço das políticas de segurança em Curitiba e implementação de ajustes nas abordagens.
S 31	Ampliação das linhas de fomento para PD&I orientadas ao controle da violência e criminalidade e ao aumento da eficiência da atuação das forças de segurança.

Gestão

Este fator crítico compreende o desenho e a implementação de processos, no âmbito da Segurança, orientados ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas, programas e demais dinâmicas que integram a gestão da cidade e região metropolitana, tendo em vista o uso eficiente dos recursos disponíveis (financeiros, humanos, tecnológicos, físicos, etc.) e a otimização de resultados.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

S 32	Aprimoramento do Plano Integrado de Segurança Pública com aperfeiçoamento do controle social[137].
S 33	Implementação de novas ferramentas e modelos de gestão para segurança pública municipal.
S 34	Implementação dos princípios de governança (transparência, responsabilidade, conformidade e equidade) na gestão das atividades de segurança de Curitiba.
S 35	*Benchmarking* internacional em segurança pública no âmbito das cidades, com ênfase em prospecção de tecnologias e estruturas inovadoras em segurança.
S 36	Criação de plano de investimento em equipamentos e tecnologias para segurança.
S 37	Implantação de plataforma de integração de dados de segurança comunitária.
S 38	Criação de banco de boas práticas sobre políticas e gestão da segurança.
S 39	Criação de banco integrado de dados das ouvidorias de segurança do estado e do município.
S 40	Ampliação do uso institucional e divulgação de plataformas públicas de mapeamento de violência e crime.
S 41	Mapeamento e avaliação do contingente policial nas corporações.
S 42	Ampliação de programas de formação e capacitação continuada para os quadros das forças de segurança.
S 43	Elaboração de programas formativos orientados ao desenvolvimento de competências socioemocionais nos profissionais de segurança.
S 44	Realização de capacitações para os agentes de segurança orientadas ao uso de novas tecnologias.
S 45	Ampliação dos treinamentos e aumento do efetivo de apoio para casos de violência contra a mulher.
S 46	Capacitação dos profissionais de planejamento urbano no que tange à segurança da cidade.
S 47	Capacitação e atualização anual dos profissionais responsáveis pela gestão em segurança pública.
S 48	Capacitação das corporações sobre o escopo de atuação e possibilidades de colaboração.
S 49	Ampliação das atividades de acompanhamento da saúde física e mental do profissional de segurança.
S 50	Oferta de cursos de formação em segurança para os representantes dos conselhos municipais.

[137] "As ideias de participação e controle social estão intimamente relacionadas. Por meio da participação na gestão pública, os cidadãos podem intervir na tomada da decisão administrativa, orientando a Administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público e, ao mesmo tempo, podem exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação" (CGU, 2017).

S 51	Ampliação e aprimoramento de programas de acolhimento e tratamento de dependentes químicos.
S 52	Aprimoramento de diretrizes e fiscalização sistemática de empresas de segurança privadas.
S 53	Implementação de programas e mecanismos para coibir a corrupção nas atividades de segurança.
S 54	Estruturação técnica e financeira do Observatório de Segurança Pública do município.
S 55	Disponibilização de dados atualizados, indicadores e metas sobre segurança pública.
S 56	Realização de pesquisas, desenvolvimento e inovação com foco em segurança urbana.
S 57	Desenvolvimento de estudo de tendências sobre a adição e a tipologia de drogas.
S 58	*Benchmarking* internacional de políticas e planos de enfrentamento ao tráfico de drogas, à delinquência e aos radicalismos.
S 59	Modernização e qualificação de projetos de combate ao tráfico de drogas, à delinquência e aos radicalismos.
S 60	*Benchmarking* internacional de políticas e planos orientados à segurança de dados e à proteção contra o ciberterrorismo e o cibercrime.
S 61	Criação de projetos de combate ao ciberterrorismo e cibercrime.
S 62	Elaboração de estudo sobre a efetividade da aplicação de instrumentos de justiça restaurativa[138].
S 63	Produção de estudo sobre percepção de segurança da população nos bairros e sobre a atuação da polícia.
S 64	Elaboração de estudo de avaliação da interferência de elementos urbanísticos e arquitetônicos na segurança das praças e parques.
S 65	Divulgação das atribuições de cada uma das polícias em diversas mídias.
S 66	Elaboração e distribuição de conteúdo educativo sobre violência de gênero e crimes de ódio.
S 67	Realização de campanhas de sensibilização da sociedade sobre a importância do registro do boletim de ocorrência.
S 68	Produção e divulgação de cartilha sobre *design* para segurança com recomendações para edificações e mobiliários urbanos.
S 69	Realização de campanhas sobre crime de violência sexual na *internet* direcionadas a crianças e adolescentes.
S 70	Realização de diagnóstico sobre determinantes da violência e problemas relacionados à segurança na RMC.
S 71	Definição de diretrizes para enfrentamento da criminalidade no âmbito da RMC.
S 72	Aprimoramento dos programas de reintegração social de egressos do sistema penal.

[138] "Processo em que os afetados por uma ação antissocial se reúnem, num ambiente seguro e controlado, para compartilhar seus sentimentos e opiniões de modo sincero e resolverem juntos como melhor lidar com suas consequências" (MARSHALL; BOYACK; BOWEN, 2005).

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

S 73 Criação de plano de ampliação de efetivos para as forças de segurança.

S 74 Balanço do plano integrado de segurança pública de Curitiba e, quando necessário, revisão das propostas.

S 75 Avaliação dos princípios de governança implementados na gestão das atividades de segurança de Curitiba.

S 76 Atualização de estudos e pesquisas relativos a questões emergentes, experiências de sucesso e políticas inovadoras em segurança.

S 77 Atualização da plataforma de integração de dados de segurança comunitária.

S 78 Aperfeiçoamento da gestão da informação com base na consolidação de um *big data*[139] em segurança.

S 79 Elaboração de campanhas para a aplicação da vigilância natural[140] dos espaços e controle social de acessos[141].

S 80 Desenvolvimento de ações de qualificação da atuação da polícia com base em pesquisa de opinião da população.

S 81 Aprimoramento e qualificação das estatísticas em segurança pública.

S 82 Intensificação do uso de *data science*[142] e *analytics*[143] nas atividades de inteligência em segurança.

S 83 Ampliação do escopo de atuação do Observatório de Segurança Pública para a região metropolitana de Curitiba.

S 84 Ampliação do escopo de atuação do centro integrado de inteligência em segurança para a região metropolitana de Curitiba.

[139] Plataforma que possibilita o armazenamento de uma grande quantidade de dados.

[140] Mecanismos que passam pela colocação estratégica de janelas, portas e árvores, pela boa iluminação do espaço e pela promoção de atividades que levem à passagem e frequência de pessoas, maximizando a vigilância.

[141] Mecanismos que pretendem desencorajar o delinquente criando possibilidades de risco para este ser pego praticando o delito.

[142] Estudo da informação.

[143] Abordagem centrada em dados que combina a ciência de análise preditiva com capacidades avançadas de inteligência de negócios.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

S 85 Definição de percentual mínimo do orçamento municipal destinado às ações de segurança por meio de alteração da Lei Orgânica.

S 86 Avaliação e, se necessário, reorientação da atuação do centro integrado de inteligência em segurança da RMC.

S 87 Avaliação e, se necessário, reorientação da atuação do Observatório Metropolitano de Segurança.

S 88 Avaliação da gestão integrada e das estatísticas da segurança pública da RMC.

S 89 Revisão do planejamento em segurança pública da RMC com base na avaliação da gestão integrada e de novas estatísticas.

ANOTAÇÕES

Integração

Este fator crítico abrange aspectos relacionados ao estreitamento de relações entre academia, setor público, setor privado e sociedade civil, com o intuito de facilitar a maneira de planejar e gerir o município e a região metropolitana, considerando valores, políticas e ações características do ambiente que vão influenciar aspectos da segurança municipal.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

S 90	Instituição dos canais de participação da sociedade na construção do planejamento de segurança do município.
S 91	Difusão de informações sobre o papel dos cidadãos como *stakeholders* da municipalidade.
S 92	Articulação da sociedade para elaboração participativa de Plano Integrado de Segurança Pública da RMC.
S 93	Articulação de *stakeholders* das forças de segurança e secretarias municipais e estaduais para construção conjunta de políticas de combate à criminalidade.
S 94	Articulação da Guarda Municipal, Polícia Militar, Polícia Federal e Corpo de Bombeiros para compartilhamento de ferramentas e modelos de gestão.
S 95	Articulação das forças de segurança para compartilhamento e integração de informações oriundas de cadastros municipais, estaduais e federais relativos à segurança.
S 96	Realização de encontros periódicos entre guardas municipais, associação de moradores e conselhos comunitários para monitoramento de ações voltadas à segurança.
S 97	Compartilhamento de informações da segurança privada para otimização das ações da segurança pública.
S 98	Ampliação de parcerias entre entidades de segurança pública e universidades para a busca de soluções inovadoras em segurança.
S 99	Ampliação das parcerias interinstitucionais em projetos culturais e sociais orientados ao desenvolvimento de jovens em situação de vulnerabilidade.
S 100	Formação de rede de atendimento multidisciplinar e interinstitucional para suporte em localidades vulneráveis.
S 101	Capacitação dos Conselhos de Segurança Comunitários (Conseg) para articulação da comunidade em atividades de segurança.
S 102	Realização de ações orientadas à articulação comunitária em prol da segurança nos bairros.
S 103	Articulação empresarial orientado à segurança no entorno das empresas.
S 104	Ampliação dos contratos de parceria e acordos de cooperação em prol da segurança pública.
S 105	Formação e fortalecimento de redes de estudos e pesquisas sobre segurança pública e justiça criminal.

S 106 Instituição de fórum metropolitano permanente de segurança, integrando órgãos públicos, setor privado e sociedade civil.

S 107 Ampliação da participação da sociedade na construção da política de segurança da RMC.

S 108 Instituição de comitê de crise intersetorial e multidisciplinar para trabalhar a situação carcerária da RMC.

S 109 Implementação de consórcio intermunicipal para aprimoramento dos programas de reintegração social de egressos do sistema penal.

S 110 Formação de redes de colaboração e participação para a implantação do sistema integrado de segurança comunitária[144].

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

S 111 Avaliação do Pacto Metropolitano pela Segurança.

S 112 Proposição e implantação de um modelo de governança integrado em segurança pública para a RMC.

S 113 Estabelecimento de processos de cooperação entre municípios da RMC com foco na implementação do centro integrado de inteligência em segurança para a região metropolitana.

S 114 Estabelecimento de processos de cooperação entre municípios da RMC orientados à implementação do Observatório de Segurança Pública.

S 115 Implantação de consórcio metropolitano de segurança.

S 116 Integração metropolitana das polícias militar, civil e municipal no âmbito do Centro de Controle Operacional (CCO).

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

S 117 Ampliação dos canais de participação da sociedade nas ações de segurança municipal e metropolitana.

S 118 Atualização do Pacto Metropolitano pela Segurança.

S 119 Balanço e atualização do modelo de governança integrada em segurança pública na RMC.

S 120 Instituição de rede de cooperação em informação sobre segurança com base em tecnologias sociais.

[144] "Composto por uma mesa de especialistas, outra de profissionais locais e um fórum de participação comunitária" (FBSP, 2014).

Recursos

Este fator crítico abrange os bens ou serviços necessários para a realização das atividades de Segurança na cidade. Os recursos podem ser humanos, tecnológicos, materiais, financeiros, mercadológicos ou administrativos, podendo ser captados, aplicados, mantidos, desenvolvidos ou controlados, buscando efetividade na ação de segurança.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

S 121	Garantia de recursos municipais para a área de segurança.
S 122	Garantia de recursos estaduais para as atividades de segurança.
S 123	Criação de um centro integrado de inteligência em segurança urbana para RMC.
S 124	Ampliação do efetivo de guardas municipais de acordo com necessidades sociodemográficas.
S 125	Aumento do efetivo das forças de segurança estaduais e federais de acordo com necessidades sociodemográficas.
S 126	Mapeamento e avaliação da infraestrutura de segurança no município.
S 127	Criação de programa de atualização da infraestrutura municipal de segurança.
S 128	Descentralização e aumento dos postos de atendimento (fixos ou móveis) da guarda municipal.
S 129	Implementação de programa de segurança itinerante, com equipes e equipamentos se movimentando pelo município e se posicionando de forma estratégica a partir de orientações dos serviços de inteligência.
S 130	Implementação de métodos, instrumentos e tecnologias para planejamento de intervenções de alto impacto na redução da violência e criminalidade.
S 131	Atualização e recomposição da frota veicular, de armamentos e equipamentos de segurança.
S 132	Ampliação do investimento em tecnologia da informação e comunicação orientada à gestão da segurança metropolitana.
S 133	Criação de sala de situação da segurança municipal.
S 134	Informatização dos processos burocráticos de segurança.
S 135	Consolidação de bases de dados integradas entre as forças de segurança.
S 136	Instituição de ferramentas de georreferenciamento para mapeamento do crime e da violência.
S 137	Adoção de ferramentas de *analytics* para apoiar equipes de inteligência na previsão da ocorrência de delitos.

S 138 Incorporação de tecnologias inovadoras de investigação, perícia e análise criminal.

S 139 Ampliação das áreas de monitoramento por câmera.

S 140 Adequação da iluminação pública como ferramenta de prevenção da violência.

S 141 Ampliação e diversificação das formas de captação de recursos para atuação dos conselhos de segurança.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

S 142 Aumento dos recursos destinados à segurança municipal.

S 143 Ampliação dos efetivos de segurança de acordo com a evolução sociodemográfica da cidade.

S 144 Atualização contínua da infraestrutura, de veículos, armamentos e equipamentos.

S 145 Expansão e atualização dos sistemas de informatização dos processos burocráticos no âmbito da segurança.

S 146 Incremento de tecnologias em segurança nas regionais da cidade.

S 147 Ampliação de investimentos em inteligência focada na cibersegurança e em cibercrimes.

S 148 Implementação de drones de vigilância.

S 149 Aplicação de recursos inovadores de segurança com vistas a humanizar a situação carcerária e aumentar as chances de reinserção social dos detentos.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

S 150 Implementação de sistema de dados abertos da segurança pública.

S 151 Ampliação do uso de sensores, *big data* e serviços de nuvem como ferramentas de gestão em segurança.

S 152 Ampliação de tecnologias de prevenção e repressão contra a violência e a criminalidade.

S 153 Ampliação de efetivos, em particular os especializados nas atividades de inteligência contra o crime.

GOVERNANÇA

Governança urbana pode ser definida como a soma das esferas nas quais cidadãos, e instituições públicas e privadas planejam e gerenciam os assuntos comuns ao território. O conceito engloba as diversas maneiras pelas quais as instituições e os indivíduos organizam a gestão de uma cidade, bem como os processos utilizados para a realização de uma agenda de desenvolvimento de curto a longo prazo[145].

A governança é o *software* que permite o funcionamento do *hardware* urbano. Uma governança urbana eficaz é caracterizada como[146]:

- territorial;
- democrática e inclusiva;
- multiescala e multinível;
- integrada e de longo prazo;
- proficiente e consciente da era digital.

[145] Fonte: (PNUD, 2015).
[146] Fonte: (PNUD, 2015).

Em uma perspectiva de longo prazo, a legitimidade e a continuidade de ações estruturantes de governança são condições importantes para a transformação e a criação de novas realidades. Desse modo, a área temática foi considerada fundamental no processo de construção do futuro desejado para Curitiba, pois coloca em evidência o desafio de alinhamento das ações do poder público aos interesses dos cidadãos.

Por meio de suas instituições formais, seus arranjos informais e o capital social dos cidadãos, a governança urbana promove a conciliação dos interesses, garantindo a concretização de um projeto da sociedade para a cidade, com foco no desenvolvimento de longo prazo.

SITUAÇÃO ATUAL

O Brasil apresenta bom desempenho em indicadores sobre atuação governamental *on-line*. No Índice de Desenvolvimento do e-Governo, elaborado pela ONU, ocupa a 51ª posição entre 193 países. No Índice de e-Participação, de mesma autoria, a colocação ocupada pelo Brasil é a 37ª.

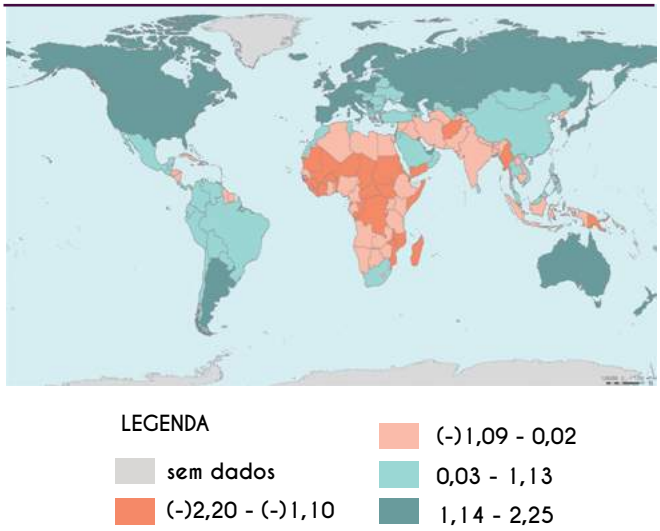
No entanto, quando se trata da qualidade dos serviços ofertados à população e da implementação de políticas públicas, o desempenho brasileiro é mediano. Entre os 205 países analisados pelo Banco Mundial no indicador Efetividade do Governo, o Brasil ocupa a 107ª posição.

Em âmbito nacional, observa-se que os maiores municípios tendem a estar mais presentes em canais de participação social. As prefeituras com mais de 500 mil habitantes e as capitais também apresentam, em geral, mais formas de consulta pública e maior adesão às redes sociais.

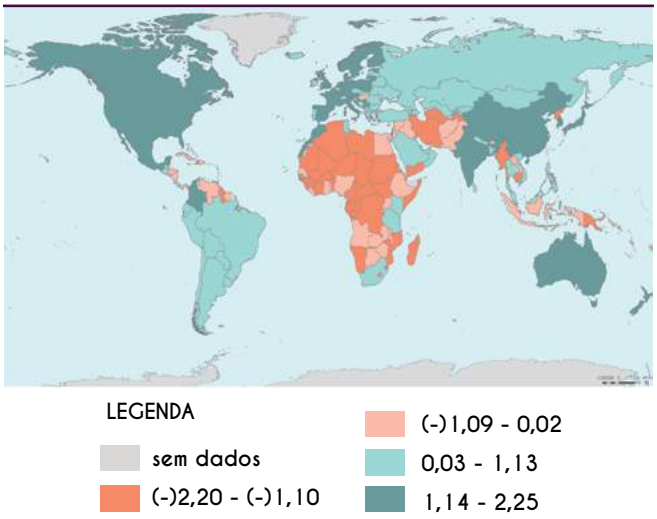
Curitiba recebe nota máxima no Índice de Transparência, em que o Ministério Público Federal avalia o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. No Índice Firjan de Gestão Fiscal, Curitiba ocupa a 239ª colocação, especialmente pela receita própria e pelo custo relativamente baixo da dívida.

Considerados em conjunto os gastos municipais e a qualidade dos serviços de educação, saúde e saneamento, Curitiba ocupa a 1.212ª colocação entre 5.281 municípios, avaliados pelo *Ranking* de Eficiência dos Municípios da Folha de São Paulo.

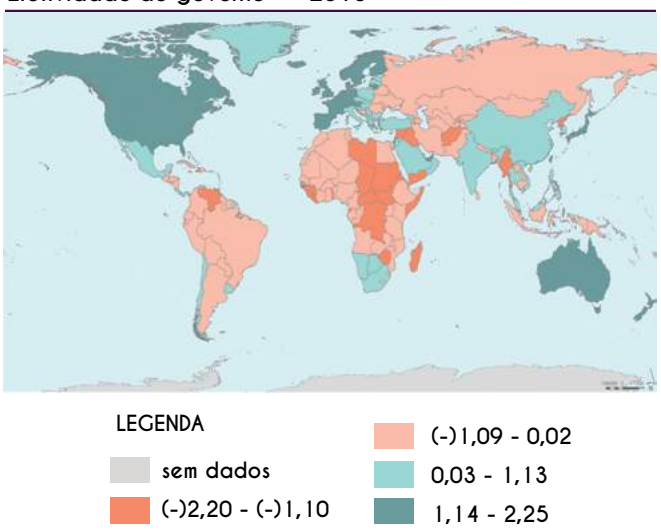
Índice de Desenvolvimento do e-governo[a] - 2016



Índice de e-participação[a] - 2016

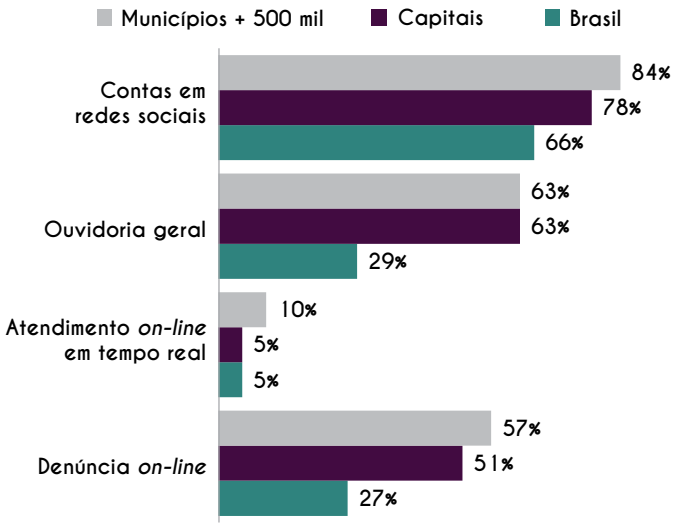


Efetividade do governo[b] - 2016

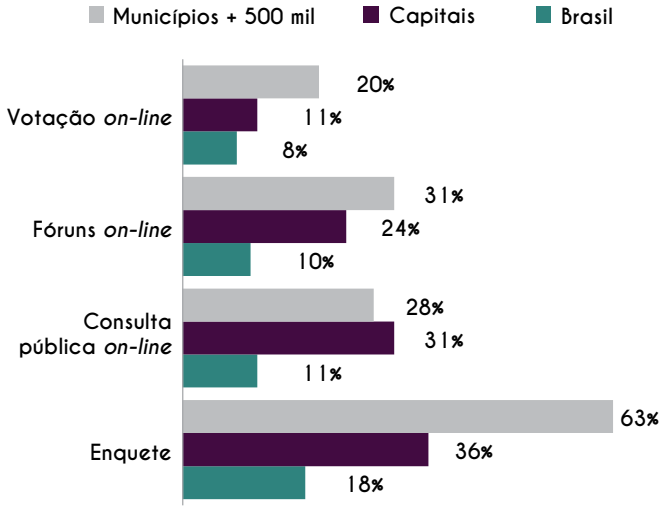


Fontes: (a) ONU, 2016; (b) WORLD BANK, 2016; (c) CETIC, 2015; (d) BRASIL, 2015c; (e) FOLHA DE SÃO PAULO, 2016; (f) FIRJAN, 2013.

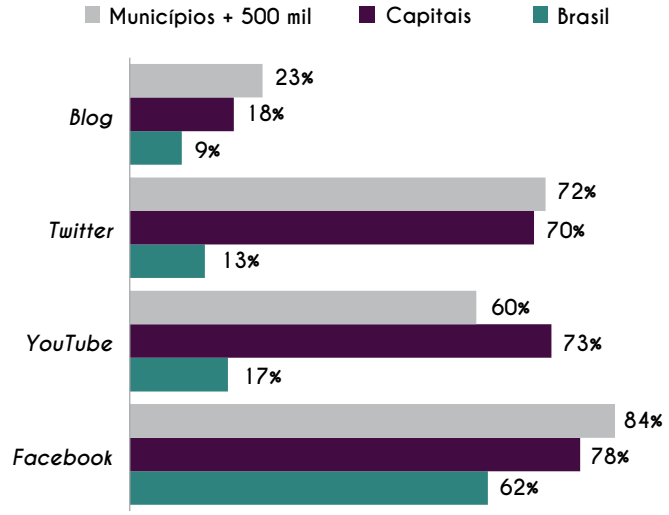
Canais de participação social[c] - 2015



Formas de consulta pública[c] - 2015



Adesão das prefeituras municipais às redes sociais[c] - 2015



Governança pública[d][e][f]

	POSIÇÃO	CAPITAIS	NOTA
Índice de transparência - 2015	4º	Brasília	10
	7º	Curitiba	10
	12º	João Pessoa	10
	18º	Recife	10
	20º	Rio Branco	10
	23º	São Paulo	10
	41º	São Luís	9,58
	57º	Cuiabá	9,17
	70º	Belo Horizonte	8,75
	80º	Vitória	8,75
	84º	Rio de Janeiro	8,61
	94º	Fortaleza	8,19
	99º	Palmas	8,19
	138º	Campo Grande	6,81
	181º	Porto Alegre	5,83
Índice de gestão fiscal - 2013	16º	Rio de Janeiro	0,8169
	36º	São Paulo	0,7744
	53º	Porto Velho	0,7579
	77º	Recife	0,7452
	86º	Rio Branco	0,7399
	121º	Campo Grande	0,7212
	132º	Natal	0,7170
	141º	Vitória	0,7134
	146º	Fortaleza	0,7126
	196º	Belém	0,6976
	239º	Curitiba	0,6877
	275º	Porto Alegre	0,6795
	346º	Manaus	0,6640
	350º	Boa Vista	0,6636
	-	Média das Capitais	0,6449
	-	Média dos Municípios	0,4545
Ranking de eficiência dos municípios - 2016	40º	Vitória	0,597
	130º	Florianópolis	0,576
	342º	João Pessoa	0,55
	349º	Aracaju	0,549
	439º	Belo Horizonte	0,542
	818º	Teresina	0,52
	1.060º	Fortaleza	0,509
	1.212º	Curitiba	0,503
	1.275º	Recife	0,501
	1.330º	São Paulo	0,499
	1.363º	Natal	0,498
	1.869º	Campo Grande	0,48
	2.018º	Palmas	0,475
	2.107º	Salvador	0,473
	2.215º	Rio de Janeiro	0,468

VISÃO TEMÁTICA

No que tange à Governança, a cidade de Curitiba tem um significativo caminho a percorrer com vistas a alcançar melhores patamares. O processo reflexivo Curitiba 2035 evidenciou a necessidade de assegurar que as ações do poder público estejam sempre alinhadas aos interesses dos cidadãos e que os respectivos processos se consolidem de forma efetiva na região metropolitana. Dessa forma, a visão de futuro para Governança é:

Governança coletiva, efetiva e democrática para o desenvolvimento metropolitano sustentável e inteligente.

BARREIRAS

Considerando a situação atual, as principais barreiras à concretização dessa visão de futuro são:

- Descontinuidade de políticas públicas bem-sucedidas.
- Escassez de dados e informações sobre gestão pública.
- Inadequação dos canais de comunicação para os diferentes estratos da população.
- Participação social restrita no acompanhamento da gestão municipal.
- Incipiência da cultura de governança.
- Inexistência de um modelo de governança consolidado.
- Restrição no uso de tecnologias de informação e comunicação nos processos de governança.

FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

A reflexão coletiva sobre as barreiras para o alcance da visão de futuro da área temática culminou na identificação de quatro fatores críticos de sucesso que englobam as condições impeditivas atuais. São eles:

- Comunicação
- Educação e Cultura
- Modelo de Governança
- Políticas de Estado

Esses fatores críticos constituem-se em norteadores para a proposição das ações essenciais para o alcance da visão temática para Governança.

AÇÕES

A proposição de ações foi estruturada a partir dos fatores críticos de sucesso. O diagnóstico sobre a situação atual da municipalidade e a identificação das barreiras alimentaram as reflexões e permitiram a identificação de 86 ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazos, com vistas à concretização da visão de futuro para Governança.

Comunicação

Este fator crítico de sucesso está relacionado à promoção da comunicação efetiva entre gestão municipal e sociedade em todos os seus estratos, viabilizando que esta participe ativamente na tomada de decisões e realize o monitoramento de resultados da gestão municipal e metropolitana.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

G 01	Criação compartilhada de plano de comunicação da governança da municipalidade.
G 02	Diversificação e fortalecimento de canais de comunicação da gestão municipal concebidos dentro dos princípios de usabilidade.
G 03	Constituição de canal de comunicação para divulgação de iniciativas de participação cidadã.
G 04	Elaboração e implementação de campanhas para divulgação do modelo de governança vigente em uma linguagem acessível a diferentes públicos.
G 05	Desenvolvimento de matriz de responsabilidades do Governo Municipal e disponibilização em ambiente digital.
G 06	Sistematização e disponibilização de informação para a sociedade acerca das competências e responsabilidades de cada pasta de governo.
G 07	Cumprimento incondicional da lei de transparência, disponibilizando as informações públicas de forma ágil, atualizada, segura e em linguagem acessível à população.
G 08	Divulgação ampla de políticas públicas, metas e indicadores de gestão municipal.
G 09	Implantação de plataforma digital pública para encaminhamento e acompanhamento do *status* das demandas dos cidadãos.
G 10	Divulgação de plataforma colaborativa de dados abertos de interesse da sociedade.
G 11	Criação de plano de comunicação para disseminação do Curitiba 2035.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

G 12 Revisão compartilhada do plano de comunicação de governança da municipalidade.

G 13 Diversificação e aprimoramento de canais de participação e de deliberação política no âmbito da gestão municipal.

G 14 Atualização contínua de dados, informações e conteúdos de interesse da governança municipal.

G 15 Divulgação de resultados e avanços propostos pelo Curitiba 2035.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

G 16 Revisão de matriz de responsabilidades do Governo Municipal e disponibilização em novas mídias digitais.

G 17 Ampliação do conjunto de informações disponíveis na plataforma colaborativa de dados abertos de interesse da sociedade.

G 18 Divulgação de balanço dos resultados alcançados no âmbito do Curitiba 2035.

ANOTAÇÕES

Educação e Cultura

Este fator crítico abrange ações educativas e culturais que buscam dotar a população de conhecimentos, atitudes e valores que a auxiliem na avaliação e na tomada de decisões sobre aspectos relacionados à Governança de Curitiba e região metropolitana.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

G 19	Capacitação de professores sobre temas relacionados à governança, democracia, às funções do Estado e à educação cívica e cidadã.
G 20	Criação de programa de formação de professores para produção de conteúdos e metodologias de educação emancipatória.
G 21	Inclusão de conteúdos relacionados a governança, democracia, funções do Estado e educação cívica e cidadã de forma transversal no Ensino Médio.
G 22	Capacitação dos participantes dos conselhos municipais sobre temas correlatos à governança.
G 23	Criação de jogos educativos sobre os temas governança e participação popular, com foco na cidade de Curitiba e região metropolitana.
G 24	Elaboração de conteúdo educativo sobre governança produzido de modo compartilhado entre Governo Municipal e sociedade.
G 25	Desenvolvimento de *Massive Open On-line Courses* (*MOOCs*[147]) sobre temas relacionados à governança.
G 26	Ampliação de grupos e linhas de pesquisa sobre a RMC com orientação à governança.

[147] Cursos abertos ofertados por meio de ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas da *web* 2.0 ou redes sociais, que permitem que um grande número de alunos ampliem seus conhecimentos.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

G 27 Capacitação de lideranças comunitárias para administrar os problemas locais com metodologias inovadoras, como a de Impacto Coletivo[148].

G 28 Incremento de cursos de graduação e pós-graduação na RMC sobre temas relacionados à governança e a políticas públicas.

G 29 Criação de certificação em governança para líderes proficientes no tema.

G 30 Avaliação das estratégias de ensino-aprendizagem dos programas educacionais de governança municipal.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

G 31 Adequação de métodos e conteúdos dos programas educacionais de governança municipal considerando evolução do tema e processo avaliativo.

G 32 Criação de escola de governança pública de acesso gratuito para formação de lideranças.

ANOTAÇÕES

[148] Metodologia que defende o comprometimento de um grupo de atores estratégicos, de diferentes setores, para uma agenda comum voltada à solução de um problema social específico.

Modelo de Governança

Este fator crítico compreende o desenho e a implementação de processos de governança orientados a planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas, programas e demais dinâmicas que integram a gestão da cidade e região metropolitana, tendo em vista o uso eficiente dos recursos disponíveis (financeiros, humanos, tecnológicos, físicos, etc.) e otimização de resultados.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

G 33	Elaboração de proposta técnica sobre modelo de governança para o município.
G 34	Estabelecimento de dinâmica participativa para avaliação, interação e cocriação de modelo de governança considerando as diversas temáticas que compõem o Curitiba 2035.
G 35	Desenvolvimento de estudo e construção de plataforma para integração intersetorial dos sistemas e dados da gestão municipal.
G 36	Qualificação e aprimoramento do Portal de Dados Abertos e ampliação do acesso às informações municipais.
G 37	Definição de metas e indicadores para monitoramento da governança metropolitana.
G 38	Criação de mecanismos que ampliem o poder de decisão dos conselhos municipais na construção de políticas públicas.
G 39	Desenvolvimento de processo de rotatividade dos representantes dos conselhos participativos municipais.
G 40	Constituição de banco de especialistas externos para consulta técnica nas decisões sobre governança municipal.
G 41	Incremento da oferta de serviços públicos oferecidos pelas Ruas da Cidadania.
G 42	Ampliação e qualificação de plataformas inovadoras para agendamento de serviços públicos.
G 43	Elaboração de relatórios trimestrais com o acompanhamento de metas de governança municipal.
G 44	Estabelecimento de procedimentos para participação igualitária dos municípios da RMC nos processos de governança.
G 45	Ampliação da oferta de cursos de formação em governança, para servidores públicos, com ênfase em metodologias participativas.
G 46	Realização de *benchmarking* de ferramentas tecnológicas e de gestão para a prefeitura.
G 47	Criação de agenda intermunicipal de implementação de modelo de governança para a RMC.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

G 48	Aumento da atuação das câmaras técnicas na assessoria para governança municipal.
G 49	Criação de linhas de fomento voltadas ao desenvolvimento de projetos inovadores em governança.
G 50	Monitoramento contínuo dos modelos de governança de Curitiba e região metropolitana.
G 51	Balanço das atividades e aperfeiçoamento das governanças municipal e da RMC.
G 52	Criação de plano de integração intersetorial dos sistemas e dados da gestão municipal.
G 53	Criação de modelo de avaliação e qualificação dos processos burocráticos do município.
G 54	Criação de novos instrumentos que facilitem a participação da população nas decisões.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

G 55	Revisão e aperfeiçoamento do modelo de governança do município e seu desdobramento nas diversas temáticas do Curitiba 2035.
G 56	Desenvolvimento de estudo de avaliação sobre a continuidade de políticas públicas do município.

ANOTAÇÕES

Política de Estado

Este fator crítico abrange disposições, medidas e procedimentos que trazem a orientação política do município e regulam as atividades governamentais, relacionadas às tarefas de interesse da cidade, considerando especificidades do tema Governança.

AÇÕES DE CURTO PRAZO (2017-2020)

G 57	Engajamento da gestão municipal 2017-2020 na implementação de iniciativas do Curitiba 2035.
G 58	Implementação de políticas para atendimento do ODS 16[149] da ONU: Paz, justiça e instituições eficazes.
G 59	Desenvolvimento de estudo prospectivo sobre políticas orientadas ao tema governança.
G 60	Instituição de marco regulatório que estabeleça o desenho do modelo de governança do município.
G 61	Criação de procedimentos que prevejam e facilitem a participação popular como questão obrigatória na formulação de políticas públicas municipais.
G 62	Instituição de marco regulatório com diretrizes básicas para execução de parcerias público-privadas (PPP)[150].
G 63	Definição de diretrizes sobre a atuação em consórcio entre municípios da RMC.
G 64	Alinhamento das políticas públicas municipais às deliberações dos fóruns interconselhos[151].
G 65	Avaliação sistemática dos programas e políticas públicas estruturantes do município.
G 66	Criação de marco regulatório que determine a obrigatoriedade da comunicação, em diversas mídias, dos programas e projetos municipais.
G 67	Elaboração de medidas e procedimentos que orientem o desenvolvimento de conteúdos, metodologias e ações educacionais voltados à governança.
G 68	Monitoramento do processo de implementação do Curitiba 2035.
G 69	Implementação de painel de indicadores que acompanhe a evolução de Curitiba.
G 70	Implementação de painel de indicadores sobre dinâmicas urbanas da RMC.
G 71	Instituição de mecanismos de comprometimento dos candidatos às eleições municipais de 2020 para continuidade das propostas do planejamento Curitiba 2035.

[149] Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

[150] São contratos de prestação de obras ou serviços não inferiores a R$ 20 milhões, com duração mínima de cinco e no máximo 35 anos, firmados entre empresas privadas e os governos Federal, Estadual ou Municipal (PORTAL BRASIL, 2012).

[151] Os fóruns acontecem duas vezes ao ano, sendo uma por semestre, nos quais são apresentados os cumprimentos dos objetivos das metas e a execução orçamentária correspondente às agendas transversais.

AÇÕES DE MÉDIO PRAZO (2021-2027)

G 72	Engajamento da gestão municipal 2021-2024 na implementação de iniciativas do Curitiba 2035.
G 73	Monitoramento contínuo de indicadores relacionados ao ODS 16 da ONU: Paz, justiça e instituições eficazes.
G 74	Desenvolvimento de fórum para reflexão sobre transformações sociais e tecnológicas visando à adaptação da base legal de governança.
G 75	Criação de um sistema digital para avaliação de políticas públicas municipais pela sociedade.
G 76	Implementação de *big data*[152] sobre Curitiba e região metropolitana.
G 77	Avaliação dos processos de governança vinculados ao Curitiba 2035.
G 78	Monitoramento contínuo dos avanços do planejamento de longo prazo do Curitiba 2035.
G 79	Comprometimento dos candidatos às eleições municipais de 2025 para continuidade das propostas do planejamento Curitiba 2035.
G 80	Engajamento da gestão municipal 2025-2028 na implementação de iniciativas do Curitiba 2035.

AÇÕES DE LONGO PRAZO (2028-2035)

G 81	Instituição de mecanismos de comprometimento dos candidatos às eleições municipais de 2028 para continuidade das propostas do planejamento Curitiba 2035.
G 82	Engajamento da gestão municipal 2029-2032 na implementação de iniciativas do Curitiba 2035.
G 83	Reavaliação dos processos de governança vinculados ao Curitiba 2035.
G 84	Redesenho de programas e políticas públicas estruturantes do município com base no monitoramento do Curitiba 2035.
G 85	Articulação da sociedade em torno de nova reflexão prospectiva para o futuro de Curitiba em um horizonte de 20 anos.
G 86	Avaliação das estratégias metropolitanas de governança à luz dos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

[152] Grande conjunto da dados organizado em solução tecnológica.

ROADMAP

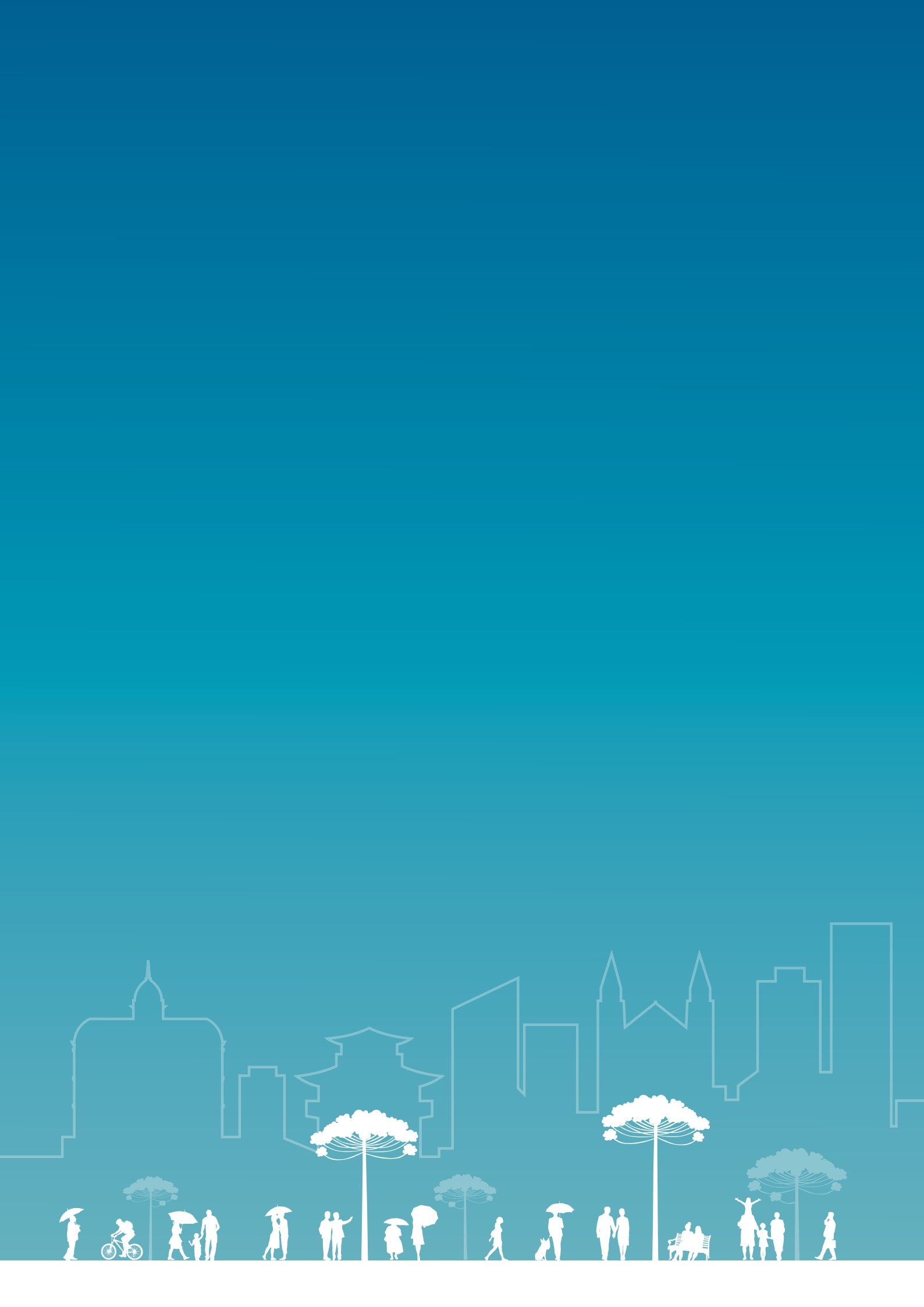
As reflexões realizadas nas 9 áreas temáticas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do município foram sistematizadas no *Roadmap* do Curitiba 2035.

O *Roadmap* permite a visão global das 9 temáticas prioritárias, com seus respectivos fatores críticos de sucesso e correspondentes ações de curto, médio e longo prazos, necessárias à concretização das visões temáticas de futuro.

O *Roadmap* Curitiba 2035 encontra-se anexo neste documento e pode ser acessado no site:

www.curitiba2035.org.br

ROADMAP 1 • CURITIBA 2035
ÁREAS TEMÁTICAS
FATORES CRÍTICOS
AÇÕES
VISÕES
Mobilidade e Transporte
Gestão
Infraestrutura
Legislação
Políticas Públicas
Saúde e Qualidade de Vida
Educação
Gestão
Políticas Públicas
Recursos
ROADMAP 2 • CURITIBA 2035
Meio Ambiente e Biodiversidade
Educação
Governança
Políticas
Recursos
Coexistência em uma Cidade Global
Educação e Cultura
Gestão
Infraestrutura
Políticas Públicas e Legislação
Governança
Comunicação
Educação e Cultura
Modelo de Governança
Políticas de Estado
Planejamento e Gestão Urbana
Diretrizes de Estado
Gestão e Governança
Educação e Cultura
Inovação
Segurança
Política de Estado
Gestão
Integração
Recursos



SÍNTESE

VISÕES TEMÁTICAS

Cidade da Educação e do Conhecimento	Excelência na educação de cidadãos protagonistas na produção de conhecimento e promotores de uma sociedade empreendedora de soluções inovadoras, inclusivas e sustentáveis, orientadas ao desenvolvimento integral do ser humano.
Desenvolvimento Socioeconômico	Metrópole sustentável, inteligente, orientada ao desenvolvimento humano e reconhecida pela criatividade e inovação no ambiente de negócios.
Mobilidade e Transporte	Curitiba: sistema metropolitano integrado, multi e intermodal, transparente, inteligente, dinâmico, seguro e sustentável, orientado para a cidadania e a mobilidade ativa.
Saúde e Qualidade de Vida	Curitiba: ambiente de equidade em saúde e qualidade de vida construído com educação, relações humanas, tecnologia e em harmonia com o meio ambiente.
Meio Ambiente e Biodiversidade	Curitiba: referência em conservação da biodiversidade, gestão e iniciativas ambientais inovadoras com protagonismo da sociedade.

Curitiba cosmopolita que inclui, integra, cuida, respeita e promove solidariedade, igualdade e sustentabilidade.

Coexistência em uma Cidade Global

Metrópole com planejamento integrado e gestão democrática, socialmente igualitária, mais humana, inovadora, inteligente, econômica e ambientalmente sustentável para o pleno exercício da cidadania.

Planejamento e Gestão Urbana

Curitiba: protagonista em segurança estratégica e participativa, promovendo uma cidade segura, sociável e humanizada.

Segurança

Governança coletiva, efetiva e democrática para o desenvolvimento metropolitano sustentável e inteligente.

Governança

VISÃO GLOBAL

Curitiba, cidade para as pessoas.

Metrópole inovadora,
criativa e sustentável,
referência em qualidade de vida,
cidadania plena
e ambiente de negócios.

Curitiba, cidade para viver.

EIXOS ESTRUTURANTES

Os eixos estruturantes traduzem os alicerces necessários para a concretização da visão global construída para Curitiba 2035. Estes foram identificados no decorrer das interações das diferentes frentes de reflexão e referem-se às questões de fundo que aparecem como pressupostos de base, ou pontos de partida, sem os quais não se pode ir além no processo de transformação cidadã.

A sua explicitação é fundamental no processo, pois coloca em relevo as bases de sustentação que condicionam o sucesso do planejamento de longo prazo para a cidade, se constituem como guias para orientação de esforços e monitoramento dos avanços.

Os eixos estruturantes depreendidos na construção coletiva do Curitiba 2035 foram:

- **Educação**
- **Qualidade de Vida**
- **Inovação e Criatividade**
- **Ambiente de Negócios**
- **Sustentabilidade**
- **Participação Cidadã**
- **Gestão Pública**

VETORES DE TRANSFORMAÇÃO

Os vetores de transformação sintetizam gatilhos de mudança e configuram-se, portanto, em prioridades para a ação. Estes foram abstraídos dos debates ocorridos ao longo da realização dos painéis de especialistas e traduzem a conjugação de forças aceleradoras na caminhada rumo à realização da visão global e das visões temáticas de futuro concebidas para Curitiba 2035.

Sua identificação tem por finalidade explicitar os focos de atenção no planejamento de longo prazo. Sendo adequadamente trabalhados, os vetores de transformação alavancam as condições para a concretização dos propósitos fixados.

- **Cidade da Educação e do Conhecimento**
  - Educação transformadora
  - Formação, atração e retenção de talentos
  - Consolidação dos ecossistemas de tecnologia, inovação e criatividade
- **Desenvolvimento Socioeconômico**
  - Atratividade do ambiente de negócios
  - Modernização tecnológica e de infraestrutura
  - Economia Criativa
- **Mobilidade e Transporte**
  - Acessibilidade e intermodalidade na mobilidade e no transporte
  - Segurança e integração na mobilidade e no transporte
  - Mobilidade ativa
- **Saúde e Qualidade de Vida**
  - Saúde e bem-estar da população
  - Integralidade e humanização na assistência em saúde
  - Políticas inovadoras para cultura, esporte e lazer

Meio Ambiente e Biodiversidade

Descarbonização da economia

Conhecimento e proteção do meio ambiente e da biodiversidade

Gestão efetiva da água e da energia

Coexistência em uma Cidade Global

Promoção da equidade, diversidade e inclusão

Redução da vulnerabilidade social

Preparação para a longevidade da população

Planejamento e Gestão Urbana

Soluções urbanas inteligentes e sustentáveis

Requalificação da infraestrutura urbana

Atratividade dos espaços públicos

Segurança

Cultura cidadã de segurança preventiva

Segurança estratégica e integrada

Redução da violência e da criminalidade

Governança

Políticas de Estado efetivas

Equidade, transparência, responsabilidade e conformidade na gestão pública

Protagonismo político do cidadão

MODELO DE GOVERNANÇA

Curitiba 2035 é uma iniciativa que busca estruturar um planejamento de longo prazo construído pela sociedade. Traduz um sonho de futuro para a cidade de Curitiba e para suas inter-relações metropolitanas.

A consecução desse planejamento dependerá da participação ativa da sociedade em todas as atividades nas diferentes etapas de implementação, acompanhamento e revisões que venham a ser necessárias. Ou seja, o sucesso do Curitiba 2035 depende da instauração de um processo de governança que possa orientar a execução das ações propostas, bem como aproximar e integrar os atores envolvidos na concretização do projeto de futuro do município, objetivando atingir as visões estabelecidas.

A constituição do processo de gestão participativa dentro dos pressupostos da governança passa por uma construção coletiva. Nesse sentido, as tratativas iniciais concentraram-se na identificação dos princípios a serem adotados.

Os princípios se constituem no conjunto de valores e regras que embasam a participação democrática no Curitiba 2035 no intuito de orientar a implementação do plano, respeitando os interesses e as características dos distintos *stakeholders* envolvidos. Nesse contexto, estes representam os pilares da governança do Curitiba 2035.

Princípios de Governança Curitiba 2035

Abrangência da participação • reflete o propósito de que a governança seja inclusiva, extensiva a todos os segmentos da sociedade.

Participação do cidadão • pactua a participação do cidadão em primeiro plano e salienta sua importância na estruturação da governança.

Diálogo deliberativo • evidencia o desejo de que a governança promova um ambiente propício ao intercâmbio, que seja formada por participantes que tenham interesses e opiniões distintas, e que as tomadas de decisão sejam feitas apoiadas em evidências corretamente interpretadas.

Interação contínua entre os atores • valoriza a proximidade e a presença contínua dos diferentes atores sociais na governança.

Interdependências • enfatiza a mútua dependência que existe entre as partes e o todo no âmbito da governança.

Criação de soluções conjuntas • traduz o desejo de que a governança seja proativa na proposição de soluções às dificuldades que venham a surgir e que, sobretudo, essas soluções sejam produto do trabalho conjunto.

Interesses coletivos • coloca em relevo a importância de que, a despeito dos distintos interesses das partes envolvidas, a governança seja pautada pela defesa dos interesses coletivos de Curitiba.

Propósitos compartilhados • aponta o desejo de que a governança seja regida por aspirações partilhadas entre todos os atores envolvidos.

Representatividade • sinaliza o desempenho da governança no que tange à representação dos interesses dos cidadãos.

Revisão periódica • assinala o desejo da governança de repensar periódica e sistematicamente seus processos e modos de operação.

Transparência • registra o propósito da governança de informar tudo aquilo que faz ou que possa afetar significativamente os interesses de alguma das partes envolvidas.

Os próximos passos na concepção do modelo de governança do Curitiba 2035 envolvem:

- Definição das estruturas de gestão necessárias ao enfrentamento dos desafios de implementação do planejamento prospectivo.
- Explicitação de práticas a serem adotadas no modelo de operação da governança.
- Elaboração de uma matriz de responsabilidades orientada aos distintos *stakelholders* do projeto.
- Definição de indicadores para acompanhamento das ações de curto, médio e longo prazos.
- Desenvolvimento de mecanismos para garantir o comprometimento das partes envolvidas.
- Desenho de rotinas e estratégias que promovam o engajamento dos cidadãos na governança do Curitiba 2035.
- Definição dos mecanismos de comunicação das atividades desenvolvidas.

CONVITE

O sucesso do Curitiba 2035 depende do comprometimento de todas as esferas que compõem a sociedade.

Todos são convidados a participar da construção de novas realidades.

Faça a sua parte:

- Acesse o site e mantenha-se informado www.curitiba2035.org.br
- Acompanhe os indicadores municipais no site do Curitiba 2035
- Curta a página no facebook: www.facebook.com/curitiba2035
- Participe da governança
- Engaje-se nos projetos e ações
- Monitore os avanços do Curitiba 2035

"O futuro não é somente o que pode acontecer, ou aquilo que tem as maiores chances de suceder. Ele é, também, em uma proporção que não para de crescer, aquilo que nós gostaríamos que ele fosse"

Gaston Berger

O desafio do futuro é o presente.
Seja protagonista da transformação.

AGRADECIMENTOS

Os esforços empreendidos na construção do Curitiba 2035 são resultado da contribuição de uma série de atores sociais, cada um colaborando ao seu modo e de forma complementar, tornando esse exercício prospectivo uma obra coletiva. Dessa forma, a seguir são expressos os sinceros agradecimentos a todos os envolvidos nesse processo.

À Comunitas, por articular parcerias e processos que forneceram as condições necessárias para a realização do trabalho.

Às lideranças empresariais do programa Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável, que acreditaram na proposta e acompanharam toda a iniciativa.

Ao Instituto Arapyaú, por contribuir ativamente na viabilização e no acompanhamento da iniciativa.

Ao Sistema Fiep, pela contribuição na viabilização e disponibilização de infraestrutura para as atividades de inteligência coletiva.

À Prefeitura Municipal de Curitiba, pelas diversas contribuições técnicas, disponibilização de infraestrutura, bem como demais empreendimentos de esforços para o sucesso da iniciativa.

Ao Senai-PR e ao Observatório Sistema Fiep que conduziu técnica e metodologicamente as atividades de planejamento e construção do Curitiba 2035.

Ao Sebrae-PR, por todo apoio concedido à iniciativa, especialmente pelas contribuições técnicas, operacionais e disponibilização de infraestrutura para as reuniões e os painéis de especialistas.

À Fecomércio-PR, à PUC-PR, ao Paraná Metrologia e ao Sinduscon-PR, por todo apoio dispendido e por contribuírem na infraestrutura para os painéis do Curitiba 2035.

À Sociedade Global, por cooperar tecnicamente no desenho do modelo de governança do Curitiba 2035.

Ao Comitê Executivo Curitiba 2035, e particularmente ao Instituto Votorantim e ao Instituto Atuação, pelo acompanhamento de todas as etapas da reflexão prospectiva, garantindo que atividades e processos previstos fossem operacionalizados dentro do programado.

Ao Comitê Gestor Curitiba 2035, que possibilitou a garantia da qualidade técnica do processo, a sensibilização de instituições e atores, a disseminação das etapas e resultados da iniciativa e a consolidação da governança do Curitiba 2035.

Aos participantes dos painéis estratégicos e de especialistas, que em um gesto de cidadania, dedicaram horas preciosas de suas vidas para construção dos conteúdos.

A todos que contribuíram com o enriquecimento do conteúdo do projeto por meio da participação na consulta *web*.

Aos cidadãos que expressaram suas contribuições para o futuro de Curitiba no horizonte de 2035.

Por fim, a todos os interessados em tornarem o conteúdo desse plano realidade, avançando nos projetos necessários à materialização do sonho de futuro para Curitiba.

PARTICIPANTES

COMITÊ EXECUTIVO

Nome Completo	Instituição
Alexandre Jarschel de Oliveira	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituo Municipal de Administração Pública (Gestão 2017-2020)
Alexandre Schneider	Instituto Arapyaú
Álvaro Rodríguez	Comunitas
Ana Cristina Wollmann Zornig Jayme	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração – SEPLAD (Gestão 2013-2016)
Clarissa Malinverni B. C. de Souza	Comunitas
Cynthia Juraszek Maia Batista	Prefeitura Municipal de Curitiba (Gestão 2017-2020)
Dayane Reis	Comunitas
Fábio Dória Scatolin	Prefeitura Municipal de Curitiba – SEPLAD (Gestão 2013-2016)
Frederico Lacerda	Prefeitura Municipal de Curitiba – Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A
Gina Gulineli Paladino	Prefeitura Municipal de Curitiba – Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A
Gustavo Bernardino	Comunitas
Ilaine Melo	Comunitas
Juliana de Rezende Penhaki	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/PR) – Observatório Sistema Fiep
Laila Del Bem Seleme Wildauer	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/PR) – Observatório Sistema Fiep
Leticia Barreto Maciel Nogueira	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/PR) – Observatório Sistema Fiep
Liana Maria da Frota Carleial	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP (Gestão 2013-2016)
Luis Henrique Campos	Instituto Votorantim
Luiz Carlos Almeida Oliveira	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria de Informação e Tecnologia – SIT (Gestão 2013-2016)
Luiz Fernando de Souza Jamur	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria do Governo Municipal (Gestão 2017-2020)
Marcia Schilling	Prefeitura Municipal de Curitiba (Gestão 2017-2020)
Maria Gabriela Beloto	Comunitas
Marilia de Souza	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/PR) – Observatório Sistema Fiep
Mônica Guimaraes Santanna	Prefeitura Municipal de Curitiba (Gestão 2017-2020)

Nome Completo	Instituição
Paulo Roberto de Mello Miranda	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria de Informação e Tecnologia – SIT (Gestão 2013-2016)
Patricia Loyola	Comunitas
Rafaella Munhoz da Rocha Lacerda	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP (Gestão 2013-2016)
Raquel Valença	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/PR) – Observatório Sistema Fiep
Regina Esteves	Comunitas
Rodrigo Agostinho	Instituto Arapyaú
Ronyse Pacheco	Comunitas
Rosana Aparecida Martinez Kanufre	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP (Gestão 2013-2016)
Thais Ferraz	Instituto Arapyaú
Tayara Calina	Instituto Arapyaú
Washington Bonfim	Comunitas

COMITÊ GESTOR

Nome Completo	Instituição
Alberto Maia da Rocha Paranhos	Instituto Jaime Lerner
Alexandre Jarschel de Oliveira	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP (Gestão 2017-2020)
Altair Olivo Santin	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)
Ana Cristina Wollmann Zornig Jayme	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração – SEPLAD (Gestão 2013-2016)
Anna Gabriella Tempesta	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Carmem Regina Murara	Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM)
Carolina Teles Campos do Nascimento	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP (Gestão 2017-2020)
Cezar Augusto Romano	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Cynthia Juraszek Maia Batista	Prefeitura Municipal de Curitiba (Gestão 2017-2020)
Diego Baptista	Sociedade Global
Ednilson Guioti	Grupo Marista
Edson Luiz Campagnolo	Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sistema Fiep)
Eleonora Bonato Fruet	Prefeitura Municipal de Curitiba ¬ Secretaria Municipal de Finanças – SMF (Gestão 2013-2016)

Nome Completo	Instituição
Fabiano Camargo da Silva	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
Fernando da Silva Lorenz	Instituto Brasileiro Qualidade e Produtividade (IBQP)
Frederico Augusto Munhoz da Rocha	Prefeitura Municipal de Curitiba – Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A (Gestão 2017-2020)
Gina Gulineli Paladino	Prefeitura Municipal de Curitiba – Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A (Gestão 2013-2016)
Graciela Inês Bolzón de Muniz	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Gustavo Bernardino	Comunitas
Gustavo Fanaya	Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP)
Helio Bampi	Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e Conselho Temático de Desenvolvimento das Cidades
José Henrique de Faria	Instituto Superior de Administração e Economia (Isae FGV)
José Pio Martins	Universidade Positivo (UP)
José Ricardo Castelo Campos	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)
Ligia Perissinoto Martins	Comunitas
Luciano Minghini	Instituto Superior de Administração e Economia (Isae FGV)
Lucimara Stoll Roman	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Luisiana Paganelli Silva	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (Gestão 2013-2016)
Luiz Carlos de Almeida Oliveira	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria de Informação e Tecnologia – SIT (Gestão 2013-2016)
Luiz Gustavo Comeli	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PR)
Luiz Marcio Spinosa	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP)
Marcelo Antonio Percicotti da Silva	Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep)
Marco Antonio Mazzonetto	Endeavor
Maria Luiza Marques Dias	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Mariana Thomé Foresti	Endeavor
Oscar Fergutz	Fundação AVINA
Paula Cristina Trevilatto	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)

Nome Completo	Instituição
Paulo Roberto de Mello Miranda	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria de Informação e Tecnologia – SIT (Gestão 2013-2016)
Pedro José Steiner	Universidade Positivo (UP)
Pedro Veiga	Instituto Atuação
Rafael Greca	Prefeitura Municipal de Curitiba (Gestão 2017-2020)
Rafaella Munhoz da Rocha Lacerda	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP (Gestão 2017-2020)
Rodrigo Casagrande	Instituto Superior de Administração e Economia (Isae FGV)
Rodrigo Sepulcri Rosalem	Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio/PR)
Sandro Silva	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
Sérgio Povoa Pires	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (Gestão 2013-2016)
Silvia Amelia Camargo Chede Salton Rosek	Instituto Lactec
Tiago Francisco da Silva	Prefeitura Municipal de Curitiba – Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A (Gestão 2017-2020)
Vinícius Baltazar Milani	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PR)
Waldemiro Gremski	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)
Walter Xavier	Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio/PR)
Zaki Akel Sobrinho	Universidade Federal do Paraná (UFPR)

ESPECIALISTAS DOS PAINÉIS

Nome Completo	Instituição
Adalberto Scortegagna	Colégio Bom Jesus
Adilson Luiz de Paula Souza	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/PR)
Adriane Cristina Cardozo	Colégio Marista Paranaense
Adriane Vortolin	Prefeitura Municipal de Curitiba – Departamento de Turismo (Gestão 2013-2016) e (Gestão 2017-2020)
Alessandro Zimmer	Institutos Lactec
Alexandre Fernandes Macedo	Prefeitura Municipal de Curitiba – Fundação de Ação Social – FAS (Gestão 2013-2016)
Alexandre Grenteski	Renault do Brasil

Nome Completo	Instituição
Alexandre Jarschel de Oliveira	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP)
Alexandre Schlegel	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Assuntos Metropolitanos – SMAM (Gestão 2013-2016)
Aline Calefi Lima	Serviço Social da Indústria (Sesi/PR)
Altair Damas Rossato	Hospital de Idoso Zilda Arns
Aluisio de Oliveira Dutra Junior	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMEJ (Gestão 2013-2016)
Ana Carolina Benelli	Profissional Liberal/Pesquisadora
Ana Clarissa Hupfer	Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio/PR) e Serviço Social do Comércio (Sesc)
Ana Claudia Santano	Centro Universitário Autônomo do Brasil (Unibrasil)
Ana Cristina Wollmann Zornig Jayme	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração – SEPLAD (Gestão 2013-2016)
Ana Lucia Fiebrantz Pinto	Fundação de Apoio e Valorização do Idoso (Favi)
Ana Paula G. Bertolin	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria da Informação e Tecnologia (SIT) e Secretaria Municipal de Administração (SMA)
Anderson Chalegre de Moraes	PBI Segurança Digital
André Luiz Gutierrez	Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná (SINCLAPOL)
Andrea Luiza Curralinho Braga	Pontifícia Universidade Católica do Paraná -(PUC/PR)
Angela Augusta Munaro	Prefeitura Municipal de Curitiba – Urbanização de Curitiba S/A – URBS (Gestão 2013-2016)
Angela Souza	Assessoria Parlamentar da Deputada Federal Christiane Yared
Anne Martins	Colégio Bom Jesus
Anthony Ziobro	Instituto Robert Bosch
Antonio Borges dos Reis	Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR)
Antonio Carlos Domingues	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAU)
Antonio Carlos Gerardi	Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR)
Antonio César de Lima	Grupo Bagozzi
Antonio Miranda	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba –IPPUC (Gestão 2013-2016)
Antonio Rocha	Prefeitura Municipal de Curitiba – Fundação de Ação Social – FAZ (Gestão 2013-2016)
Antonio Sergio de Souza Guetter	Copel Distribuição S.A.
Aparecida de Fátima Machado Nogarolli	Movimento Nossa Curitiba

Nome Completo	Instituição
Ariadne Daher	Instituto Jaime Lerner
Arlineu Ribas	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/PR)
Armando Romero	Conselho Regional de Administração (CRA)
Arnaldo Rebello	Centro Universitário Curitiba – Unicuritiba
Astrid Cristianne Dilger Sanches	Prefeitura Municipal de Curitiba – Urbanização de Curitiba S/A – URBS (Gestão 2013-2016)
Betina Ortiz Bruel	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)
Bianca Brasil	Fundação Grupo Boticário
Bruna Trierweiler Shigueoka Roesler	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/PR)
Bruno Campagnolo de Paula	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)
Cadri Massuda	Clínica Paranaense de Assistência Médica (CLINIPAM)
Carla Cavichiolo Flores	Copta Produções
Carlos Alberto da Costa Macedo	Governo do Estado do Paraná – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC (Gestão 2015-2018)
Carlos Alberto Jahn	Colégio N. Sra. Medianeira – Rede Jesuíta de Educação
Carlos Augusto Sperandio Junior	Hospital Santa Cruz
Carlos de Paula	Renault do Brasil
Carlos Hardt	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)
Carlos Longo	Universidade Positivo (UP)
Carlos Rodolfo Sandrini	Centro Europeu
Carmem Regina Murara	Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM)
Carmen Moura	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal da Saúde – SMS (Gestão (2013-2016)
Carolina Teles Campos do Nascimento	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP)
Celso Kataloski	Conselho Comunitário de Segurança do Bacacheri
César Monte Serrat Titton	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal da Saúde – SMS (Gestão 2013-2016)
Cesar Reinaldo Rissete	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PR)

Nome Completo	Instituição
Cezar Augusto Romano	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Cínthya Carvalho	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal da Educação – SME (Gestão 2013-2016)
Cíntia Dilay	Clínica Paranaense de Assistência Médica (CLINIPAM)
Cíntia Wendler	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal da Educação – SME (Gestão 2013-2016)
Claudia Cristina Machado	FAE Business School
Claudia Romanini	Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM)
Claudia Saçaki	Conselho Comunitário de Segurança Central e Cia do Suco
Cláudio Augusto de Oliveira	Prefeitura Municipal de Curitiba – Guarda Municipal de Curitiba (Gestão 2013-2016)
Cledio Sobreira da Silva	Universidade Positivo (UP) e Contemporânea Administração e Consultoria Ltda.
Clovis Ultramari	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)
Cristiane Santos	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Turismo (Gestão 2013-2016)
Cristina de Araújo Lima	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Daniela Mizuta	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (Gestão 2013-2016)
Daniela Rosa de Lelis Oliveira	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/PR)
Daniele Cristina Adão	Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)
Danilo Herek	Ciclo Ativismo
Décio Estevão do Nascimento	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Denise Piotto Leonardi	Universidade Positivo (UP)
Diego Baptista	Sociedade Global
Diva Irene Da Paz Vieira	Serviço Social da Indústria (Sesi/PR)
Domingos José Budel	Centro di Cultura Italiana PR/SC
Duncan O'Cruadhlaoich	Ecocity Group Curitiba
Edson Luiz Guariza	Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio/PR)
Eduardo Delabio	Mondelēz International Inc.

Nome Completo	Instituição
Eduardo Gomes Pinheiro	Governo do Estado do Paraná – Casa Militar (Gestão 2015-2018)
Eduardo Henrique Titão Motta	Governo do Estado do Paraná – Polícia Militar do Estado do Paraná – 1º Comando Regional (Gestão 2015-2018)
Eduardo Pimentel	Prefeitura Municipal de Curitiba (Gestão 2017-2020)
Eduardo Gomes Pinheiro	Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED/PR)
Elcio Karas	Prefeitura Municipal de Curitiba – Urbanização de Curitiba S/A – URBS (Gestão 2013-2016)
Elenice Mara Matos Novak	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Eleonora Bonato Fruet	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Finanças – SMF (Gestão 2013-2016)
Eliane de Fátima Elias	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração – SEPLAD (Gestão 2013-2016)
Elizandra Flavia de Araujo de Oliveira	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal do Abastecimento – SMAB (Gestão 2013-2016)
Emerson Cleyton de Souza Pinto	Governo do Estado do Paraná – Polícia Militar
Enio de Aragon	Positivo Informática S.A.
Enzo Bergamaschi	Câmara Ítalo Brasileira de Comércio e Indústria do Paraná
Evandro Razzoto	Governo do Estado do Paraná – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI (Gestão 2015-2018)
Evelise Maria Labatut Portilho	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)
Fabiano Camargo da Silva	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
Fábio Dória Scatolin	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração – SEPLAD (Gestão 2013-2016)
Fabio Hideki Ono	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PR)
Fabio Silveira	Instituto Robert Bosch
Fabricio Julio Braga	Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio/PR)
Felipe Gonçalves	Comunitas
Fernanda Costa	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP (Gestão 2013-2016)
Fernando da Silva Lorenz	Instituto Brasileiro Qualidade e Produtividade (IBQP)
Fernando Maurício Signorini	Associação de Moradores e Empresários das Mercês e Vista Alegre (AMOEM) e Conselho Comunitário de Segurança Mercês e Vista Alegre

Nome Completo	Instituição
Filipe Miguel Cassapo	Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sistema Fiep)
Flávio Daniel Saavedra Tomasich	Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Hospital de Clínicas da UFPR (HC)
Flavio de Souza Waluszko	Copel Telecomunicações S.A
Francielle Henrique Lucena	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência – SEDPED (Gestão 2013-2016)
Francisco Caron Malucelli	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (Gestão 2013-2016)
Franki Kleberson Kucher	Rede Marista de Solidariedade
Frederico Augusto Munhoz da Rocha	Prefeitura Municipal de Curitiba – Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A
Gabriel Mocellin	Governo do Estado do Paraná – Polícia Militar – Corpo de Bombeiros
Gerson Gross	Governo do Estado do Paraná – Polícia Militar – Corpo de Bombeiros
Gianna de Rossi	Instituto Jaime Lerner
Gil Fernando Bueno Polidoro	Governo do Estado do Paraná – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC (Gestão 2015-2018)
Gilberto Inácio Rosa	Conselho Regional de Medicina do Paraná –CRM-PR
Gina Gulineli Paladino	Prefeitura Municipal de Curitiba – Agência Curitiba de Desenvolvimento S/A (Gestão 2013-2016)
Graciela Sanjutá Soares Faria	Centro Universitário Autônomo do Brasil (Unibrasil)
Guilherme Felipe Klock	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)
Gustavo Fanaya	Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP)
Gustavo Fruet	Prefeitura Municipal de Curitiba - (Gestão 2013-2016)
Gustavo Garrett	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Trânsito – SETRAN (Gestão 2013-2016)
Gustavo Hexsel Segui	International School of Curitiba
Helio Bampi	Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) e Conselho Temático de Desenvolvimento das Cidades
Heloisa Neves da Rocha	Instituto Paz no Trânsito
Hudson P. Santos	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU (Gestão 2013-2016)
Humberto Maciel França Madeira	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)

Nome Completo	Instituição
Isabela Drago	Movimento Nacional Nós Podemos – ODS Paraná
Ismael Bagatin França	Prefeitura Municipal de Curitiba – Urbanização de Curitiba S/A – URBS (Gestão 2013-2016)
Ivo Reck Neto	Prefeitura Municipal de Curitiba – PMC (Gestão 2013-2016)
Ivo Sergio Pereira Santos	Organização Ambiental Sócio Agro Arte Cultural Brinque e Limpe
Jacques Magalhães Benain	Positivo Informática S/A
Jamil Moises Frare Assis	Instituto Atuação
Jean Louis de Oliveira	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/PR)
Jefferson Luis Bellenda	Parque de Software de Curitiba
João Heitor Martins Franco	Associação Paranaense de Reabilitação (APR)
João Guido de Castro Campelo	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná
João Vicente Ferrari	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SEDPCD (Gestão 2013-2016)
Jorge Gomes de Oliveira Brand	Câmara Municipal de Curitiba
Jose Alvaro Twardowski	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba IPPUC (Gestão (2013-2016)
José Carlos Assunção Belotto	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
José Carlos do Nascimento	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PR)
José Carlos Mendes do Nascimento	Conselho Comunitário de Segurança do Jardim das Américas
José Henrique de Faria	Instituto Superior de Administração e Economia (Isae FGV)
José Ricardo Castelo Campos	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PR)
Jucimeri Isolda Silveira	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)
Juliana Baladelli Ribeiro	Fundação Grupo Boticário
Juliana Ferreira Santos Bastos De Lacerda	Serviço Social da Indústria (Sesi/PR)
Juliana Romano	Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná (FACIAP)
Juliane Oliveira	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal da Saúde – SMS (Gestão 2013-2016)
Julio P. de J. Pontes	Prefeitura Municipal de Curitiba – Urbanização de Curitiba S/A (URBS)

Nome Completo	Instituição
Ketlin Kelli Vosguerau Volcov	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (Gestão 2013-2016)
Khalil Gibran Martins Zeraik Abdalla	Rede Marista de Solidariedade
Kleber Wlader Mendes Pereira	Serviço Social da Indústria (Sesi/PR)
Leandro Kaminski	Renault do Brasil
Leila Cristina Duflot	Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba (FEAES)
Letícia Castro	Centro Brasil Design
Leticia Mara de Meira	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal da Educação – SME (Gestão 2013-2016)
Lia Nara Paludo	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal do Abastecimento – SMAB (Gestão 2013-2016)
Liana Maria da Frota Carleial	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP (Gestão 2013-2016)
Lília Coelho	Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba)
Lisana Katia Schmitz Santos	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Luciana Elisabete Savaris	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal da Saúde – SMS (Gestão 2013-2016)
Luciana Maria Ceccatto de Lima	Colégio Novo Ateneu
Luciano Minghini	Instituto Superior de Administração e Economia (Isae FGV)
Luciano Planca	Associação Paranaense de Reabilitação (APR)
Luciano Sotomaior	Colégio Positivo
Luis Felipe Strugo	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Turismo
Luisa Correa Jahn	Renault do Brasil
Luisiana Paganelli Silva	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (Gestão 2013-2016)
Luiz Alberto Lenz César	CWBus e Setransp
Luiz Carlos de Almeida Oliveira	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria de Informação e Tecnologia – SIT (Gestão (2013-2016)
Luiz Fernando Novak	Coritiba Esporte Clube e Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Luiz Gustavo Comeli	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PR)

Nome Completo	Instituição
Luiz Henrique Strapasson Mileck	Coletivo Alimentar
Luiz Marcio Spinosa	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR) e Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP)
Luzimar Ogradowski	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA
Marcelle Borges	TETO Brasil – Paraná
Marcelo Ademir Zanchi	R2M Business e Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal do Abastecimento – SMAB (Gestão (2013-2016)
Marcelo Antonio Percicotti da Silva	Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep)
Marcelo Bordin	Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH) e Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Marcelo Franco Munaretto	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal do Abastecimento – SMAB (Gestão 2013-2016)
Marcelo Gonçalves	Reurb
Marcelo Woiciechovski	APL de Software
Marcia Oleskovicz Fruet	Prefeitura Municipal de Curitiba – Fundação de Ação Social – FAS (Gestão 2013-2016)
Márcia Regina Krama	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)
Marcio Augusto de Toledo Teixeira	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (Gestão 2013-2016)
Marcio Henrique de Sousa Carboni	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Marco Antonio Mazzonetto	Endeavor
Marcos Aurélio Teixeira Nascimento	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Polícia Científica do Paraná – Instituto de Criminalística (ICPR)
Marcos Teodoro Scheremeta	Governo do Estado do Paraná – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC (Gestão 2015-2018)
Margareth de Andrade Nascimento	Conselho Comunitário de Segurança do Jardim das Américas e Associação de Moradores e Amigos do Jardim das Américas e Região (Amajam)
Maria do Socorro F. Moraes	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal da Educação – SME (Gestão 2013-2016)
Maria Lucia Gomes	Conselho Comunitário de Segurança Central
Maria Lúcia Nakid Moro	Instituto Brasileiro Qualidade e Produtividade (IBQP)
Maria Vania de Oliveira Souza	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/PR)
Mariana Daros de Amorim	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal da Saúde – SMS (Gestão 2013-2016)

Nome Completo	Instituição
Mariano de Matos Macedo	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Mário Angelo Massagardi	Bosch
Marlon Alves Cardoso	Prefeitura Municipal de Curitiba – Gestão Integrada Municipal em Segurança Pública – (Gestão 2013-2016)
Marlon Misael Terres	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal da Educação – SME (Gestão 2013-2016)
Mauro Gil Meger	Agência Nacional em Mobilidade (ANAMOB)
Mauro J. S. Magalhães	Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado do Paraná (Setransp)
Miguel Gaissler	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)
Miguel Igino Valentini	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai/PR)
Mônica Jambersi Taques	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal do Abastecimento – SMAB (Gestão 2013-2016)
Nara Tudela Haberland	Bosch
Naudal Alves Gomes	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
Nestor Cortez Saavedra Filho	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Omar Akel	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)
Orlando Pinto Ribeiro	Reurb
Ozana de Campos	Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)
Pablo Sérgio M. Ruiz Diaz	Hospital Santa Cruz e Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região
Patrícia Charvet	Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sistema Fiep)
Patrícia Loyola	Comunitas
Patrícia Reis	Patrícia Reis – Pesquisa e Tendência
Patrizia Bittencourt Pereira	Rede de Economia Criativa do Paraná (REDEC/PR)
Paula Berman	Code for Curitiba
Paulo César Nauiack	Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio/PR)
Paulo David Choinski	Governo do Estado do Paraná – Secretaria de Educação do Estado do Paraná
Paulo Eugênio Pachechenik	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e Faculdade Educacional Araucária (Facear)

Nome Completo	Instituição
Paulo Otávio Mussi Augusto	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)
Paulo Roberto de Mello Miranda	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria de Informação e Tecnologia – SIT (Gestão 2013-2016)
Pedro Henrique Scherner Romanel	Prefeitura Municipal de Curitiba – Urbanização de Curitiba S/A – URBS (Gestão 2013-2016)
Pedro José Steiner	Universidade Positivo (UP)
Peter Otavio da Costa	Instituto Paz no Trânsito
Quelcy Barreiros Corrêa	Centro de Tecnologia em Saúde e Meio Ambiente (TECPAR)
Rafael Enes	Prefeitura Municipal de Curitiba – Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB)
Rafael Geha Serta	EHON Ambiental
Rafael Greca	Prefeitura Municipal de Curitiba (Gestão 2017-2020)
Rafaela Marengo	Centro Cultural da Espanha
Rafaella Munhoz da Rocha Lacerda	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP)
Reginaldo Luiz dos Santos Cordeiro	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU (Gestão 2013-2016)
Renato Domdrowski	Sociedade Global
Renato de Faria	Bosch
Roberlayne de Oliveira Borges Roballo	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Educação – SME (Gestão 2013-2016)
Roberto Gregorio da Silva Junior	Prefeitura Municipal de Curitiba – Urbanização de Curitiba S.A. – URBS (Gestão 2013-2016)
Roberto Ribeiro	Instituto Robert Bosch
Robson Cláudio Ferreira Lima	Governo do Estado do Paraná – Policia Militar do Estado do Paraná – PMPR (Gestão 2015-2018)
Rodolfo Ernesto Schneider Junior	Instituto Pró Cidadania de Curitiba (IPCC)
Rodrigo Meister de Almeida	Serviço Social da Indústria (Sesi/PR)
Rodrigo Rafael de Medeiros Martins	Amazing Graphics do Brasil e Sindicato da Indústria Audiovisual do Paraná (SIAPAR)
Rodrigo Sepulcri Rosalem	Federação do Comércio do Estado do Paraná (Fecomércio/PR)
Rogério Andrade Mulinari	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Rohanito Navarro de Goes	Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná (SINCLAPOL)

Nome Completo	Instituição
Rômulo Vieira Ferreira	Faculdade Camões
Rosane Fontoura	Serviço Social da Indústria (Sesi/PR)
Rosangela Maria Battistella	Associação Nacional de Transportes Públicos do Paraná e Prefeitura Municipal de Curitiba – Urbanização de Curitiba S.A. (URBS)
Rosicler Kornn Durigan	Rede Feminina de Combate ao Câncer – Erasto Gaertner (RFCC-EG)
Rosilei Ferrarini	Serviço Social da Indústria do Paraná (Sesi/PR)
Rosires Pereira de Andrade	Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Hospital das Clínicas (HC)
Rossano Silva	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Sandra Bertoli	Serviço Social do Comércio (SESC)
Sandro Silva	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
Sergio Moschioni	Renault do Brasil
Sérgio Povoa Pires	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC (Gestão 2013-2016)
Sicarlos Pereira Sampaio	Prefeitura Municipal de Curitiba – Guarda Municipal de Curitiba (Gestão 2013-2016)
Sidnei Beleizario de Melo	Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná (SINCLAPOL)
Silvia Amelia Camargo Chede Salton Rosek	Institutos Lactec
Silvia Barcik	Renault do Brasil
Silvia Bramucci Rocha	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal do Abastecimento – SMAB (Gestão 2013-2016)
Simone Pinto	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do Paraná (SBGG)
Sônia Stertz	Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos (SBCTA) e Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Sueli Ota	Governo do Estado do Paraná – Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMA (Gestão 2015-2018)
Suzana Valente	Prefeitura Municipal de Curitiba – Fundação de Ação Social (FAS)
Suzinkelli Aparecida Morinigo Marcolino	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/PR)
Tatiana Gadda	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Tatiana Turra Korman	Curitiba, Região e Litoral Convention & Visitors Bureau (CCVB)

Nome Completo	Instituição
Teresa Cristina Ritzmann Torres	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)
Thamile Chimenez Franzini	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (Gestão 2013-2016)
Ubiraci Rodrigues	Prefeitura Municipal de Curitiba – Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB (Gestão 2013-2016)
Valéria M. Rolem	Prefeitura Municipal de Curitiba – Instituto Municipal de Turismo (Gestão 2013-2016)
Vinícius Baltazar Milani	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PR)
Virgílio Moreira	Virgílio Moreira Participações
Vitor Last Pintarelli	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia do Paraná (SBGG)
Viviane Coêlho de Séllos-Knoerr	Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba)
Walderes Aparecida Filus	Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)
Walter Gustavo Linzmayer	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná (CAUPR)
Wanda Cristina Camargo	Centro Universitário Autônomo do Brasil (Unibrasil)
Wilhelm Eduard Milward de Azevedo Meiners	Prefeitura Municipal de Curitiba – Secretaria Municipal de Planejamento e Administração –SEPLAD (Gestão 2013-2016) e Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR)
Willian Albino	Legado Ambiental
Yury Patricia Mendes da Silva	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac/PR)
Zaki Akel Sobrinho	Universidade Federal do Paraná (UFPR)

EQUIPES TÉCNICAS

COMUNITAS

Cooperação Estratégica
Regina Esteves
Washington Bonfim
Ronyse Pacheco
Patricia Loyola
Ilaine Melo
Clarissa Malinverni
Dayane Reis
Gustavo Bernardino
Maria Gabriela Beloto
Álvaro Rodríguez

ARAPYAÚ

Cooperação Estratégica
Marcelo Furtado

Colaboração Técnica
Adriana Cestari
Rodrigo Agostinho
Tayara Calina
Thais Ferraz

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

Gestão 2013-2016
Cooperação Estratégica
Fabio Dória Scatolin
Gina Gulinelli Paladino
Paulo Roberto de Mello Miranda

Colaboração Técnica
Ana Cristina Wollmann Zornig Jayme

Gestão 2017-2020
Cooperação Estratégica
Cynthia Juraszek Maia Batista
Luiz Fernando de Souza Jamur
Monica Guimarães Santanna
Rafaella Munhoz da Rocha Lacerda

Colaboração Técnica
Adriane Cristina dos Santos
Alexandre Matschinske
Ana Cristina Wollmann Zornig Jayme
Damaris da Silva Seraphim
Leny Mary de Goes Toniolo
Magali do Rocio Montalto Breda
Maria Aparecida Miranda Gonçalves
Maria Cristina Ribeiro Trovão Santana
Mariana Lago Bernoldi
Mariana Santiago Delattre Wollmann
Raquel Ferraro Cubas
Teresa de Fatima Fernandes

REALIZAÇÃO

SISTEMA FIEP
Observatório Sistema Fiep

Coordenação Geral
Marilia de Souza

Coordenação Técnica
Laila Del Bem Seleme Wildauer
Geraldo Morceli Bolzani Junior

Colaboração Técnica
Adriana Cristina Becegato
Aline Bortoluzzi
Ariane Hinça Schneider
Camila Rigon Peixoto
Carla Adriane Fontana Simão
Lilian Machado Moya Makishi
Mariana Fantini
Marina Ferreira de Castro Wille
Marcos Paulo Rosa
Paulo Eduardo Monteiro
Renata Alvarez Coelho
Sidarta Ruthes de Lima

Mobilização de Atores
Juliana de Rezende Penhaki
Marcos Paulo Rosa

Desenvolvimento *Web*
Douglas Martinello Karling
Kleber Eduardo Nogueira Cioccari
Kleber Cuissi Canuto

Coordenação e Organização da Publicação
Laila Del Bem Seleme Wildauer
Marilia de Souza
Raquel Valença

Autoria
Angelo Guimarães Simão
Carlos Eduardo Frohlich
Cristine Bosch
Gabriel Mizukawa
Geraldo Morceli Bolzani Junior
Josias Rickli Neto
Juliana de Rezende Penhaki
Laila Del Bem Seleme Wildauer
Letícia Barreto Maciel Nogueira
Maicon Gonçalves Silva
Marilia de Souza
Michelli Gonçalves Stumm
Ramiro Gustavo Fernandes Pissetti
Raquel Valença
Tiago Fernandes Gomes

Coordenação dos Estudos de Base
Raquel Valença
Maicon Gonçalves Silva
Michelli Gonçalves Stumm

Editoração
Ramiro Gustavo Fernandes Pissetti

Projeto Gráfico e Diagramação
Aline de Fátima Kavinski
Katia Franciele Villagra

Revisão
Juliane Bazzo
Ramiro Gustavo Fernandes Pissetti
Raquel Valença

GLOSSÁRIO

Bus rapid transit

Sistema público de alta capacidade que visa a prover o transporte rápido de passageiros aos seus destinos. Baseia-se em vias ou faixas exclusivas, custos mais baixos e integração, bem como em flexibilidade para atender à demanda de trânsito.

Disponível em: <https://www.nbrti.org/>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

Estabelecimento

Unidade que possui inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro Específico do INSS (CEI), atividade econômica e natureza jurídica definida, entre outros quesitos específicos.

Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/quem_deve_declarar.jsf>. Acesso em: 24 Jan. 2017.

Índice de Bem-Estar Urbano

Avalia a formulação de políticas urbanas em 15 metrópoles brasileiras, considerando cinco dimensões: (i) mobilidade urbana; (ii) condições ambientais urbanas; (iii) condições habitacionais urbanas; (iv) condições de serviços coletivos urbanos; (v) infraestrutura urbana. O índice é elaborado pelo Observatório das Metrópoles, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/>. Acesso em: 18 Jun. 2015.

Folha de pagamento real

Valor total da folha de pagamento do pessoal ocupado assalariado para o mês de referência. Estão incluídos os salários contratuais, as horas extras, o 13º salário, o aviso prévio, as indenizações e a participação nos lucros. Os valores apresentados estão deflacionados.

Disponível em: <http://ibeu.observatoriodasmetropoles.net/>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Avalia a qualidade educacional por meio do desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) e de informações sobre rendimento escolar (aprovação). O índice é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação.

Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

Índice de Desenvolvimento do e-Governo

Avalia a qualidade do e-governo nos 193 países-membros da Organização das Nações Unidas. O indicador baseia-se em três subíndices: (i) o índice de infraestrutura de telecomunicações; (ii) o índice de capital humano; (iii) o índice de serviços *on-line*.

Disponível em: <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/Reports/UN-E-Government-Survey-2016>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

Intensidade do uso da mão de obra

Calculada por meio da razão entre os gastos com pessoal da firma e o total de receitas líquidas de vendas (vendas de bens industriais e não industriais). Quanto maior o valor dessa razão, mais significativo é o papel da mão de obra na fabricação do produto final.

Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pia/default.asp>. Acesso em: Maio. 2016.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Medida composta por três dimensões do desenvolvimento humano: (i) longevidade, medida pela expectativa de vida ao nascer; (ii) educação, medida pela porcentagem da população jovem frequentando a escola e a escolaridade da população adulta; (iii) renda,

medida pela renda média dos residentes de determinado município. O cálculo do IDH é feito a partir do Censo Demográfico do IBGE.

Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 24 Jan. 2017.

Índice de e-Participação

Avalia a participação dos cidadãos através de três dimensões: (i) facilidades à participação dos cidadãos por meio do acesso à informação, tanto espontaneamente como a pedido (*e-information*); (ii) envolvimento de cidadãos na contribuição e deliberação sobre políticas e serviços públicos (*e-consultation*); (iii) empoderamento de cidadãos através do codesenho de opções de política, da co-produção de componentes de serviços e de modalidades de entrega *(e-decision-making*).

Disponível em: <https://publicadministration.un.org/egovkb/en-us/About/Overview/E-Participation>. Acesso em: 23 Jan. 2017.

Índice de Transparência

Criado pelo Ministério Público Federal para avaliar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação pelos estados e municípios brasileiros. Entre os itens avaliados, está a existência de informações, na *internet*, sobre transparência, receitas e licitações.

Disponível em: <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking>. Acesso em: 23 Jan. 2017.

Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

Acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros em três áreas de atuação: (i) emprego e renda; (ii) educação; e (iii) saúde. O índice é calculado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 23 Jan. 2017.

Índice Firjan de Gestão Fiscal

Avalia a situação fiscal de 4,7 mil municípios brasileiros por meio do desempenho em cinco indicadores: (i) receita própria; (ii) gastos com pessoal; (iii) investimentos; (iv) liquidez; (v) custo da dívida. O índice é calculado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Disponível em: <http://www.firjan.com.br/ifgf/>. Acesso em: 23 Jan. 2017.

Movimento pendular

Deslocamento entre o domicílio e o lugar de trabalho, que pode variar de uma hora ou mais.

Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=249781>. Acesso em: 23 Jan. 2017.

População economicamente ativa

População de 10 a 65 anos de idade que tem trabalho ou, na ausência deste, estava disposta a trabalhar e que, para tanto, tomou alguma providência efetiva.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>. Acesso em: 23 Jan. 2017.

Produto interno bruto

Soma do valor de todos os bens e serviços produzidos em determinado local, descontadas as despesas com os insumos utilizados no processo de produção durante um determinado período. Corresponde ao valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas e seus respectivos impostos.

Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/pdfs/definicoes_economicas.pdf>. Acesso em: 24 Jan. 2017.

LISTA DE SIGLAS

BRT • *Bus Rapid Transit*

CBI • Índice de Biodiversidade Urbana, do inglês

CCO • Centro de Controle Operacional

CDB • *Convention on Biological Diversity*

CEI • Cadastro Específico do INSS

CETIC • Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação

CGU • Controladoria Geral da União

CIC • Cidade Industrial de Curitiba

CO2 • Dióxido de Carbono, fórmula

CNPJ • Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONSEG • Conselhos de Segurança Comunitários

CVLI • Crimes Violentos Letais Intencionais

EaD • Educação a Distância

EPP • Empresa de Pequeno Porte

FECOMÉRCIO • Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

FBSP • Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FIEP • Federação das Indústrias do Estado do Paraná

FIOCRUZ • Fundação Oswaldo Cruz

FIRJAN • Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

FUNRECAL • Fundo de Recuperação de Calçadas

IBGE • Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB • Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDH • Índice de Desenvolvimento Humano

IEL • Instituto Euvaldo Lodi

INEP • Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INPE • Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

INSS • Instituto Nacional de Seguridade Social

IPARDES • Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPPUC • Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

IPTU • Imposto Predial e Territorial Urbano

ITDP • Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento

JICA • Agência de Cooperação Internacional do Japão, do inglês

ME • Microempresa

MOOCS • *Massive Open On-line Courses*

ODS • Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU • Organização das Nações Unidas

PcDs • Pessoas com Deficiência

P&D • Pesquisa & Desenvolvimento

PD&I • Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação

PIB • Produto Interno Bruto

PNPIC • Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde

PNUD • Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP • Parceria Público-Privada

PSA • Pagamento por Serviços Ambientais

PUC • Pontifícia Universidade Católica

RMC • Região Metropolitana de Curitiba

RPPN • Reserva Particular do Patrimônio Natural

SAEB • Sistema de Avaliação da Educação Básica

SEBRAE • Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAI • Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI • Serviço Social da Indústria

SINDUSCON • Sindicato da Indústria da Construção Civil

SUS • Sistema Único de Saúde

UNILIVRE • Universidade Livre do Meio Ambiente

UNISDR • Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres

UPA • Unidade de Pronto Atendimento

USP • Universidade de São Paulo

VAB • Valor Adicionado Bruto

REFERÊNCIAS

AUSTIN RATING. **Melhores cidades do Brasil**. 2015.

BAKICI, T.; ALMIRALL, E.; WAREHAM, J. A smart city initiative: the case of Barcelona. **Journal of the Knowledge Economy**, n.2, v.4, p.135-48, 2013.

BARBOSA, F. E.; MOURA, D. G. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Boletim Técnico do Senac**, n. 2, v. 39, p. 48-67, 2013. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/349 >. Acesso em: 05 jan. 2017.

BRASIL. Decreto Federal 5746 de abril de 2006. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 abr. 2006.

BRASIL. Departamento de Atenção Básica. **Práticas integrativas e complementares**. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_pic.php>. Acesso em: 10 fev. 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Acidentes de trânsito**. 2015a.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Frota de veículos**. 2016a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Informações de saúde (tabnet)**. 2016b.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. 2016c.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais**. 2015b.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Ranking nacional da transparência**. 2015c.

CBD – CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY. **Cities and biodiversity outlook**. Quebec, 2012. Disponível em: <http://www.cbd.int/en/subnational/partners-and-initiatives/cbo>. Acesso em: 2 fev. 2017.

CETIC – CENTRO DE ESTUDOS SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. **Governo eletrônico**. 2015.

CGU – CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência: controle social**. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/>. Acesso em: 02 fev. 2017

CORREIA, B.S. **Retrofit em baldios industriais urbanos e o complexo Matarazzo, Jaguariaíva**. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação de Doutorado em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2015. Disponível em: <https://portaldeinformacao.utfpr.edu.br/Record/riut-1-1401/Details>. Acesso em: 02 fev. 2017.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Consumo de energia elétrica**. 2016a.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Emissões de gases de efeito estufa**. 2016b.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. **Infraestrutura de abastecimento de água**. 2016c.

ENDEAVOR. **Índice de cidades empreendedoras**. 2015.

FARINHA, M. S. F. **Qualidade de vida do idoso em centro de dia**: a influência da instituição na perspectiva do utente. Lisboa: Universidade Lusitana de Lisboa, 2014.

FERREIRA, J. S. W. **Instrumentos urbanísticos**. Verbetes de economia política e urbanismo. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/c_deak/CD/4verb/instrumentos-urb/index.html>. Acesso em: 31 jan. 2017.

FIOCRUZ – FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. **Coleções biológicas**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/cole%C3%A7%C3%B5es-biol%C3%B3gicas>. Acesso em: 02 fev. 2017.

FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO. **Índice FIRJAN de desenvolvimento humano**. 2015.

FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO. **Índice FIRJAN de gestão fiscal**. 2013.

FBSP –FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros**. Nota técnica. São Paulo, 2014. Disponível em: < http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Estudo_conceitual_espacos_ubanos_seguros_2014.pdf >. Acesso em: 30 jan. 2017.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 10º **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ranking de eficiência dos municípios**. 2016.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**: municípios selecionados e microrregiões geográficas. Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <http://www.conder.ba.gov.br/ckfinder/userfiles/files/DeficitHabitacionalBrasil.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2017.

GAZETA DO POVO. **Curitiba tem 1,7 mil moradores de rua**: maioria tem família na região. 2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/curitiba-tem-17-mil-moradores-de-rua-maioria-tem-familia-na-regiao-cg6hv3l51sk3lgov4bd8dneil>. Acesso em: 05 jan. 2017.

GODET, M. **A prospectiva estratégica**: para as empresas e os territórios. Paris: UNESCO, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. 2015a.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. 2010.

IBGE– INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa populacional**. 2015b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros**. 2016a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa mensal de emprego**. 2015c.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde**. 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua trimestral**. 2016b.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto interno bruto municipal**. 2014.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação básica**. 2015a.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior**. 2015b.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice de desenvolvimento da educação básica**. 2015c.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Sensoriamento remoto**: conceitos fundamentais e plataformas. Santa Maria, 2010. Disponível em: <http://www.inpe.br/crs/crectealc/pdf/ronald_ceos.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2017.

INSTITUTO ETHOS. **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil**. 2016.

INSTITUTO KAIRÓS. **Tecnologias sociais**. Disponível em: <http://institutokairos.org.br/tecnologias-sociais>. Acesso em: 10 fev. 2017.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Perfil avançado dos municípios**. 2016.

IPPUC – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Avaliação de vulnerabilidade ambiental e socioeconômica para o município de Curitiba**. São Paulo: ANTP, 2014.

IPPUC – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Mapas temáticos de Curitiba**. 2016.

ITDP – INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO. **Padrão de qualidade do BRT**. 2016.

KON, A. Ecossistemas de inovação: a natureza da inovação em serviços. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, n. 1, v. 7, p. 14-27, 2016.

MARSHALL; BOYACK, J.; BOWEN, H. **Como a justiça restaurativa assegura a boa prática**: uma abordagem baseada em valores. In: Justiça restaurativa: coletânea de artigos. Brasília: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas, 2005. Disponível em:< http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Coletanea-de-Artigos-Livro-Justi%C3%A7a-Restaurativa.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2017.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **United Nations e-government survey**. 2016.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Índice de bem-estar urbano**. 2014.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Índice de bem-estar urbano**. 2016.

PARANÁ. Departamento de Trânsito do Paraná. **Frota de veículos**. 2016.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas do desenvolvimento humano**. 2013.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Documentos temáticos da habitat iii**: governança urbana. Nova York, 2015. Disponível em: <http://camarastecnicascaupr.org/wp-content/uploads/2016/10/Governan%C3%A7a-Urbana_final.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2017.

PORTAL BRASIL. **Economia e trabalho: parceria público-privada (PPP)**. Brasília, 2012. Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/parceria-publico-privada-ppp> Acesso em: 30 jan. 2017.

SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ. **Mapeamento dos ecossistemas de startups do Paraná**. 2015.

SEBRAE – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ. **Monitoramento da implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros**. 2017. Disponível em: <http://app.pr.sebrae.com.br/leigeralnacional/ConteudoDinamico.do>. Acesso em: 30 jan. 2017.

TREITEL, R. ***Roadmap et roadmapping***: tout ce que vous voulez savoir sur les roadmaps et vous n,avez jamais osé demander. 2005. Disponível em: <htttp://igart.free.fr/.>. Acesso em: 30 jan. 2017.

TRINDADE, A. O. "**Vale a pena acreditar na cidade**": o movimento ativista em Curitiba e suas práticas. Dissertação apresentada no Programa de Mestrado de Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

UNILIVRE – UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE. Notícias Unilivre. **Projeto Meu BioBairro**. Disponível em: <http://www.unilivre.org.br/site/noticias_detalhes.asp?id=6>. Acesso em: 08 fev. 2017.

URBAN SYSTEMS. **Connected smart cities**. 2016.

USP – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO. Parques lineares na cidade de São Paulo. **Revista Labverde**, n. 4, 2012.

VAZQUEZ, A. C. S.; SANTOS, C. A. F.; OLIVEIRA, L. N.; SILVA, F. M.; RUAS, R. L. **Ativos de conhecimento e inovação em um serviço hospitalar de cirurgia cardiovascular**. V Encontro de Estudos em Estratégia, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6384/2011_3ES161.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 fev. 2017.

WRI BRASIL CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Pesquisa de satisfação QualiÔnibus**. 2016.

WORLD BANK. **Worldwide governance indicators (WGI)**. 2016.